

Juventude



Mortes

MATADAS

por Armas de Fogo



MAPA DA VIOLÊNCIA 2015

Julio Jacobo Waiselfisz

Mortes MATADAS
por Armas de Fogo

“E foi morrida essa morte,
irmãos das almas,
essa foi morte morrida
ou foi matada?
Até que não foi morrida,
irmão das almas,
esta foi morte matada,
numa emboscada.”

Morte e Vida Severina
João Cabral de Melo Neto

“O diálogo com base em leis morais sólidas facilita a resolução de conflitos e promove o respeito pela vida, de cada vida humana. Portanto, o recurso às armas para resolver disputas é sempre uma derrota da razão e da humanidade.”

João Paulo II

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Michel Temer

Vice-Presidente da República

Miguel Rossetto

Ministro de Estado Chefe da
Secretaria-Geral da Presidência da República

Laudemir André Müller

Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da
Presidência da República

Gabriel Medina

Secretária Nacional de Juventude

Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado Chefe da
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Mortes MATADAS por Armas de Fogo

Julio Jacobo Waiselfisz

Mapa da Violência 2015

Brasília, 2015

Mapa da Violência: Mortes *Matadas* por Arma de Fogo

Disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com a autorização prévia e oficial do autor.

Secretaria-Geral da Presidência da República

Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar
70.150-900 Brasília-DF
Tel: (61) 3411-1407
www.secretariageral.gov.br

Secretaria Nacional de Juventude

Endereço: Pavilhão das Metas, Via VN1 - Leste - s/nº
Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa
70150-908 Brasília-DF
Tel: (61) 3411-1700
www.juventude.gov.br

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Endereço: Sede: Esplanada dos Ministérios, bloco A, 5º e 9º andar
70.054-906 Brasília/DF
Tel: (61) 2025-7003
www.seppir.gov.br

Créditos:

Autor: Julio Jacobo Waiselfisz
Revisão Inicial: Margareth Doher (Flacso)
Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão: Njobs Comunicação
Capa: Aline Magalhães

“Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito da parceria com o autor em suas pesquisas, que têm como objetivo sistematizar uma série de dados objetivos, nacionais e internacionais, para um melhor dimensionamento e entendimento do problema das armas de fogo no Brasil. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. O autor é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.”

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO.....	13
1 NOTAS TÉCNICAS	17
2 EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO 1980/2012	21
3 MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO NAS UNIDADES FEDERADAS ...	29
4 MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO NAS CAPITALS	41
5 MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO NOS MUNICÍPIOS	55
6 VITIMIZAÇÃO JUVENIL	65
7 IDADE E SEXO DAS VÍTIMAS	73
8 A COR DAS VÍTIMAS	79
9 ESTATÍSTICAS INTERNACIONAIS	87
10 VIDAS POUPADAS	93
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105

APRESENTAÇÃO

O Mapa da Violência, elaborado pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz desde de 1998, tem contribuído de forma decisiva para que a sociedade brasileira reflita sobre as muitas formas de violência que se abatem sobre seus cidadãos.

A violência na vida social não é um fato que possa ser explicado e compreendido pela ação isolada dos indivíduos, seus temperamentos, irascibilidade ou ainda pelo uso de substâncias estimuladoras, como o álcool ou as drogas. A violência torna-se uma linguagem cujo uso é validado pela sociedade, quando esta se omite na adoção de normas e políticas sabidamente capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos que tensionam a vida cotidiana, aprofundam as desigualdades e promovem injustiças visíveis. A tradição de impunidade, a lentidão dos processos judiciais e o despreparo do aparato de investigação policial são fatores que se somam para sinalizar à sociedade que a violência é tolerável em determinadas condições, de acordo com quem a pratica, contra quem, de que forma e em que lugar.

Nesse ambiente cultural que valida práticas violentas, o imenso arsenal de armas de fogo existentes no país faz com que o Brasil tenha indicadores de mortes matadas equivalentes ou superiores aos de países que vivem situação de guerra ou conflito civil armado. As iniciativas para deter a disponibilidade de armas tiveram sucesso com a aprovação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003). Essa norma legal teve o mérito de, por um lado, reduzir parcialmente o arsenal clandestino e, por outro, alertar a sociedade quanto aos riscos que essas armas trazem para todos. Recentemente, no entanto, crescem as manifestações, em especial no Congresso Nacional, favoráveis à revisão ou até mesmo à revogação do Estatuto, com o objetivo de permitir que cada cidadão, a partir de 18 anos, possa ter acesso a um número ainda maior de armas de fogo. Atualmente, o Estatuto autoriza que cada cidadão maior de 25 anos possa ter, de modo justificado, até 6 armas de fogo.

Elucidar a associação entre presença e disponibilidade de armas de fogo e o persistente crescimento da violência em nossa sociedade exige um trabalho árduo de pesquisa. As atuais fontes de informação, que vêm se aprimorando com tempo e oferecendo metodologias que permitem a comparação internacional, ainda necessitam superar limitações, como alerta a nota técnica desse Mapa da Violência 2015:

“Não se pode negar que as informações do sistema de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio SIM, e também por diversos especialistas que trabalharam com essas bases (...). A primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro, devido à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem

a devida certificação, determinando uma redução do número de óbitos declarados (...). Apesar dessas limitações, existe ampla coincidência em indicar, por um lado, a enorme importância desse sistema e, por outro, a necessidade de seu aprimoramento.”

No entanto, a sociedade brasileira já dispõe de evidências quanto às consequências da disseminação de armas de fogo e o custo social que se paga por essa disseminação. Esse custo é ainda mais elevado quando se constata que o crescimento da violência atinge principalmente a juventude. Como observa o autor do presente estudo, se no período compreendido entre os anos de 1980 e 2012 a população teve um crescimento em torno de 61%, as mortes matadas por arma de fogo cresceram 387%, mas entre os jovens esse percentual foi superior a 460%. Em outras palavras, mais jovens morrem por armas de fogo, apesar da redução inicial provocada pela aprovação do Estatuto do Desarmamento. E a gravidade se torna ainda maior quando se sabe que, em sua maioria, são os jovens negros as vítimas dessa escalada. Racismo, violência e impunidade se associam na degradação do ambiente social brasileiro.

Por serem os jovens as principais vítimas de mortes matadas por armas de fogo no Brasil, a FLACSO, como instituição dedicada à promoção de estudos e pesquisas em Ciências Sociais, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que coordenam o Plano Juventude Viva, têm o orgulho de oferecer à sociedade brasileira o trabalho do pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, que merecidamente recebeu, em 2013, o Prêmio de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República. Cumpre-se, assim, o compromisso de promover estudos que contribuam para a melhoria da vida social e para a superação de situações socialmente inaceitáveis, como a permanência da violência como linguagem validada, perpetrada principalmente contra os jovens negros brasileiros.

O debate sobre a violência não se esgota no tema da disponibilidade de armas no país. No entanto, conhecer os efeitos da presença desse arsenal certamente contribui para que a sociedade brasileira permaneça alerta quanto às propostas que pretendem responder a violência com mais violência. Como observava Mahatma Gandhi, se seguirmos a lei do “olho por olho, o mundo acabará cego”.

O Mapa da Violência 2015 Mortes *Matadas* por Armas de Fogo lança luz sobre o debate e contribui para que não se possa justificar a cegueira por falta de informação confiável sobre o inaceitável número de homicídios cometidos a cada ano no Brasil com o uso de armas de fogo.

Salette Valesan

Diretora da FLACSO-Brasil

INTRODUÇÃO

No ano de 2005, no marco dos intensos debates que precederam o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições — art. 35 do Estatuto do Desarmamento — realizado em 23 de outubro de 2005, a UNESCO, atendendo demandas do Ministério da Justiça, realizou e divulgou duas pesquisas focando o tema da letalidade das armas de fogo no Brasil.

A primeira, publicada em junho de 2005, foi um estudo que analisou o impacto histórico das armas na mortalidade do país de 1980 até 2003¹, ano da promulgação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003). Nesse estudo concluíamos que:

nos últimos anos, muito se tem discutido e argumentado a favor ou contra o desarmamento da população. Mas em toda essa discussão, o que é incontestável é a nua e crua frialdade dos números. Entre 1979, ano em que se inicia a divulgação dos dados do Subsistema de Informações de Mortalidade, até 2003, último ano disponível, morreram no Brasil acima de 550 mil pessoas vítimas de armas de fogo. Se essa cifra já representa uma quantidade assustadora, é ainda mais apavorante saber que 206 mil deles eram jovens [...].

Ficou evidente, nesse estudo, o progressivo, sistemático e ininterrupto incremento das taxas de homicídio por arma de fogo.

Nesse mesmo ano, no mês de setembro, divulgou-se um segundo estudo², que articulou equipes de pesquisa da UNESCO, e dos Ministérios da Justiça e da Saúde. Destinava-se a ponderar o impacto do Estatuto no seu primeiro ano de vigência³ com relação aos preocupantes níveis de homicídio imperantes no país até sua promulgação, que tinham sido analisados no primeiro estudo. Com essa segunda análise, pretendia-se:

aprofundar o entendimento dos resultados e do impacto do Estatuto do Desarmamento e da posterior campanha de entrega voluntária de armas de fogo acontecida no Brasil em 2004. Para avaliar o impacto do desarmamento foi utilizado um modelo de análise conhecido como Experimento de Séries Temporais, utilizando como elemento de previsão [...] a tendência semestral de óbitos por armas de fogo, acontecidos entre os anos de 1999 e 2003. A diferença percentual entre o número de mortes por armas de fogo previsto e o efetivamente acontecido em 2004 foi considerada como o índice de impacto, positivo ou negativo, do desarmamento nas mortes por armas de fogo. A diferença entre o número de mortes previstas e as efetivamente acontecidas foi denominada vidas poupadas, indicador do número de mortes que o desarmamento evitou ou incentivou em cada UF.

¹ WAISELFISZ, J.J. *Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003*. Brasília: UNESCO, 2005.

² BRASIL. *Vidas Poupadas*. Brasília: UNESCO, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, 2005.

³ Em realidade, a vigência foi parcial, dado que o Estatuto só foi regulamentado em junho de 2004.

Dentre as várias conclusões desse estudo, devemos destacar a que estabelece que:

a estratégia do desarmamento, em seu primeiro ano de vigência, não só anulou a tendência de crescimento anual de 7,2% pré-existente, mas também originou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registrados em 2003, e devido a isso, é possível sustentar que o impacto do desarmamento foi uma queda de 15,4% no número de mortes por armas de fogo no país.

Em 2013, diante do recrudescimento das discussões em torno do desarmamento, e das diversas propostas de reformulação que estavam sendo propostas, faríamos um novo estudo⁴, agora com o apoio da Flacso e do Cebela⁵. Com perspectiva temporal ampliada — já tínhamos sete anos de vigência do Estatuto, poderíamos analisar melhor os resultados das políticas de controle das armas. Os dados disponíveis possibilitaram indicar que essas políticas, se conseguiram soffrear a tendência do crescimento acelerado da mortalidade por armas de fogo imperante no país até 2004, não foram suficientes para reverter o processo e fazer as taxas regredirem. Faltaria ainda uma série de reformas necessárias, cuja protelação estabelecia limites intransponíveis às políticas do desarmamento, como a reforma do código penal, das instituições policiais, do sistema prisional, o enfrentamento da impunidade vigente e as transgressões institucionais de diversos organismos encarregados de fazer cumprir as leis.

Chegamos, por último, nos anos 2014/2015 e novas discussões sobre o controle das armas e de sua relativa eficácia emergem no horizonte. Sendo assim, assumimos a tarefa de tentar atualizar os dados e as análises existentes nos estudos anteriores. O último dos mapas sobre o tema: o de 2013, já referenciado, trabalhava dados até 2010 e hoje já temos disponíveis até o ano 2012. Consideramos útil, para subsidiar as atuais discussões, ampliar temporalmente as análises realizadas, incorporando os dados dos últimos dois anos. Vamos utilizar ao longo desta atualização, muitas informações e análises já expostas anteriormente, já que consideramos que não perderam sua validade e podem contribuir para dimensionar melhor o significado das alternativas atualmente em discussão. Mas ao estarem em jogo vidas humanas, devemos ser extremamente cuidadosos e, diante de qualquer dúvida, por menor que seja, atuar no sentido de preservá-las. Essa é nossa intenção ao elaborar este estudo.

⁴ WAISELFSZ, J.J. *Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2013.

⁵ Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso) e Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (Cebela), respectivamente.

I. NOTAS TÉCNICAS

A questão morfológica das armas de fogo (AF), sua origem, sua comercialização, circulação, uso e posse vêm recebendo crescente atenção da mídia e da produção intelectual do país. Contamos já com diversos estudos que tentam quantificar ou qualificar esse fenômeno, com merecido destaque em diversos foros nacionais e internacionais. Ainda assim, as carências nessa área são enormes, devido, principalmente, à inexistência de fontes com uma dose aceitável de cobertura e/ou fidedignidade que possibilitem dimensionar adequadamente o problema.

Situação diferente é a da mortalidade por essas armas. Contamos, nessa área, com uma fonte que apresenta um aceitável grau de fidedignidade e possibilita delinear comparações nacionais e internacionais por possuir um elevado grau de sistematização e cobertura. Trata-se do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, com dados divulgados anualmente desde 1979, atualmente gerido pela Secretaria de Vigilância em Saúde, fonte básica dos dados trabalhados no presente estudo.

Pela legislação vigente no Brasil (Lei nº 015, de 31/12/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito à vista de Declaração de Óbito (DO). No caso de morte por causas naturais, a DO é preenchida pelo profissional de saúde (médico) que fez atendimento à vítima ou, quando necessário, também pelos Serviços de Verificação de Óbitos (SVO). No caso de morte por causas não naturais ou externas (suicídios, homicídios, acidentes, etc.), que constitui nosso foco, em localidades que contam com Instituto Médico Legal (IML), a DO deve ser preenchida, obrigatoriamente, por médico legista do IML e em localidades sem IML, por médico da localidade, investido pela autoridade judicial ou policial, na função de perito legista eventual (ad hoc)⁶.

A DO normalmente fornece dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência. Determinam as normas que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, onde aconteceu a morte, o que ocasiona algumas limitações e problemas, como no caso de vítimas levadas para tratamento em outros municípios ou UFs. Nesses casos, o registro será realizado nesse segundo local.

Outra informação relevante para o nosso estudo, exigida pela legislação, é a causa da morte. Até 1995, tais causas eram classificadas pelo SIM seguindo os capítulos da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9), proposta e sistematizada em nível internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir daquela data, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão (CID-10) da OMS.

⁶BRASIL. *A declaração de óbito: documento necessário e importante*. Ministério da Saúde. Conselho Federal de Medicina. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Os aspectos de interesse para o presente estudo estão contidos no que o CID-10, em seu Capítulo XX, classifica como “causas externas de morbidade e mortalidade”. Quando um óbito devido a causas externas (como acidentes, envenenamento, queimadura, afogamento, etc.) é registrado, descreve-se tanto a natureza da lesão quanto as circunstâncias e/ou os instrumentos que a originaram. Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10, relacionadas com o uso de arma de fogo, utilizaremos em nosso estudo os seguintes títulos:

- W32 a W34. Acidente: óbitos por traumatismos causados por disparo acidental de arma de fogo;
- X72 a X74. Lesões autoprovocadas intencionalmente ou suicídios por AF;
- X93 a X95. Agressões intencionais ou homicídios por AF;
- Y22 a Y24. Intenção indeterminada, quando não foi possível determinar se foi acidente, suicídio ou homicídio, só que a morte foi originada por ferida de bala.

Para as comparações internacionais, foram utilizadas as bases de dados de mortalidade da OMS⁷, sob cuja classificação opera também o nosso SIM, motivo pelo qual ambas as séries são totalmente compatíveis, possibilitando comparações internacionais. Processando as bases de dados da OMS, foi possível acessar quantitativos de mortalidade por armas de fogo de 90 países do mundo, que utilizam a versão mais recente: CID10, que permite desagregar as mortes por armas de fogo. Mas, como os países demoram a enviar suas atualizações, foram utilizados os últimos dados disponibilizados pela OMS que variam entre 2008 e 2012.

Não se pode negar que as informações do sistema de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio SIM⁸, e também por diversos especialistas que trabalharam com essas bases (Mello Jorge⁹; Ramos de Souza et al¹⁰).

A primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro, devido à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem a devida certificação, determinando uma redução do número de óbitos declarados. Não só a quantidade, mas também a qualidade dos dados têm sofrido reparos: mortes sem assistência médica que impedem o apontamento correto das causas e ou lesões que levaram à morte, deficiências no preenchimento adequado da certidão, etc. Apesar dessas limitações, existe ampla coincidência em indicar, por um lado, a enorme importância desse sistema e, por outro, a necessidade de seu aprimoramento.

Outra limitação do sistema decorre do fato de que o instrumento de coleta só

⁷ WHOSIS, World Mortality Databases.

⁸ SIM/DATASUS/MS. *O Sistema de Informações sobre Mortalidade*. S/I, 1995.

⁹ MELLO JORGE, M.H.P. *Como Morrem Nossos Jovens*. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

¹⁰ RAMOS de SOUZA et. al. *Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania*. INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan/jun, 1996.

registra o local de residência da vítima e o local — e data — do falecimento. Local e data, em muitos casos, não coincidem com os do incidente que originou os traumatismos que ocasionaram a morte.

Para o cálculo das taxas de mortalidade, foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS, baseado em estimativas populacionais do IBGE:

- 1980, 1991, 2000 e 2010: IBGE - Censos Demográficos;
- 1996: IBGE - Contagem Populacional;
- 1981/1990, 1992/1999, 2001/2006: IBGE - Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus;
- 2007/2008: IBGE - Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais;
- 2011/2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

Todas essas estimativas e resultados censitários encontram-se disponíveis no *site* do DATASUS¹¹. Contudo, essas estimativas intercensitárias oficiais não estão desprovidas de certa margem de erro, que aumenta em função da distância do último censo disponível.

Já os dados da população para a estimativa das taxas internacionais foram obtidos, de acordo com sua disponibilidade, no já mencionado WHOSIS da OMS ou no US Census Bureau, a Oficina de Censos e Estatísticas dos Estados Unidos ou na UIS, Instituto de Estatísticas da UNESCO, que realizam estimativas da população dos diversos países do mundo.

Diante da inexistência de estimativas populacionais intercensitárias para o cálculo das taxas de mortalidade por raça/cor, elaboramos nossas próprias estimativas por interpolação linear a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e de 2010.

¹¹ <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10>

2. EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO 1980/2012

Segundo estimativas realizadas por Dreyfus e Nascimento¹², o país contava com um vasto arsenal de armas de fogo:

- 15,2 milhões em mão privadas;
- 6,8 milhões registradas;
- 8,5 milhões não registradas;
- Dentre elas 3,8 milhões em mãos criminais.

A magnitude desse arsenal guarda estreita relação com a mortalidade que essas armas originam. Os registros do SIM permitem verificar que, entre 1980 e 2012, morreram mais de 880 mil pessoas vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo (AF). Nesse período, as vítimas passam de 8.710 no ano de 1980 para 42.416 em 2012, um crescimento de 387%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 61%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona, e será aprofundado adiante, no tratamento das taxas de mortalidade.

Entre os jovens de 15 a 29 anos, esse crescimento foi ainda maior: passou de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012: 463,6% de aumento nos 33 anos decorridos entre as datas.

Esse enorme crescimento das mortes por armas de fogo na população total, foi alavancado, de forma quase exclusiva, pelos **homicídios**, que cresceram 556,6%, enquanto os suicídios com AF aumentaram 49,8% e as mortes acidentais caíram 26,4%. Por último, as mortes por AF de causalidade indeterminada, isto é, sem especificação (suicídio, homicídio ou acidente) tiveram uma significativa queda — 31,7% — evidenciando melhoria nos mecanismos de registro das informações. Entre os jovens, o panorama foi mais drástico ainda: o crescimento de 463,6% no número de vítimas de armas de fogo explica-se de forma exclusiva pelo aumento de 655,5% dos jovens assassinados, enquanto acidentes, suicídios e indeterminados caem ao longo do período (-23,2%; -2,7% e -24,4% respectivamente).

¹²DREYFUS, P; NASCIMENTO, M.S. *Small Arms Holdings in Brazil: Toward a Comprehensive Mapping of Guns and Their Owners*. FERNANDES, R. ed. *Brazil: The Arms and the Victims*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Viva Rio/ISER, 2005.

Tabela 2.1. Número de vítimas fatais por armas de fogo na população total e na jovem segundo causa básica. Brasil. 1980/2012.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL					15 A 29 ANOS				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterminado	Total arma de fogo	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterminado	Total arma de fogo
1980	386	660	6.104	1.560	8.710	155	292	3.159	809	4.415
1981	448	731	6.452	1.689	9.320	189	365	3.325	856	4.735
1982	467	657	6.313	1.608	9.045	206	312	3.118	839	4.475
1983	566	789	6.413	3.062	10.830	242	348	3.215	1.633	5.438
1984	515	766	7.947	3.350	12.578	242	337	4.061	1.851	6.491
1985	575	781	8.349	3.783	13.488	265	334	4.482	2.098	7.179
1986	669	788	8.803	4.609	14.869	334	347	4.750	2.562	7.993
1987	677	951	10.717	3.747	16.092	304	394	5.711	2.081	8.490
1988	586	827	10.735	4.978	17.126	279	360	5.760	2.778	9.177
1989	605	850	13.480	5.505	20.440	291	349	7.513	3.227	11.380
1990	658	989	16.588	2.379	20.614	329	427	9.193	1.264	11.213
1991	1.140	1.037	15.759	3.614	21.550	644	490	8.560	1.866	11.560
1992	859	1.085	14.785	4.357	21.086	496	479	7.718	2.172	10.865
1993	456	1.169	17.002	4.115	22.742	205	557	9.317	2.048	12.127
1994	353	1.321	18.889	3.755	24.318	161	603	10.455	1.882	13.101
1995	534	1.555	22.306	2.369	26.764	239	692	12.168	1.180	14.279
1996	270	1.543	22.976	1.692	26.481	117	636	12.428	781	13.962
1997	250	1.539	24.445	1.519	27.753	97	614	13.680	748	15.139
1998	371	1.407	25.674	2.759	30.211	181	545	14.643	1.437	16.806
1999	888	1.260	26.902	2.148	31.198	464	513	15.475	1.138	17.590
2000	329	1.330	30.865	2.461	34.985	143	508	18.252	1.347	20.250
2001	336	1.408	33.401	1.977	37.122	140	575	19.800	1.083	21.598
2002	318	1.366	34.160	2.135	37.979	123	549	20.567	1.247	22.486
2003	283	1.330	36.115	1.597	39.325	118	516	21.755	865	23.254
2004	201	1.247	34.187	1.478	37.113	88	471	20.827	822	22.208
2005	244	1.226	33.419	1.171	36.060	96	428	20.336	664	21.524
2006	404	1.138	34.921	897	37.360	188	406	20.939	471	22.004
2007	320	1.141	34.147	1.232	36.840	126	364	20.546	691	21.727
2008	353	1.123	35.676	1.506	38.658	153	375	21.475	801	22.804
2009	351	1.069	36.624	1.633	39.677	156	310	21.912	913	23.291
2010	352	969	36.792	779	38.892	152	299	21.843	400	22.694
2011	264	916	36.737	827	38.744	122	252	21.594	465	22.433
2012	284	989	40.077	1.066	42.416	119	284	23.867	612	24.882
Total	15.312	35.957	747.760	81.357	880.386	7.164	14.331	432.444	43.631	497.570
Δ %	-26,4	49,8	556,6	-31,7	387,0	-23,2	-2,7	655,5	-24,4	463,6

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 2.2. Taxas de mortalidade (por 100 mil) na população total e na jovem por armas de fogo segundo causa básica. Brasil. 1980/2012.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL					15 A 29 ANOS				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterminado	Total arma de fogo	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterminado	Total arma de fogo
1980	0,3	0,6	5,1	1,3	7,3	0,4	0,8	9,1	2,3	12,8
1981	0,4	0,6	5,3	1,4	7,7	0,5	1,0	9,5	2,4	13,5
1982	0,4	0,5	5,1	1,3	7,3	0,6	0,9	8,7	2,3	12,5
1983	0,4	0,6	5,1	2,4	8,6	0,7	1,0	8,8	4,5	15,0
1984	0,4	0,6	6,2	2,6	9,7	0,7	0,9	11,0	5,0	17,6
1985	0,4	0,6	6,3	2,9	10,2	0,7	0,9	11,9	5,6	19,1
1986	0,5	0,6	6,6	3,4	11,1	0,9	0,9	12,4	6,7	20,9
1987	0,5	0,7	7,8	2,7	11,8	0,8	1,0	14,7	5,4	21,9
1988	0,4	0,6	7,7	3,6	12,3	0,7	0,9	14,6	7,0	23,3
1989	0,4	0,6	9,5	3,9	14,4	0,7	0,9	18,8	8,1	28,4
1990	0,5	0,7	11,5	1,7	14,3	0,8	1,1	22,7	3,1	27,6
1991	0,8	0,7	10,7	2,5	14,7	1,6	1,2	20,8	4,5	28,0
1992	0,6	0,7	9,9	2,9	14,2	1,2	1,1	18,5	5,2	26,1
1993	0,3	0,8	11,2	2,7	15,0	0,5	1,3	22,0	4,8	28,6
1994	0,2	0,9	12,3	2,4	15,8	0,4	1,4	24,3	4,4	30,4
1995	0,3	1,0	14,3	1,5	17,2	0,5	1,6	27,9	2,7	32,7
1996	0,2	1,0	14,6	1,1	16,9	0,3	1,4	28,2	1,8	31,7
1997	0,2	1,0	15,3	1,0	17,4	0,2	1,4	30,5	1,7	33,8
1998	0,2	0,9	15,9	1,7	18,7	0,4	1,2	32,2	3,2	37,0
1999	0,5	0,8	16,4	1,3	19,0	1,0	1,1	33,6	2,5	38,2
2000	0,2	0,8	18,2	1,4	20,6	0,3	1,1	38,1	2,8	42,2
2001	0,2	0,8	19,4	1,1	21,5	0,3	1,2	40,7	2,2	44,4
2002	0,2	0,8	19,6	1,2	21,7	0,2	1,1	41,7	2,5	45,6
2003	0,2	0,8	20,4	0,9	22,2	0,2	1,0	43,5	1,7	46,5
2004	0,1	0,7	19,1	0,8	20,7	0,2	0,9	41,1	1,6	43,9
2005	0,1	0,7	18,1	0,6	19,6	0,2	0,8	39,0	1,3	41,3
2006	0,2	0,6	18,7	0,5	20,0	0,4	0,8	39,6	0,9	41,6
2007	0,2	0,6	18,0	0,7	19,5	0,2	0,7	39,1	1,3	41,4
2008	0,2	0,6	18,8	0,8	20,4	0,3	0,7	41,3	1,5	43,8
2009	0,2	0,6	19,3	0,9	20,9	0,3	0,6	42,4	1,8	45,1
2010	0,2	0,5	19,3	0,4	20,4	0,3	0,6	42,5	0,8	44,2
2011	0,1	0,5	19,1	0,4	20,1	0,2	0,5	41,7	0,9	43,3
2012	0,1	0,5	20,7	0,5	21,9	0,2	0,5	45,7	1,2	47,6
Δ %	-54,9	-8,1	302,8	-58,1	198,8	-49,2	-35,7	399,5	-50,0	272,6

Fonte: SIM/SVS/MS.

A evolução da letalidade das AF não foi homogênea ao longo do tempo. Entre 1990 e 2003, o crescimento foi sistemático e constante, com um ritmo muito acelerado: 6,8% ao ano. Depois do pico de 39,3 mil mortes em 2003, os números, num primeiro momento, caíram para aproximadamente 37 mil, mas depois de 2008 ficam oscilando em torno das 39 mil mortes anuais para dar um pulo em 2012: 42,4 mil mortes por AF. O Estatuto e a Campanha do Desarmamento, com início 2004, constituem um dos fatores determinantes na explicação dessa mudança¹³. Entre os jovens, o processo foi semelhante, mas com maior intensidade.

Os dados indicam que essas políticas, se conseguiram soffrear a tendência do crescimento acelerado da mortalidade por armas de fogo imperante no país, não foram constantes ao longo do tempo — sofreram interrupções, abandonos e retomadas — nem foram complementadas com outras estratégias e reformas necessárias para reverter o processo e fazer os números regredirem, como deverá ser aprofundado ao longo desse estudo.

Entre os jovens, o crescimento da mortalidade por AF foi mais intenso ainda. Se no conjunto da população os números cresceram 387% ao longo do período, entre os jovens esse crescimento foi de 463,6%. Também os homicídios jovens cresceram de forma mais pesada: na população como um todo foi de 556,6%, mas entre os jovens o aumento foi de 655,6%.

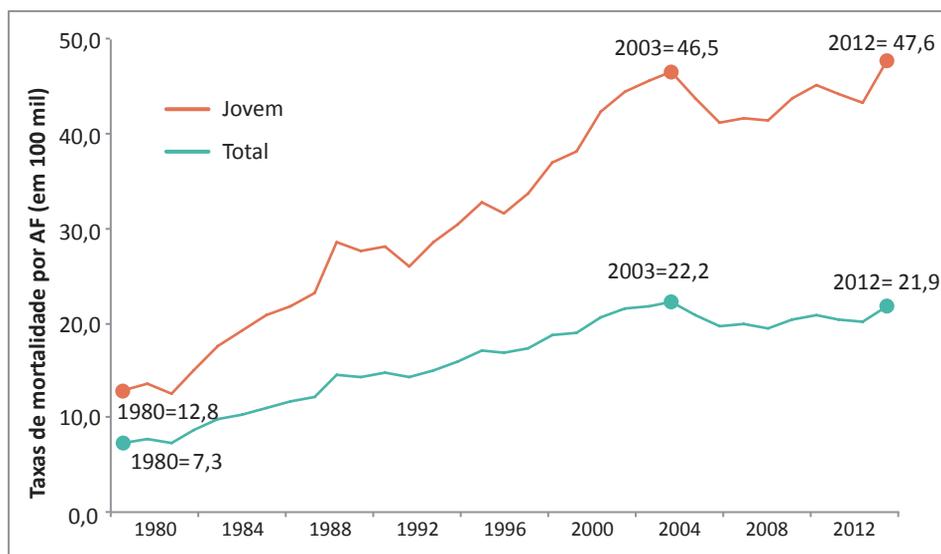
Até aqui foram analisados números absolutos, mas devemos levar em conta que a população também cresceu nesse período. Relacionando o número de incidentes com as correspondentes bases populacionais, temos as taxas de homicídios detalhadas na tabela 2.2 e gráfico 2.1¹⁴.

No conjunto da população a taxa de mortes por armas de fogo, que em 1980 era de 7,3 por 100 mil habitantes passa para 21,9 em 2012, crescimento de 198,8%. Mas entre os jovens, o crescimento foi bem maior: 272,6%. Aqui as taxas passaram de 12,8 óbitos por 100 mil jovens para 47,6 em 2012. Considerando o universo, vemos que a partir de 1982 e até 2003 o crescimento das taxas na população total é sistemático e constante, quase uma linha reta, com um ritmo de 5,5% ao ano. Já entre os jovens, com algumas oscilações, o crescimento nesses anos foi ainda maior: 6,5% ao ano.

¹³ WAISELFISZ, JJ. Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil. 1979/2003. Brasília. UNESCO, 2005 e WAISELFISZ, JJ. **Vidas Poupadas**. Brasília: UNESCO, 2005.

¹⁴ Número de homicídios registrados para cada 100 mil habitantes (população total, jovens, etc.).

Gráfico 2.1. Taxas de mortalidade (em 100 mil habitantes) por armas de fogo. População total e jovem. Brasil. 1980/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

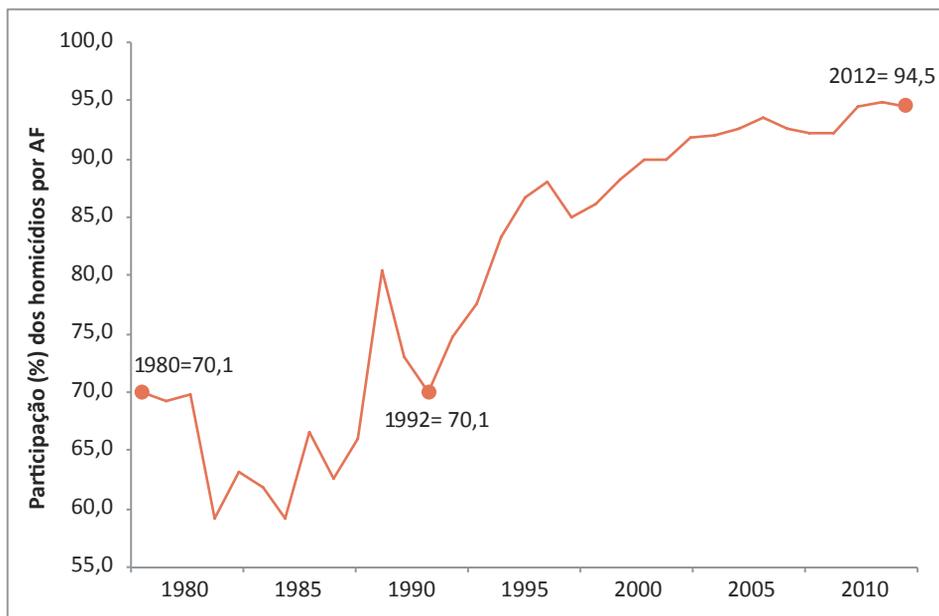
Em função desse diferencial de crescimento, a brecha da mortalidade por AF entre os jovens e o conjunto da população vai se ampliando ao longo do tempo. Se nos primeiros anos da série a taxa jovem era 75% maior que a da população total, no final, gira em torno de 120%, isto é, mais do que o dobro e, como veremos a seguir, são os homicídios que explicam esse largo diferencial.

Outro fato que deve ser destacado é a crecente participação dos homicídios nas estatísticas de mortalidade por armas de fogo, como pode ser apreciado no Gráfico 2.2.

Efetivamente, se no início de nossa série histórica os homicídios representavam, em média, aproximadamente 70% do total de mortes por armas de fogo, a partir de 1992 começa uma íngreme escalada até 1997. A partir desse ano, a participação continua crescendo, mas em ritmo bem menor. Já em 2012, os homicídios representam quase a totalidade das mortes por armas de fogo: 94,5%. Assim, temos um duplo processo que parece configurar um círculo vicioso e mortífero:

- Por um lado, desde 1980, há o crescimento dos índices de homicídio no país, com tendência à estagnação nos últimos anos.
- Por outro lado, há o crescimento do uso das armas de fogo como instrumento básico para cometer esses homicídios.

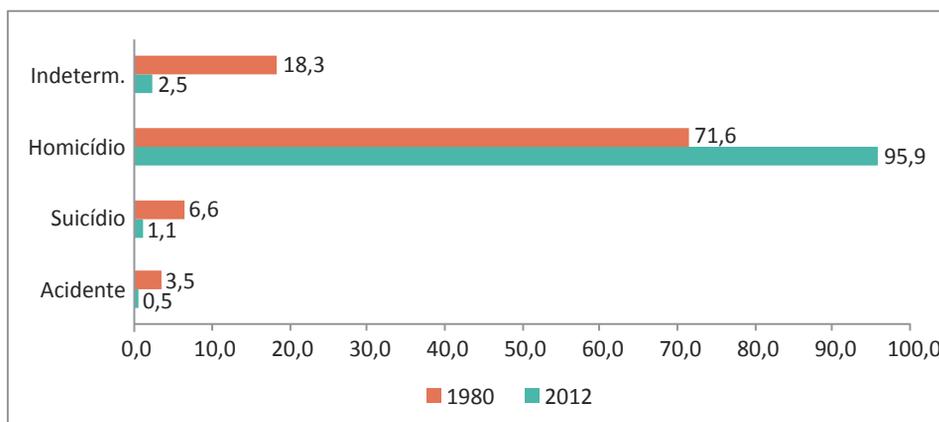
Gráfico 2.2. Participação (%) dos homicídios por AF no total de óbitos por AF. Brasil. 1980/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Nos homicídios juvenis também se verifica o crescente uso das AF, como pode ser visto no gráfico 2.3. Em 1980, 71,6% das mortes de jovens por armas de fogo enquadravam-se na categoria homicídios. Em 2012, seu uso para cometer homicídio torna-se quase absoluto: 95,9% das mortes por arma de fogo foram homicídios.

Gráfico 2.3. Estrutura (%) da mortalidade por armas de fogo. População jovem. Brasil. 1980/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

3. MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO NAS UNIDADES FEDERADAS

A Tabela 3.1.1 permite verificar a emergência de grande variedade de situações que caracterizam a evolução da mortalidade por AF ao desagregar os dados para as UFs e regiões do país. Efetivamente, o crescimento global de 11,7% no número de óbitos por AF na década 2002/2012 é resultante de um conjunto de realidades fortemente diferenciadas.

Por um lado, pode ser observado o forte crescimento da mortalidade na região Norte — 135,7% na década, mais que duplicando o número de vítimas no período. Em menor escala, também no Nordeste o crescimento foi elevado: 89,1%, quase duplicando o número. Na Região Norte, Pará e Amazonas atuam como carro-chefe desse crescimento, mais que triplicando o número de mortes por AF no período.

Já no Nordeste, a maior parte das UFs apresenta elevados índices de crescimento, com destaque para o Ceará e o Maranhão, cujo número de vítimas por AF quadruplicou na década. Rio Grande do Norte mais que triplicou, e Alagoas, Bahia, Paraíba e Piauí mostram taxas de crescimento acima de 100%, isto é, mais que duplicando seu número de vítimas por AF. O único estado da região a evidenciar queda nos números foi Pernambuco: saldo negativo de 33,4%.

Na região Centro-Oeste, os quantitativos cresceram 44,9%, impulsionados pelo crescimento de Goiás, que mais que duplica o número de vítimas. Em contrapartida, Mato Grosso do Sul evidencia uma moderada queda: 24,5%. Já a região Sul teve um crescimento menor: 34,6%, destacando-se Paraná, onde os números crescem 55,3%.

A única região a evidenciar quedas na década é o Sudeste, cujos óbitos apresentam uma expressiva diminuição de 39,8%. Essas quedas foram puxadas, fundamentalmente, por São Paulo, cujos números em 2012 caem 58,6% com relação ao ano de 2002 e também Rio de Janeiro, com queda de 50,3%. Já Minas Gerais teve um significativo aumento de 53,7%.

Considerando a população existente nos locais analisados, vemos (na tabela 3.1.2) que as taxas de óbito para cada 100 mil habitantes permaneceram praticamente idênticas nos anos extremos da década, 21,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2002 e 21,9 em 2012.

Tabela 3.1.1. Óbitos por AF na população total. UF e Região. Brasil. 2002/2012.

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Acre	77	57	60	44	54	59	47	72	73	59	91	18,2	54,2
Amapá	53	79	77	56	77	66	70	69	106	79	117	120,8	48,1
Amazonas	218	200	255	285	390	434	475	592	660	900	868	298,2	-3,6
Pará	741	909	1.028	1.253	1.396	1.490	2.058	2.144	2.622	2.174	2.253	204,0	3,6
Rondônia	409	409	370	408	410	341	305	367	368	303	358	-12,5	18,2
Roraima	57	45	46	36	41	32	42	34	32	28	35	-38,6	25,0
Tocantins	105	144	119	100	114	100	115	145	145	166	190	81,0	14,5
NORTE	1.660	1.843	1.955	2.182	2.482	2.522	3.112	3.423	4.006	3.709	3.912	135,7	5,5
Alagoas	725	783	763	926	1.315	1.563	1.615	1.577	1.725	1.938	1.740	140,0	-10,2
Bahia	2.073	2.311	2.262	2.319	2.625	3.055	4.387	4.966	4.818	4.485	5.147	148,3	14,8
Ceará	815	908	959	1.068	1.136	1.316	1.428	1.645	2.113	2.126	3.161	287,9	48,7
Maranhão	286	370	363	522	524	654	769	868	907	1.008	1.235	331,8	22,5
Paraíba	451	483	485	571	667	694	781	1.043	1.234	1.403	1.260	179,4	-10,2
Pernambuco	3.761	3.823	3.405	3.561	3.674	3.772	3.492	3.149	2.667	2.573	2.505	-33,4	-2,6
Piauí	158	199	182	184	244	242	206	228	248	297	353	123,4	18,9
Rio Grande do Norte	303	342	372	414	465	557	651	761	652	828	930	206,9	12,3
Sergipe	414	363	317	333	424	358	390	455	476	532	658	58,9	23,7
NORDESTE	8.986	9.582	9.108	9.898	11.074	12.211	13.719	14.692	14.840	15.190	16.989	89,1	11,8
Espírito Santo	1.243	1.213	1.215	1.219	1.325	1.389	1.510	1.574	1.385	1.380	1.371	10,3	-0,7
Minas Gerais	2.201	2.965	3.400	3.253	3.232	3.172	2.928	2.779	2.629	3.171	3.382	53,7	6,7
Rio de Janeiro	7.229	6.819	6.508	6.305	6.026	5.582	4.865	4.592	4.219	3.535	3.593	-50,3	1,6
São Paulo	10.229	10.094	8.146	6.376	6.187	4.507	4.237	4.216	3.845	3.659	4.239	-58,6	15,9
SUDESTE	20.902	21.091	19.269	17.153	16.770	14.650	13.540	13.161	12.078	11.745	12.585	-39,8	7,2
Paraná	1.653	1.913	2.078	2.181	2.357	2.429	2.681	2.800	2.759	2.482	2.567	55,3	3,4
Rio Grande do Sul	1.732	1.729	1.735	1.751	1.760	1.924	2.053	1.924	1.741	1.730	1.992	15,0	15,1
Santa Catarina	409	489	447	461	448	464	585	573	531	539	549	34,2	1,9
SUL	3.794	4.131	4.260	4.393	4.565	4.817	5.319	5.297	5.031	4.751	5.108	34,6	7,5
Distrito Federal	569	655	599	536	518	613	635	766	651	722	803	41,1	11,2
Goiás	940	886	982	960	977	1.005	1.289	1.253	1.320	1.580	1.951	107,6	23,5
Mato Grosso	654	653	521	546	556	591	626	617	603	653	710	8,6	8,7
Mato Grosso do Sul	474	484	419	392	418	431	418	468	363	394	358	-24,5	-9,1
CENTRO-OESTE	2.637	2.678	2.521	2.434	2.469	2.640	2.968	3.104	2.937	3.349	3.822	44,9	14,1
BRASIL	37.979	39.325	37.113	36.060	37.360	36.840	38.658	39.677	38.892	38.744	42.416	11,7	9,5

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

A desagregação das taxas por estado e região permite verificar uma forte mudança nos padrões históricos da letalidade por AF. Tais mudanças já foram indicadas: o íngreme crescimento das mortes por armas de fogo entre 1980 e 2003 e a partir desse ano, quedas significativas e a retomada do crescimento posteriormente. Mas ainda assim, os índices nos anos extremos da década analisada, 2002 e 2012, são praticamente idênticos, isto é, no período não houve nem aumento e nem diminuição das taxas de mortalidade por AF.

Tabela 3.1.2. Taxas de óbito (por 100 mil) por AF na população total. UF e Região. Brasil. 2002/2012.

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Acre	13,1	9,5	9,8	6,6	7,9	8,4	6,9	10,2	10,0	7,9	12,0	-8,6	51,7
Amapá	10,3	14,8	13,9	9,4	12,5	10,4	11,4	10,8	15,8	11,5	16,7	63,2	45,1
Amazonas	7,4	6,6	8,2	8,8	11,8	12,8	14,2	17,3	18,9	25,4	24,2	228,4	-5,0
Pará	11,5	13,8	15,4	18,0	19,6	20,6	28,1	28,8	34,6	28,3	28,8	150,9	1,9
Rondônia	28,6	28,1	25,0	26,6	26,2	21,4	20,4	24,0	23,6	19,2	22,5	-21,2	17,1
Roraima	16,4	12,6	12,5	9,2	10,2	7,7	10,2	7,9	7,1	6,1	7,5	-54,6	22,5
Tocantins	8,7	11,7	9,5	7,7	8,6	7,4	9,0	10,9	10,5	11,8	13,4	54,1	13,1
NORTE	12,3	13,4	13,9	14,8	16,5	16,4	20,6	22,1	25,3	23,0	23,9	94,7	3,8
Alagoas	25,1	26,8	25,9	30,7	43,1	50,7	51,6	50,5	55,3	61,7	55,0	118,9	-10,8
Bahia	15,6	17,2	16,7	16,8	18,8	21,7	30,2	34,8	34,4	31,8	36,3	133,4	14,1
Ceará	10,6	11,7	12,2	13,2	13,8	15,8	16,9	19,5	25,0	24,9	36,7	245,0	47,4
Maranhão	4,9	6,3	6,1	8,6	8,5	10,4	12,2	13,5	13,8	15,2	18,4	273,2	21,3
Paraíba	12,9	13,7	13,7	15,9	18,4	19,0	20,9	27,8	32,8	37,0	33,0	155,9	-10,8
Pernambuco	46,5	46,8	41,3	42,3	43,2	43,9	40,0	35,9	30,3	29,0	28,0	-39,7	-3,4
Piauí	5,5	6,8	6,2	6,1	8,0	7,9	6,6	7,3	8,0	9,5	11,2	104,9	18,1
Rio Grande do Norte	10,6	11,8	12,7	13,8	15,3	18,1	21,0	24,3	20,6	25,9	28,8	171,2	11,3
Sergipe	22,4	19,4	16,7	16,9	21,2	17,6	19,5	22,4	23,0	25,5	31,2	39,0	22,5
NORDESTE	18,4	19,4	18,3	19,4	21,5	23,4	25,8	27,7	28,0	28,4	31,5	71,3	11,0
Espírito Santo	38,8	37,3	36,8	35,8	38,2	39,5	43,7	45,2	39,4	38,9	38,3	-1,3	-1,5
Minas Gerais	12,0	16,0	18,1	16,9	16,6	16,1	14,8	14,1	13,4	16,1	17,0	42,0	6,0
Rio de Janeiro	49,1	45,8	43,3	41,0	38,7	35,5	30,7	28,8	26,4	21,9	22,1	-54,9	0,9
São Paulo	26,8	26,1	20,8	15,8	15,1	10,8	10,3	10,2	9,3	8,8	10,1	-62,2	15,0
SUDESTE	28,1	28,0	25,2	21,9	21,1	18,2	16,9	16,4	15,0	14,5	15,4	-45,0	6,4
Paraná	16,9	19,3	20,7	21,3	22,7	23,1	25,3	26,6	26,4	23,6	24,3	43,8	2,8
Rio Grande do Sul	16,6	16,4	16,3	16,1	16,1	17,4	18,9	17,9	16,3	16,1	18,5	11,1	14,7
Santa Catarina	7,4	8,7	7,9	7,9	7,5	7,7	9,7	9,3	8,5	8,5	8,6	16,2	0,8
SUL	14,7	15,9	16,2	16,3	16,7	17,4	19,3	19,3	18,4	17,2	18,4	24,9	6,9
Distrito Federal	26,5	29,9	26,8	23,0	21,7	25,2	24,8	29,9	25,3	27,7	30,3	14,3	9,6
Goiás	18,0	16,7	18,2	17,1	17,0	17,2	22,1	21,1	22,0	26,0	31,7	75,7	22,0
Mato Grosso	25,1	24,6	19,3	19,5	19,5	20,3	21,2	20,6	19,9	21,2	22,8	-9,2	7,4
Mato Grosso do Sul	22,1	22,3	19,1	17,3	18,2	18,5	17,9	19,6	14,8	15,9	14,3	-35,5	-10,1
CENTRO-OESTE	21,8	21,7	20,1	18,7	18,6	19,5	21,7	22,4	20,9	23,5	26,5	21,6	12,7
BRASIL	21,7	22,2	20,7	19,6	20,0	19,5	20,4	20,9	20,4	20,1	21,9	0,5	8,6

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

A diversidade de situações pode ser melhor entendida ao se observar algumas características dos dados:

- a larga distância que existe, em 2012, entre Alagoas, com a maior taxa — 55 vítimas por 100 mil habitantes — e Roraima com 7,5 por 100 mil, nos indica a grande diversidade de situações;
- os ritmos contraditórios de evolução na década. Estados como Maranhão, Ceará e Amazonas mais que triplicam seus índices, em contraposição a outros, como São Paulo e Rio de Janeiro, que conseguem reduzir seus índices para menos da metade dos vigentes em 2002;

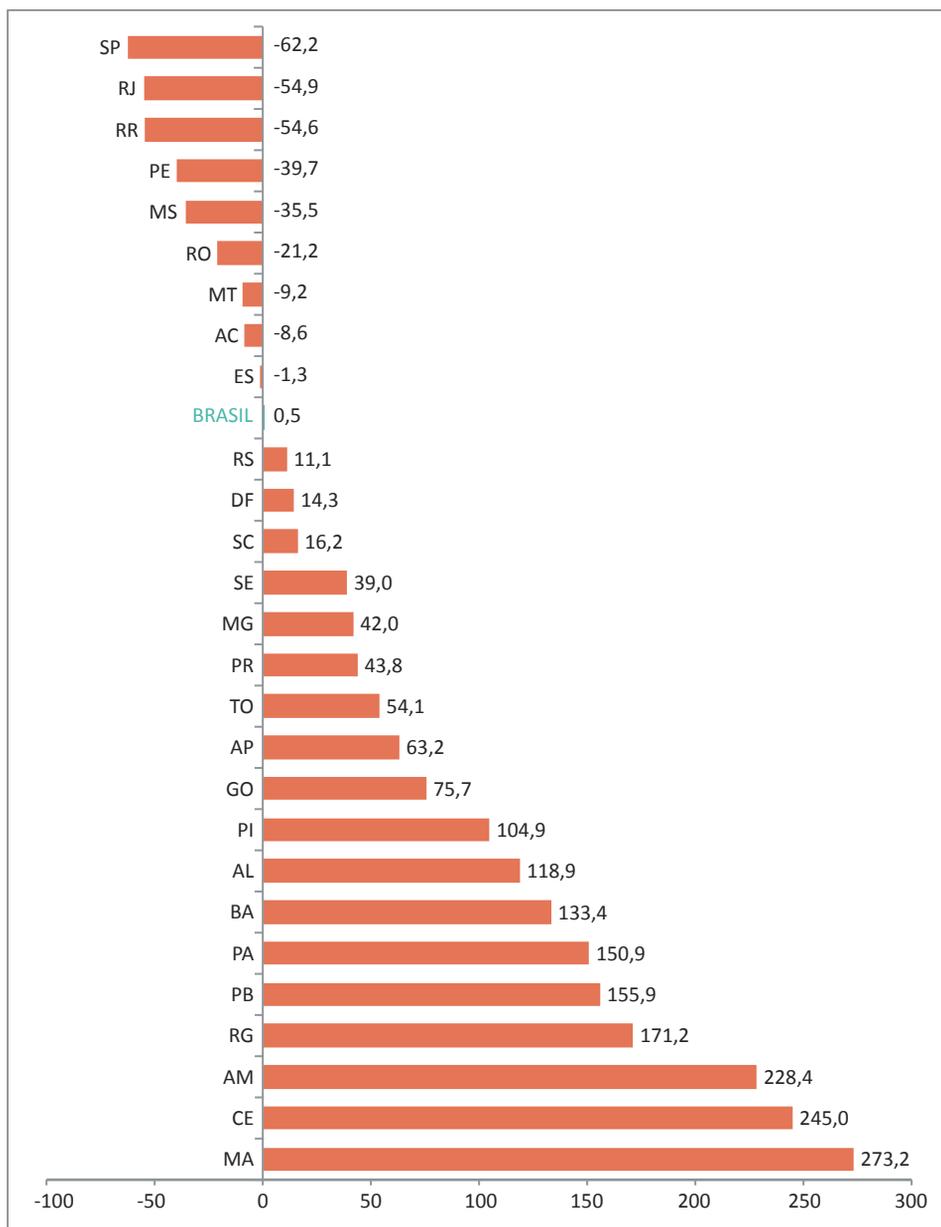
- unidades que na virada de século ocupavam as primeiras posições na mortalidade por AF, em 2012 são encontradas entre as menos violentas, como São Paulo, que ocupava a quinta posição em 2002 com uma taxa de 26,8, e em 2012 consegue reduzir para 10,1, nada comparável com a taxa da década anterior;

Gráfico 3.1.1. Taxas de óbitos (por 100 mil) por AF. População total. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 3.1.2. Crescimento % das taxas de óbitos por AF. População total. Brasil. 2002/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

- situação parecida à de São Paulo ocorre no Rio de Janeiro, cujas taxas despencam de 41,1 — primeiro lugar no ranking de 2002 — para 22,1, 16ª posição;
- em contrapartida, estados relativamente *tranquilos* na virada do século sofrem um acelerado processo de expansão da violência armada, como são os casos de Alagoas, Ceará, Bahia e Paraíba, dentre outros.

Tabela 3.1.3. Ordenamento das UF's segundo taxas de óbitos por AF. População total. Brasil. 2002 e 2012.

UF	2002		2012	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Alagoas	25,1	8º	55,0	1º
Espírito Santo	38,8	3º	38,3	2º
Ceará	10,6	20º	36,7	3º
Bahia	15,6	15º	36,3	4º
Paraíba	12,9	17º	33,0	5º
Goiás	18,0	11º	31,7	6º
Sergipe	22,4	9º	31,2	7º
Distrito Federal	26,5	6º	30,3	8º
Rio Grande do Norte	10,6	21º	28,8	9º
Pará	11,5	19º	28,8	10º
Pernambuco	46,5	2º	28,0	11º
Paraná	16,9	12º	24,3	12º
Amazonas	7,4	25º	24,2	13º
Mato Grosso	25,1	7º	22,8	14º
Rondônia	28,6	4º	22,5	15º
Rio de Janeiro	49,1	1º	22,1	16º
Rio Grande do Sul	16,6	13º	18,5	17º
Maranhão	4,9	27º	18,4	18º
Minas Gerais	12,0	18º	17,0	19º
Amapá	10,3	22º	16,7	20º
Mato Grosso do Sul	2,1	10º	14,3	21º
Tocantins	8,7	23º	13,4	22º
Acre	13,1	16º	12,0	23º
Piauí	5,5	26º	11,2	24º
São Paulo	26,8	5º	10,1	25º
Santa Catarina	7,4	24º	8,6	26º
Roraima	16,4	14º	7,5	27º

Fonte: SIM/SVS/MS.

Entre os jovens, os processos são semelhantes, mas ocorrem de forma bem mais intensa:

Tabela 3.1.4. Óbitos por AF na população jovem. UF e Região. Brasil. 2002/2012.													
UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Acre	46	32	38	19	26	33	31	39	40	30	50	8,7	66,7
Amapá	31	59	52	33	50	43	51	43	73	53	80	158,1	50,9
Amazonas	125	122	148	170	240	274	300	369	418	599	512	309,6	-14,5
Pará	395	480	571	733	812	898	1.234	1.283	1.530	1.343	1.360	244,3	1,3
Rondônia	185	169	188	191	200	176	146	179	167	133	175	-5,4	31,6
Roraima	24	17	20	12	20	14	14	15	12	11	17	-29,2	54,5
Tocantins	48	72	56	47	66	40	60	65	71	82	98	104,2	19,5
NORTE	854	951	1.073	1.205	1.414	1.478	1.836	1.993	2.311	2.251	2.292	168,4	1,8
Alagoas	434	484	484	535	822	958	1.030	973	1.124	1.189	1.097	152,8	-7,7
Bahia	1.290	1.426	1.404	1.464	1.673	1.971	2.848	3.324	3.135	2.808	3.262	152,9	16,2
Ceará	459	483	539	640	687	800	844	971	1.243	1.288	2.037	343,8	58,2
Maranhão	124	178	193	283	281	373	446	494	513	540	697	462,1	29,1
Paraíba	242	273	258	330	388	391	462	620	743	824	780	222,3	-5,3
Pernambuco	2.327	2.319	2.151	2.253	2.264	2.330	2.167	1.950	1.615	1.554	1.458	-37,3	-6,2
Piauí	82	109	114	114	132	128	111	135	137	164	201	145,1	22,6
Rio Grande do Norte	166	175	211	254	282	311	395	472	371	502	588	254,2	17,1
Sergipe	249	215	172	193	252	217	237	244	275	298	390	56,6	30,9
NORDESTE	5.373	5.662	5.526	6.066	6.781	7.479	8.540	9.183	9.156	9.167	10.510	95,6	14,7
Espírito Santo	773	712	774	735	800	835	942	989	884	897	886	14,6	-1,2
Minas Gerais	1.313	1.870	2.212	2.112	2.058	1.985	1.835	1.710	1.595	1.896	2.092	59,3	10,3
Rio de Janeiro	4.171	3.906	3.692	3.674	3.463	3.253	2.709	2.519	2.295	1.874	1.956	-53,1	4,4
São Paulo	6.483	6.373	5.007	3.702	3.468	2.380	2.155	2.107	1.938	1.811	2.105	-67,5	16,2
SUDESTE	12.740	12.861	11.685	10.223	9.789	8.453	7.641	7.325	6.712	6.478	7.039	-44,7	8,7
Paraná	981	1.143	1.257	1.376	1.412	1.511	1.644	1.713	1.658	1.450	1.522	55,1	5,0
Rio Grande do Sul	889	869	939	924	889	1.010	1.088	945	861	880	978	10,0	11,1
Santa Catarina	205	244	228	256	250	266	326	330	269	293	305	48,8	4,1
SUL	2.075	2.256	2.424	2.556	2.551	2.787	3.058	2.988	2.788	2.623	2.805	35,2	6,9
Distrito Federal	396	440	420	366	362	419	428	519	422	442	488	23,2	10,4
Goiás	511	507	582	614	581	613	762	705	790	933	1.169	128,8	25,3
Mato Grosso	313	317	269	282	291	265	306	325	321	335	394	25,9	17,6
Mato Grosso do Sul	224	260	229	212	235	233	233	253	194	204	185	-17,4	-9,3
CENTRO-OESTE	1.444	1.524	1.500	1.474	1.469	1.530	1.729	1.802	1.727	1.914	2.236	54,8	16,8
BRASIL	22.486	23.254	22.208	21.524	22.004	21.727	22.804	23.291	22.694	22.433	24.882	10,7	10,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

- representando aproximadamente 29% da população total, os jovens concentram praticamente a metade das mortes por AF, fato que se reflete imediatamente nas taxas. Em 2012, a taxa global foi de 21,9 e a dos jovens de 47,6;
- o diferencial entre os extremos, Alagoas e Roraima, que na população total era de sete vezes, no caso da população jovem alarga-se para 10 vezes (taxa de Alagoas = 123,6; taxa de Roraima = 12,2).

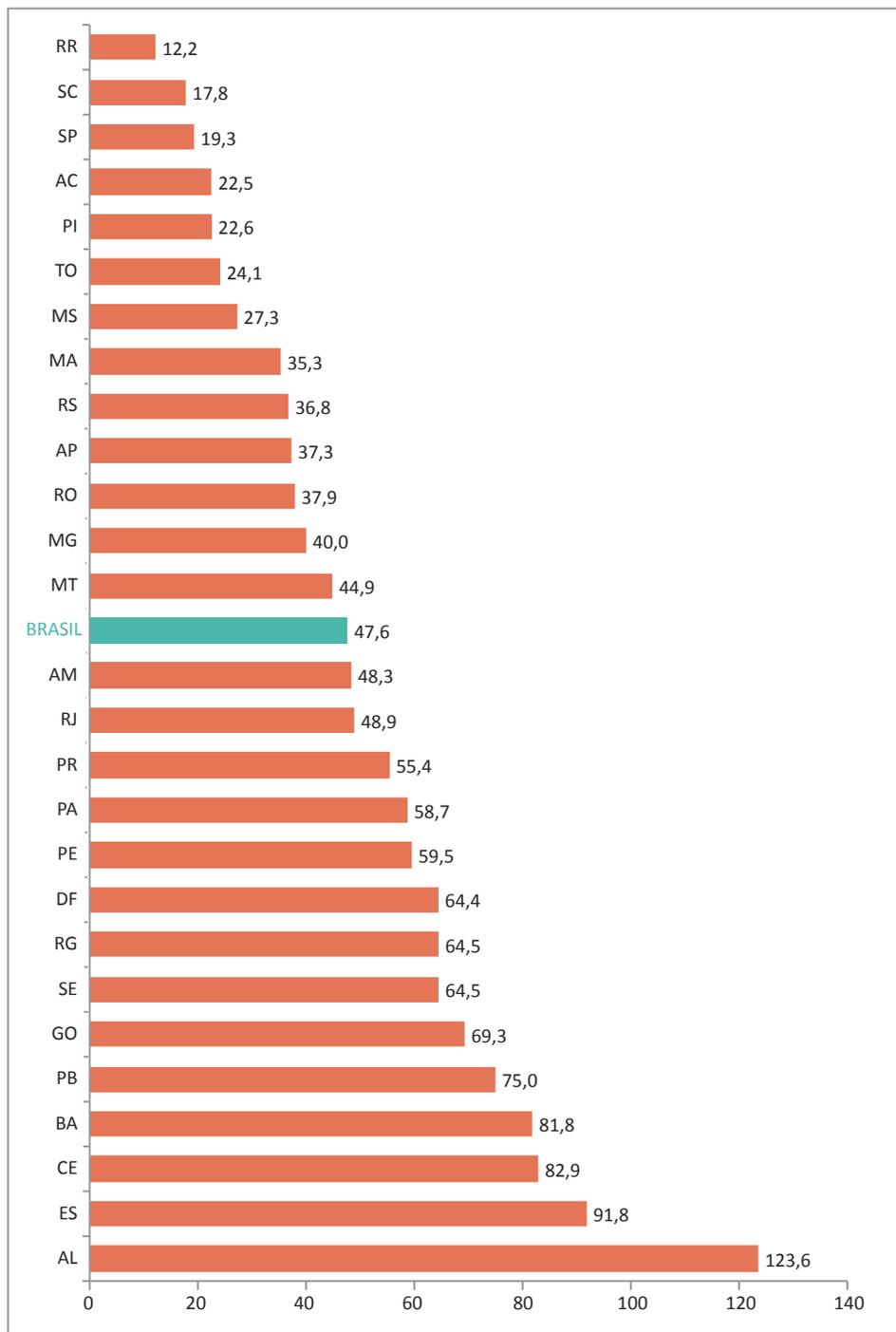
Tabela 3.1.5. Taxas de óbitos (por 100 mil) por AF na população total. UF e Região. Brasil. 2002/2012.													
UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Acre	26,0	17,7	20,5	9,4	12,6	15,7	15,3	19,1	18,6	13,7	22,5	-13,5	64,0
Amapá	19,3	35,5	30,2	17,8	26,1	22,2	27,5	22,8	35,5	25,2	37,3	93,3	47,9
Amazonas	13,8	13,2	15,6	17,2	23,7	26,4	29,5	35,9	40,7	57,4	48,3	249,8	-15,8
Pará	20,4	24,3	28,4	35,0	38,0	40,7	55,6	57,2	68,2	59,0	58,7	188,0	-0,5
Rondônia	43,2	38,8	42,5	41,6	42,8	37,2	33,1	40,6	36,8	29,1	37,9	-12,3	30,4
Roraima	23,2	15,9	18,2	10,3	16,6	11,4	11,6	12,2	9,0	8,0	12,2	-47,4	51,4
Tocantins	13,5	19,8	15,1	12,1	16,6	9,7	15,7	17,0	17,9	20,4	24,1	79,1	18,0
NORTE	21,0	22,9	25,3	27,2	31,2	31,8	40,2	43,2	49,4	47,4	47,6	126,5	0,2
Alagoas	51,4	56,7	56,1	60,6	92,0	106,9	114,6	108,5	128,4	134,9	123,6	140,5	-8,4
Bahia	32,3	35,3	34,5	35,3	39,9	46,9	66,9	78,7	79,6	70,8	81,8	153,6	15,5
Ceará	21,5	22,3	24,6	28,3	30,0	32,8	34,3	39,1	51,5	53,9	82,9	285,1	56,7
Maranhão	7,3	10,3	11,0	15,8	15,4	19,1	22,8	25,2	26,5	27,6	35,3	385,0	27,7
Paraíba	24,5	27,4	25,8	32,4	37,8	36,8	42,8	57,5	72,3	79,7	75,0	206,0	-5,9
Pernambuco	99,3	98,0	90,1	92,3	91,8	94,4	87,3	78,9	67,0	64,0	59,5	-40,1	-6,9
Piauí	9,7	12,8	13,2	13,0	14,9	13,7	11,9	14,5	15,6	18,5	22,6	132,8	21,7
Rio Grande do Norte	20,5	21,3	25,4	29,8	32,6	34,6	44,0	52,5	41,5	55,5	64,5	214,4	16,0
Sergipe	45,5	38,7	30,5	33,1	42,5	36,4	41,0	42,3	46,4	49,8	64,5	41,7	29,6
NORDESTE	37,8	39,4	38,1	40,8	45,1	48,4	54,9	59,2	61,2	60,8	69,1	82,8	13,8
Espírito Santo	84,0	76,2	81,6	75,0	80,3	84,7	98,9	104,6	93,3	93,8	91,8	9,3	-2,1
Minas Gerais	25,7	36,2	42,3	39,4	37,9	36,9	34,3	32,1	30,9	36,5	40,0	55,7	9,6
Rio de Janeiro	107,7	99,8	93,4	90,8	84,6	83,3	69,6	64,9	58,3	47,2	48,9	-54,6	3,6
São Paulo	60,5	58,7	45,5	32,6	30,1	21,6	20,2	19,9	18,1	16,7	19,3	-68,1	15,3
SUDESTE	61,8	61,6	55,3	47,0	44,4	39,7	36,6	35,3	32,3	30,9	33,4	-46,0	7,9
Paraná	36,5	42,1	45,8	48,8	49,5	53,7	58,4	60,6	61,2	53,1	55,4	51,6	4,3
Rio Grande do Sul	33,6	32,5	34,7	33,4	31,8	35,8	39,6	34,4	32,6	33,2	36,8	9,5	10,7
Santa Catarina	13,6	16,0	14,7	16,0	15,4	16,3	20,1	20,2	16,0	17,3	17,8	30,5	3,0
SUL	30,4	32,6	34,6	35,6	35,1	38,4	42,5	41,4	39,7	37,1	39,4	29,8	6,2
Distrito Federal	57,2	62,3	58,3	48,6	47,1	59,8	58,9	70,9	57,4	59,2	64,4	12,7	8,8
Goias	33,2	32,3	36,5	36,9	34,2	37,3	46,9	43,4	48,0	56,0	69,3	108,5	23,7
Mato Grosso	40,3	40,1	33,4	33,7	34,1	31,4	36,2	38,2	37,6	38,7	44,9	11,4	16,1
Mato Grosso do Sul	37,1	42,5	36,9	33,1	36,2	35,9	36,1	39,1	29,3	30,4	27,3	-26,5	-10,3
CENTRO-OESTE	40,0	41,4	40,1	37,9	37,0	39,9	45,0	46,8	44,3	48,5	55,9	39,8	15,3
BRASIL	45,6	46,5	43,9	41,3	41,6	41,4	43,8	44,8	44,2	43,3	47,6	4,5	10,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

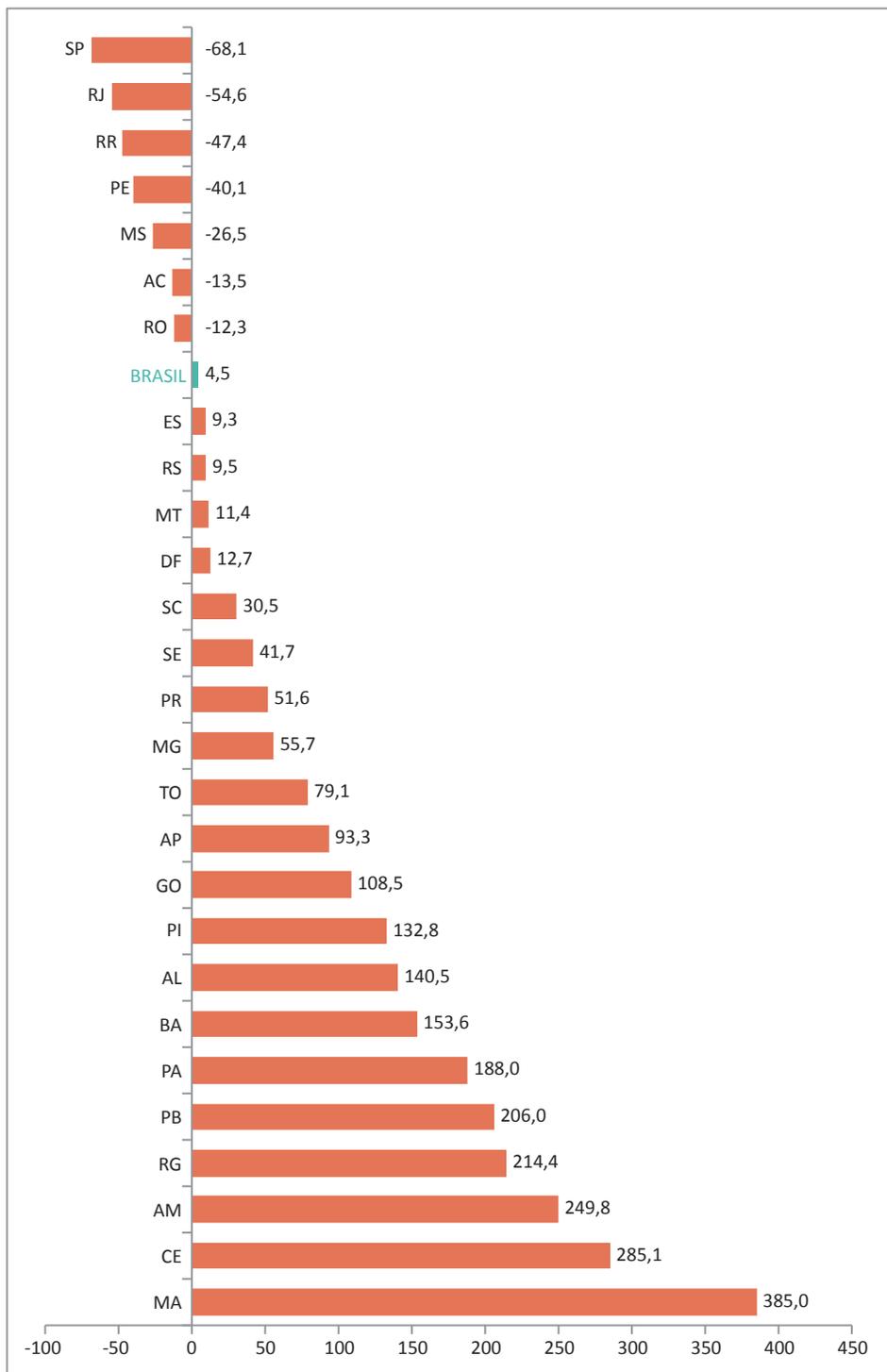
*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

Gráfico 3.1.3. Taxas de Óbito (por 100 mil) por AF. População jovem. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 3.1.4. Crescimento % das taxas de óbitos por AF. População jovem. Brasil. 2002/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Também nos indicadores juvenis se observa o mesmo processo que apontamos para a população total os estados: unidades que na virada do século ocupavam posição de destaque conseguem reverter a espiral de violência, como São Paulo, Pernambuco ou Rio de Janeiro. Já, estados relativamente tranquilos, viram seus índices crescerem de forma exponencial, como Ceará, Bahia, Paraíba ou Goiás.

Tabela 3.1.6. Ordenamento das UFs segundo Taxas de Óbito por AF. População jovem. Brasil. 2002/2012.

UF	2002		2012	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Alagoas	51,4	6º	123,6	1º
Espírito Santo	84,0	3º	91,8	2º
Ceará	21,5	19º	82,9	3º
Bahia	32,3	14º	81,8	4º
Paraíba	24,5	17º	75,0	5º
Goiás	33,2	13º	69,3	6º
Sergipe	45,5	7º	64,5	7º
Rio Grande do Norte	20,5	20º	64,5	8º
Distrito Federal	57,2	5º	64,4	9º
Pernambuco	99,3	2º	59,5	10º
Pará	20,4	21º	58,7	11º
Paraná	36,5	11º	55,4	12º
Rio de Janeiro	107,7	1º	48,9	13º
Amazonas	13,8	23º	48,3	14º
Mato Grosso	40,3	9º	44,9	15º
Minas Gerais	25,7	16º	40,0	16º
Rondônia	43,2	8º	37,9	17º
Amapá	19,3	22º	37,3	18º
Rio Grande do Sul	33,6	12º	36,8	19º
Maranhão	7,3	27º	35,3	20º
Mato Grosso do Sul	37,1	10º	27,3	21º
Tocantins	13,5	25º	24,1	22º
Piauí	9,7	26º	22,6	23º
Acre	26,0	15º	22,5	24º
São Paulo	60,5	4º	19,3	25º
Santa Catarina	13,6	24º	17,8	26º
Roraima	23,2	18º	12,2	27º

Fonte: SIM/SVS/MS.

4. MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO NAS CAPITAIS

A evolução da mortalidade por AF nas capitais acompanhou a observada nas UFs, mas com níveis ainda mais elevados de vitimização.

Tabela 4.1. Óbitos por armas de fogo na população total. Capitais. Brasil. 2002/2012.

Capital	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Belém	240	317	310	420	345	396	537	510	634	459	534	122,5	16,3
Boa Vista	22	30	27	18	22	16	26	19	21	15	21	-4,5	40,0
Macapá	44	60	53	41	53	47	53	49	87	62	88	100,0	41,9
Manaus	162	150	201	237	319	363	402	520	567	772	762	370,4	-1,3
Palmas	15	30	20	13	19	20	8	15	22	24	28	86,7	16,7
Porto Velho	135	133	147	159	183	163	120	127	143	132	128	-5,2	-3,0
Rio Branco	62	43	40	27	35	43	34	50	38	22	52	-16,1	136,4
NORTE	680	763	798	915	976	1.048	1.180	1.290	1.512	1.486	1.613	137,2	8,5
Aracaju	198	189	172	145	173	137	148	170	156	196	266	34,3	35,7
Fortaleza	399	420	427	572	614	770	735	819	1.159	1.201	1.724	332,1	43,5
João Pessoa	210	237	211	246	266	314	352	433	518	582	504	140,0	-13,4
Maceió	396	410	445	514	780	821	906	763	881	902	762	92,4	-15,5
Natal	147	148	180	237	252	270	266	340	262	333	412	180,3	23,7
Recife	1.182	1.182	1.167	1.154	1.197	1.162	1.093	941	735	717	628	-46,9	-12,4
Salvador	947	974	876	884	969	1.194	1.799	1.921	1.596	1.442	1.499	58,3	4,0
São Luís	96	135	147	148	155	209	247	322	316	375	458	377,1	22,1
Teresina	98	129	112	115	150	132	114	134	154	192	243	148,0	26,6
NORDESTE	3.673	3.824	3.737	4.015	4.556	5.009	5.660	5.843	5.777	5.940	6.496	76,9	9,4
Belo Horizonte	866	1.170	1.377	1.142	1.042	1.075	887	774	716	821	822	-5,1	0,1
Rio de Janeiro	3.126	3.002	2.848	2.412	2.499	2.244	1.887	1.832	1.486	1.207	1.066	-65,9	-11,7
São Paulo	3.824	4.009	2.947	2.345	2.160	1.584	1.275	1.344	1.172	1.050	1.429	-62,6	36,1
Vitória	207	183	204	224	231	211	195	195	199	169	167	-19,3	-1,2
SUDESTE	8.023	8.364	7.376	6.123	5.932	5.114	4.244	4.145	3.573	3.247	3.484	-56,6	7,3
Curitiba	418	520	562	645	724	730	880	853	821	687	597	42,8	-13,1
Florianópolis	77	96	96	91	74	78	77	71	78	64	52	-32,5	-18,8
Porto Alegre	502	468	515	510	456	612	596	514	462	470	520	3,6	10,6
SUL	997	1.084	1.173	1.246	1.254	1.420	1.553	1.438	1.361	1.221	1.169	17,3	-4,3
Brasília	569	655	599	536	518	613	635	766	651	722	803	41,1	11,2
Campo Grande	177	182	157	152	144	180	143	157	104	112	106	-40,1	-5,4
Cuiabá	208	207	182	172	174	170	176	182	158	183	183	-12,0	0,0
Goiania	336	331	331	311	331	329	451	361	393	480	573	70,5	19,4
CENTRO OESTE	1.290	1.375	1.269	1.171	1.167	1.292	1.405	1.466	1.306	1.497	1.665	29,1	11,2
BRASIL	14.663	15.410	14.353	13.470	13.885	13.883	14.042	14.182	13.529	13.391	14.427	-1,6	7,7

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

Segundo estimativas do IBGE, as 27 capitais brasileiras possuíam, em 2012, um contingente de 46,2 milhões de habitantes, o que representa 23,8% dos 194 milhões estimados para o país. Mas o número de vítimas por AF nas capitais, nesse mesmo ano, foi de 14.427, representando 34,8% do total nacional, bem acima do seu peso demográfico.

Tabela 4.2. Taxas de óbitos (por 100 mil) por AF. População Total. Capitais. Brasil. 2002/2012.													
Capital	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Belém	18,1	23,6	22,8	29,9	24,2	27,3	37,7	35,5	45,5	32,7	37,9	108,7	15,6
Boa Vista	10,3	13,6	11,9	7,4	8,8	6,2	10,0	7,1	7,4	5,2	7,1	-31,0	37,1
Macapá	14,4	18,9	16,1	11,5	14,4	12,3	14,8	13,4	21,8	15,2	21,2	47,6	39,0
Manaus	10,9	9,8	12,8	14,4	18,9	21,0	23,5	29,9	31,5	42,1	40,9	276,1	-2,9
Palmas	9,3	17,4	10,9	6,2	8,6	8,6	4,3	8,0	9,6	10,2	11,6	24,3	13,4
Porto Velho	38,8	37,6	40,8	42,5	48,0	42,0	31,6	33,1	33,4	30,3	28,9	-25,5	-4,6
Rio Branco	23,2	15,7	14,2	8,8	11,1	13,3	11,3	16,3	11,3	6,4	14,9	-35,5	132,3
NORTE	16,5	18,1	18,5	20,2	21,0	22,0	25,6	27,5	31,0	30,0	32,1	94,3	7,0
Aracaju	41,8	39,4	35,4	29,1	34,2	26,8	27,6	31,2	27,3	33,8	45,3	8,4	33,8
Fortaleza	18,0	18,6	18,6	24,1	25,4	31,3	29,7	32,7	47,3	48,5	69,0	283,6	42,2
João Pessoa	33,9	37,7	33,0	37,2	39,6	46,0	50,8	61,7	71,6	79,4	67,9	100,1	-14,5
Maceió	47,5	48,3	51,4	56,9	84,6	87,2	98,0	81,5	94,5	95,6	79,9	68,2	-16,4
Natal	20,0	19,9	23,8	30,5	31,9	33,7	33,3	42,2	32,6	41,1	50,4	151,8	22,7
Recife	81,6	80,9	79,2	76,9	79,0	76,0	70,5	60,3	47,8	46,4	40,4	-50,5	-12,9
Salvador	37,6	38,1	33,8	33,1	35,7	43,3	61,0	64,1	59,6	53,5	55,3	47,2	3,3
São Luís	10,6	14,6	15,6	15,1	15,5	20,5	25,0	32,3	31,1	36,5	44,1	316,0	20,7
Teresina	13,2	17,2	14,7	14,6	18,7	16,2	14,2	16,7	18,9	23,3	29,3	121,0	25,4
NORDESTE	35,0	35,9	34,6	36,0	40,2	43,5	48,3	49,3	50,1	51,1	55,3	58,2	8,4
Belo Horizonte	37,9	50,7	59,2	48,1	43,4	44,3	36,4	31,6	30,1	34,4	34,3	-9,5	-0,3
Rio de Janeiro	52,7	50,3	47,4	39,6	40,7	36,3	30,6	29,6	23,5	19,0	16,7	-68,3	-12,2
São Paulo	36,1	37,5	27,4	21,5	19,6	14,3	11,6	12,2	10,4	9,3	12,6	-65,2	35,4
Vitória	69,1	60,5	66,7	71,5	72,9	65,8	61,4	60,9	60,7	51,1	50,1	-27,5	-2,0
SUDESTE	42,0	43,4	38,0	31,1	29,9	25,5	21,3	20,7	17,6	15,9	17,0	-59,5	6,7
Curitiba	25,4	31,1	33,1	36,7	40,5	40,1	48,1	46,1	46,9	38,9	33,6	32,2	-13,7
Florianópolis	21,4	26,0	25,4	22,9	18,2	18,7	19,1	17,4	18,5	15,0	12,0	-43,8	-19,8
Porto Alegre	36,3	33,6	36,7	35,7	31,6	42,1	41,7	35,8	32,8	33,3	36,7	1,2	10,4
SUL	29,4	31,6	33,7	34,8	34,5	38,5	42,4	38,9	38,0	33,9	32,2	9,6	-4,8
Brasília	26,5	29,9	26,8	23,0	21,7	25,2	24,8	29,4	25,3	27,7	30,3	14,3	9,6
Campo Grande	25,6	25,8	21,8	20,3	18,8	23,1	19,1	20,8	13,2	14,1	13,2	-48,5	-6,4
Cuiabá	41,6	40,7	35,3	32,2	32,1	30,8	32,3	33,1	28,7	32,9	32,6	-21,6	-0,9
Goiania	29,8	28,9	28,5	25,9	27,1	26,5	35,6	28,2	30,2	36,4	43,0	44,4	18,0
CENTRO OESTE	28,9	30,2	27,4	24,3	23,8	25,8	27,5	28,2	25,1	28,3	31,1	7,8	9,8
BRASIL	35,3	36,6	33,7	30,7	31,3	30,9	31,2	31,2	29,8	29,2	31,2	-11,5	6,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

Entretanto, essa participação das capitais já foi bem maior, mas desde a virada de século a tendência é de queda relativa da participação das capitais no mapa da violência. Isso pode ser também observado na evolução de ambas as taxas: a das capitais e as do país, no gráfico 4.2.

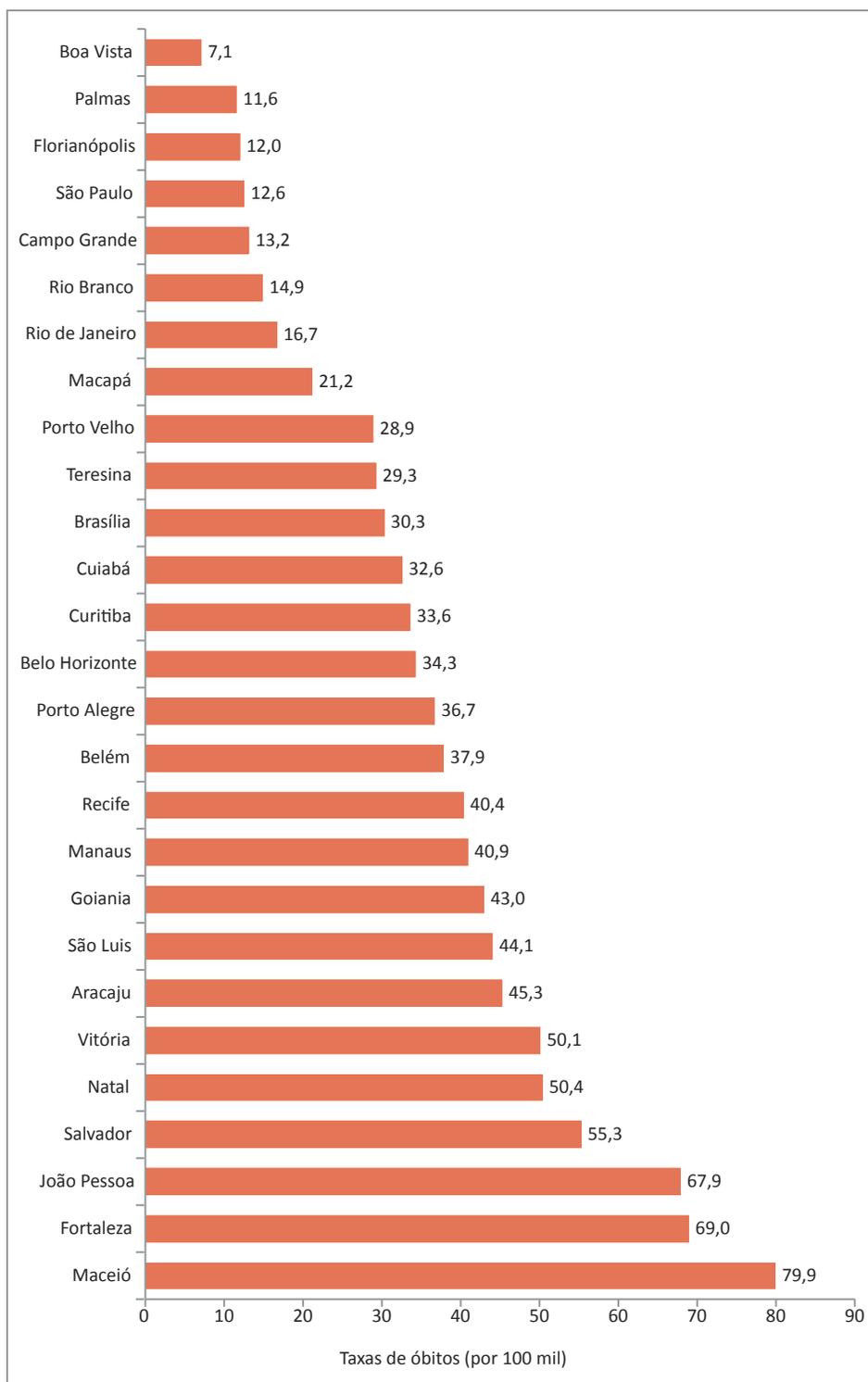
Tabela 4.3. Ordenamento das taxas de óbito por AF nas capitais. População total. Brasil. 2002/2012.

Capital	2002		2012	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Maceió	47,5	4º	79,9	1º
Fortaleza	18,0	21º	69,0	2º
João Pessoa	33,9	12º	67,9	3º
Salvador	37,6	9º	55,3	4º
Natal	20,0	19º	50,4	5º
Vitória	69,1	2º	50,1	6º
Aracaju	41,8	5º	45,3	7º
São Luís	10,6	25º	44,1	8º
Goiânia	29,8	13º	43,0	9º
Manaus	10,9	24º	40,9	10º
Recife	81,6	1º	40,4	11º
Belém	18,1	20º	37,9	12º
Porto Alegre	36,3	10º	36,7	13º
Belo Horizonte	37,9	8º	34,3	14º
Curitiba	25,4	16º	33,6	15º
Cuiabá	41,6	6º	32,6	16º
Brasília	26,5	14º	30,3	17º
Teresina	13,2	23º	29,3	18º
Porto Velho	38,8	7º	28,9	19º
Macapá	14,4	22º	21,2	20º
Rio de Janeiro	52,7	3º	16,7	21º
Rio Branco	23,2	17º	14,9	22º
Campo Grande	25,6	15º	13,2	23º
São Paulo	36,1	11º	12,6	24º
Florianópolis	21,4	18º	12,0	25º
Palmas	9,3	27º	11,6	26º
Boa Vista	10,3	26º	7,1	27º

Fonte: SIM/SVS/MS.

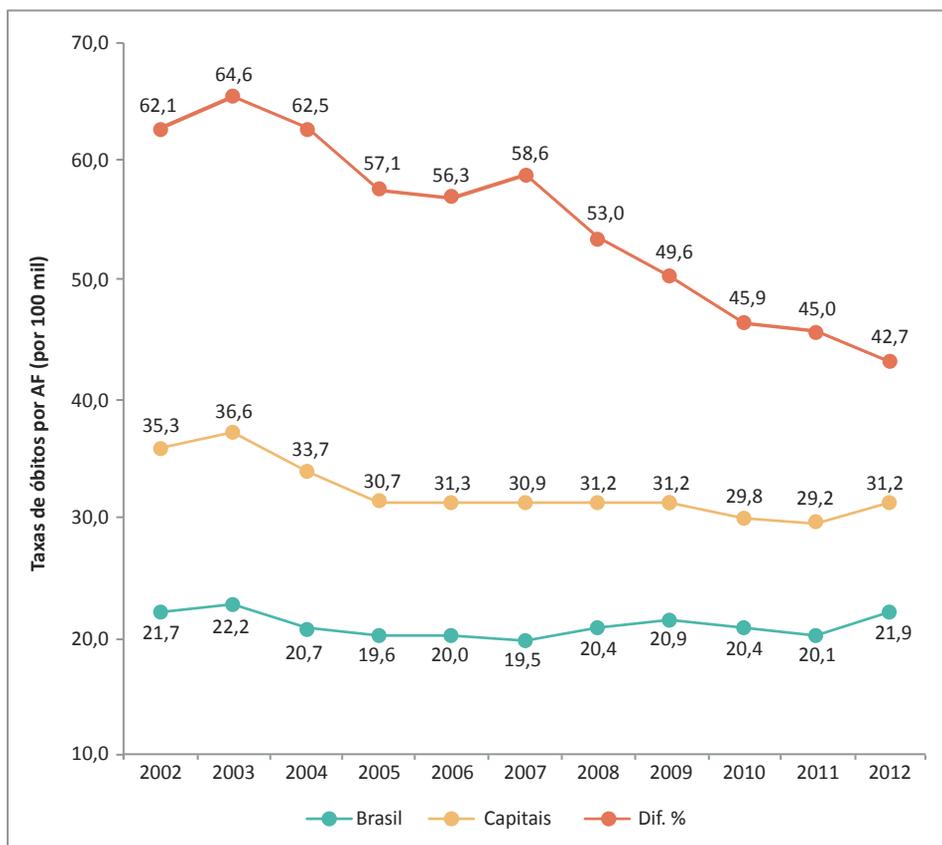
- Se o país entre 2002 e 2012 registra um aumento de 11,7% no número de vítimas de AF, nas capitais houve uma queda de 1,6%. Em outras palavras, enquanto fora das capitais estaduais as taxas crescem, nas capitais as taxas tendem a cair.
- Maior evidência desse processo pode ser encontrada no Gráfico 4.2. Em 2002, as taxas das capitais eram 62,1% superiores às do país. Em 2012, esse diferencial cai para 42,7% e com tendência a continuar caindo.

Gráfico 4.1. Taxas de óbitos por AF. Capitais. População Total. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 4.2. Diferença % das taxas de óbitos por AF. UF e Capitais. Brasil. 2002/2012.

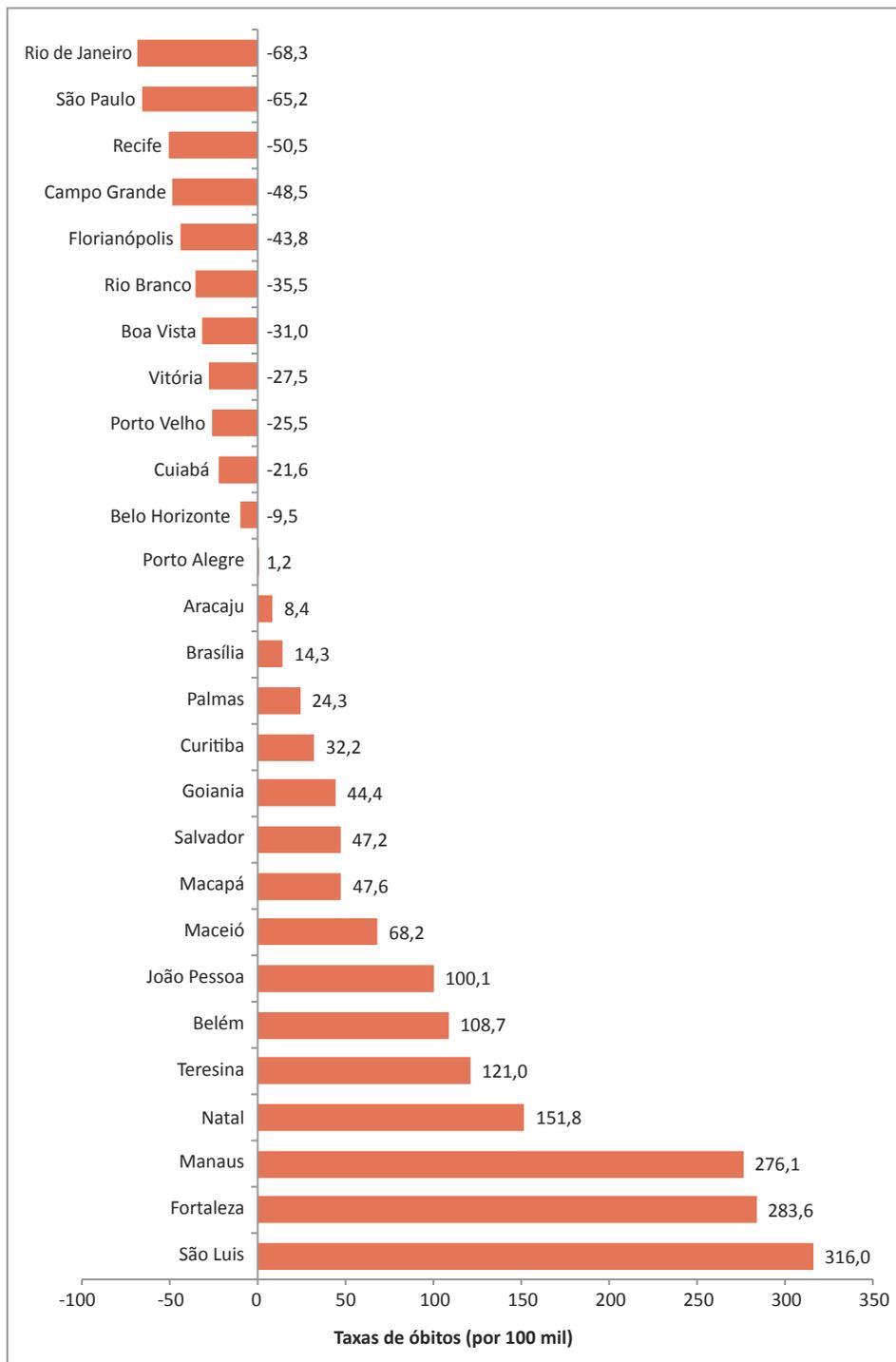


Fonte: SIM/SVS/MS.

Pelo Gráfico 4.3 podemos verificar que, entre 2002 e 2012, em 16 capitais as taxas aumentam, e apenas em 11 as taxas caem. Mas na média global preponderam as quedas (crescimento negativo de 11,5%) em função do elevado peso demográfico de várias capitais nesse segundo grupo, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, que fazem pender a balança para o lado das quedas.

Casos extremos de crescimento dos índices de mortalidade na década foram registrados em São Luís, com aumento na década acima de 300% em Fortaleza, e em Manaus pouco abaixo de 300%.

Gráfico 4.3. Crescimento % das taxas de óbitos por AF. Capitais. População Total. 2002/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Se a média global experimentou uma leve queda nas capitais, algumas unidades apresentam, em 2012, situações bem graves e preocupantes, como Maceió, com uma taxa de 79,9 vítimas por AF por 100 mil habitantes, ou Fortaleza e João Pessoa, com taxas pouco abaixo de 70 vítimas. A única capital que nesse ano consegue uma taxa inferior aos 10 óbitos por 100 habitantes é Boa Vista, embora Palmas e Florianópolis estejam também perto dessa marca.

A evolução da mortalidade por AF da juventude nas capitais, detalhada nas tabelas 4.4 a 4.6 e nos gráficos 4.4 e 4.5, não difere significativamente da já vista para o conjunto da população, contudo apresenta uma piora mais acentuada dos indicadores:

- a taxa de mortalidade por AF entre os jovens das capitais, de 72,5 óbitos por cada 100 mil jovens em 2012 mais que duplica em relação à taxa do conjunto da população das capitais, que nesse ano foi de 31,2 mortes por 100 mil habitantes, claro indicador dos níveis imperantes de vitimização juvenil nas capitais;
- entre 2002 e 2012, as taxas da população total das capitais caem 11,5%. Já as taxas juvenis dessas capitais caem só 3,7%, mostrando ritmos diferenciados.

Tabela 4.4. Óbitos por armas de fogo na população jovem. Capitais. Brasil. 2002/2012.

Capital	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Belém	151	199	199	270	233	264	361	355	439	336	360	138,4	7,1
Boa Vista	14	13	14	8	12	9	9	7	9	9	12	-14,3	33,3
Macapá	23	47	39	24	37	31	42	33	64	44	63	173,9	43,2
Manaus	95	96	127	155	207	237	273	338	376	532	465	389,5	-12,6
Palmas	8	17	11	8	11	5	6	6	13	17	15	87,5	-11,8
Porto Velho	77	73	91	88	95	99	68	74	75	64	72	-6,5	12,5
Rio Branco	38	25	29	12	16	24	22	26	22	10	28	-26,3	180,0
NORTE	406	470	510	565	611	669	781	839	998	1.012	1.015	150,0	0,3
Aracaju	134	120	100	88	117	91	103	95	95	123	165	23,1	34,1
Fortaleza	237	234	260	368	413	509	488	539	754	781	1.204	408,0	54,2
João Pessoa	127	137	130	155	173	193	223	268	344	375	346	172,4	-7,7
Maceió	259	283	311	339	514	537	621	532	634	606	528	103,9	-12,9
Natal	95	94	117	164	176	174	170	240	161	223	273	187,4	22,4
Recife	765	768	804	782	802	781	728	661	486	496	407	-46,8	-17,9
Salvador	645	676	608	600	682	833	1.292	1.408	1.148	978	1.020	58,1	4,3
São Luís	51	79	95	96	102	141	170	216	210	221	294	476,5	33,0
Teresina	59	78	76	87	100	86	68	95	99	125	151	155,9	20,8
NORDESTE	2.372	2.469	2.501	2.679	3.079	3.345	3.863	4.054	3.931	3.928	4.388	85,0	11,7
Belo Horizonte	562	767	943	781	721	726	611	516	460	518	539	-4,1	4,1
Rio de Janeiro	1.770	1.725	1.646	1.428	1.450	1.307	1.019	991	768	603	578	-67,3	-4,1
São Paulo	2.437	2.515	1.846	1.355	1.158	811	614	680	582	539	746	-69,4	38,4
Vitória	144	127	135	148	148	135	130	132	143	113	120	-16,7	6,2
SUDESTE	4.913	5.134	4.570	3.712	3.477	2.979	2.374	2.319	1.953	1.773	1.983	-59,6	11,8
Curitiba	281	332	355	417	468	478	542	526	506	383	360	28,1	-6,0
Florianópolis	55	67	68	62	48	57	57	52	49	45	36	-34,5	-20,0
Porto Alegre	301	277	324	322	265	376	341	307	265	261	308	2,3	18,0
SUL	637	676	747	801	781	911	940	885	820	689	704	10,5	2,2
Brasília	396	440	420	366	362	419	428	519	422	442	488	23,2	10,4
Campo Grande	88	108	93	87	98	114	96	98	62	73	61	-30,7	-16,4
Cuiabá	139	126	124	125	125	100	98	112	106	110	110	-20,9	0,0
Goiania	204	207	204	223	210	219	286	221	225	304	351	72,1	15,5
CENTRO OESTE	827	881	841	801	795	852	908	950	815	929	1.010	22,1	8,7
BRASIL	9.155	9.630	9.169	8.558	8.743	8.756	8.866	9.047	8.517	8.331	9.100	-0,6	9,2

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

Tabela 4.5. Taxas de óbitos (por 100 mil) por AF. População Jovem. Capitais. Brasil. 2002/2012.													
Capital	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 1	Δ% 2
Belém	35,7	46,4	45,7	60,1	51,0	61,0	86,2	85,1	110,1	83,7	89,2	149,7	6,5
Boa Vista	20,8	18,7	19,6	10,5	15,3	11,7	11,6	9,0	10,1	9,9	12,9	-37,8	30,5
Macapá	23,4	46,1	36,8	21,0	31,3	26,5	38,4	29,8	51,5	34,6	48,6	107,7	40,2
Manaus	19,6	19,3	25,0	29,0	37,7	44,4	52,4	64,3	69,5	96,6	83,1	323,5	-14,0
Palmas	14,2	28,3	17,2	11,0	14,3	6,3	9,7	9,6	16,9	21,5	18,4	29,6	-14,2
Porto Velho	73,2	68,2	83,5	77,8	82,4	83,6	59,1	64,1	56,5	47,4	52,5	-28,3	10,7
Rio Branco	45,4	29,1	33,0	12,6	16,3	24,5	24,2	28,5	21,6	9,7	26,6	-41,5	175,1
NORTE	30,8	34,8	36,9	38,8	40,9	45,9	56,0	59,9	68,1	68,0	67,2	118,2	-1,2
Aracaju	89,5	79,1	65,2	55,8	73,3	59,7	65,7	61,1	57,1	72,9	96,4	7,8	32,3
Fortaleza	35,9	34,9	38,2	52,1	57,5	68,8	65,9	72,2	104,9	107,6	164,3	357,4	52,7
João Pessoa	68,9	73,1	68,3	78,7	86,4	94,3	108,3	129,6	169,2	182,0	165,8	140,8	-8,9
Maceió	102,2	109,5	118,1	123,4	183,2	196,2	233,5	199,4	245,3	231,9	199,9	95,6	-13,8
Natal	44,0	42,9	52,7	71,7	75,8	73,5	72,9	103,0	69,5	95,4	115,9	163,5	21,4
Recife	182,8	182,0	189,0	180,5	183,4	182,7	169,9	154,9	119,5	121,3	99,0	-45,9	-18,4
Salvador	79,6	82,3	73,0	69,8	78,2	100,0	148,0	162,2	152,3	128,9	133,5	67,7	3,6
São Luis	16,8	25,6	30,2	29,3	30,5	42,0	53,0	67,6	65,5	68,1	89,5	432,2	31,5
Teresina	25,0	32,5	31,2	34,6	39,1	33,0	27,0	38,4	40,4	50,5	60,4	141,8	19,7
NORDESTE	73,4	75,3	75,2	78,0	88,2	96,6	111,1	116,8	119,0	117,8	130,4	77,6	10,7
Belo Horizonte	84,5	114,2	139,2	112,9	103,2	110,2	94,2	80,7	72,8	81,6	84,5	0,0	3,6
Rio de Janeiro	116,8	113,1	107,3	91,8	92,6	88,1	69,8	68,4	50,4	39,3	37,5	-67,9	-4,7
São Paulo	81,0	83,0	60,5	43,7	37,0	27,7	21,5	24,2	20,0	18,4	25,4	-68,7	37,7
Vitória	167,2	145,9	153,4	164,2	162,3	153,8	153,0	158,0	161,1	126,2	133,0	-20,5	5,4
SUDESTE	93,1	96,6	85,4	68,2	63,4	57,7	47,1	46,5	37,9	34,2	38,1	-59,1	11,3
Curitiba	59,5	69,1	72,8	82,5	91,1	96,3	109,9	106,6	109,1	82,0	76,5	28,7	-6,7
Florianópolis	52,0	61,9	61,4	53,3	40,3	49,2	51,7	47,3	41,7	37,7	29,8	-42,8	-21,1
Porto Alegre	83,4	76,1	88,4	86,4	70,5	102,1	95,2	86,5	75,4	74,0	87,1	4,5	17,7
SUL	67,8	71,0	77,4	80,6	77,4	92,9	97,8	92,3	87,9	73,4	74,5	9,9	1,6
Brasília	57,2	62,3	58,3	48,6	47,1	59,8	58,9	70,9	57,4	59,2	64,4	12,7	8,8
Campo Grande	43,8	52,7	44,6	40,0	44,1	51,6	45,8	46,8	28,5	33,2	27,4	-37,4	-17,4
Cuiabá	89,1	79,5	77,0	75,1	73,8	60,5	61,1	70,4	66,3	68,1	67,5	-24,2	-0,9
Goiania	57,5	57,5	55,8	59,1	54,7	60,8	79,4	61,9	59,8	79,9	91,1	58,6	14,1
CENTRO OESTE	58,9	61,6	57,8	52,9	51,5	58,9	62,3	65,2	54,8	61,6	66,1	12,3	7,3
BRASIL	75,2	78,1	73,4	66,7	67,1	70,0	71,9	73,7	69,0	66,9	72,5	-3,7	8,3

Fonte: SIM/SVS/MS.

*Δ% 1 = Crescimento % 2002/2012

*Δ% 2 = Crescimento % 2011/2012

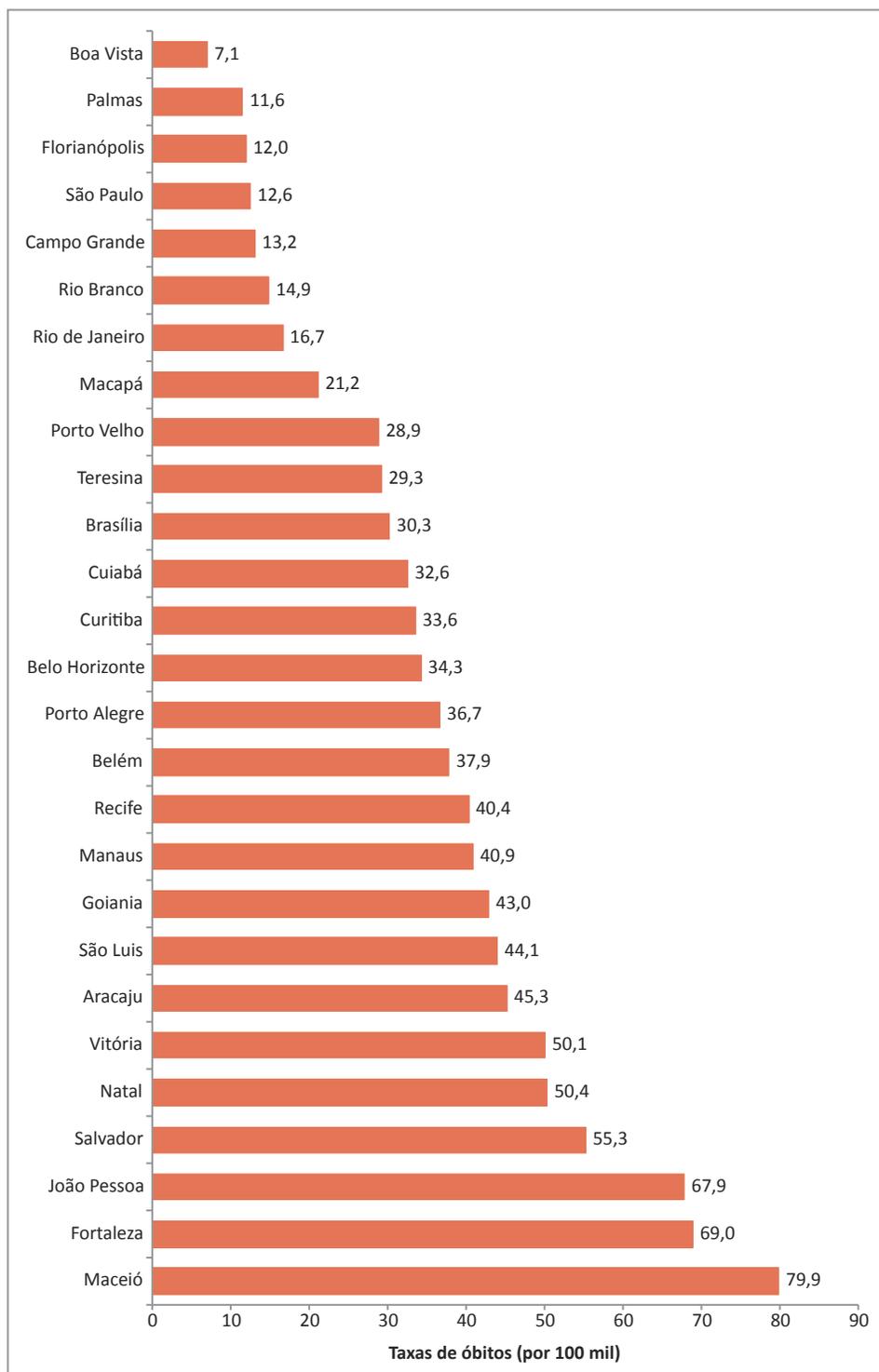
Novamente aqui, nas capitais, também se observa a mudança de padrões já indicada: capitais que na virada de século apresentavam elevados índices de violência, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife, conseguem fazer regredir os níveis de violência. Outras capitais, relativamente tranquilas, sofrem pesados incrementos, como João Pessoa, Fortaleza ou Natal.

Tabela 4.6. Ordenamento das taxas de óbitos por AF nas capitais. População jovem. Brasil. 2002/2012.

Capital	2002		2012	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Maceió	102,2	4º	199,9	1º
João Pessoa	68,9	12º	165,8	2º
Fortaleza	35,9	20º	164,3	3º
Salvador	79,6	10º	133,5	4º
Vitória	167,2	2º	133,0	5º
Natal	44,0	18º	115,9	6º
Recife	182,8	1º	99,0	7º
Aracaju	89,5	5º	96,4	8º
Goiânia	57,5	14º	91,1	9º
São Luís	16,8	26º	89,5	10º
Belém	35,7	21º	89,2	11º
Porto Alegre	83,4	8º	87,1	12º
Belo Horizonte	84,5	7º	84,5	13º
Manaus	19,6	25º	83,1	14º
Curitiba	59,5	13º	76,5	15º
Cuiabá	89,1	6º	67,5	16º
Brasília	57,2	15º	64,4	17º
Teresina	25,0	22º	60,4	18º
Porto Velho	73,2	11º	52,5	19º
Macapá	23,4	23º	48,6	20º
Rio de Janeiro	116,8	3º	37,5	21º
Florianópolis	52,0	16º	29,8	22º
Campo Grande	43,8	19º	27,4	23º
Rio Branco	45,4	17º	26,6	24º
São Paulo	81,0	9º	25,4	25º
Palmas	14,2	27º	18,4	26º
Boa Vista	20,8	24º	12,9	27º

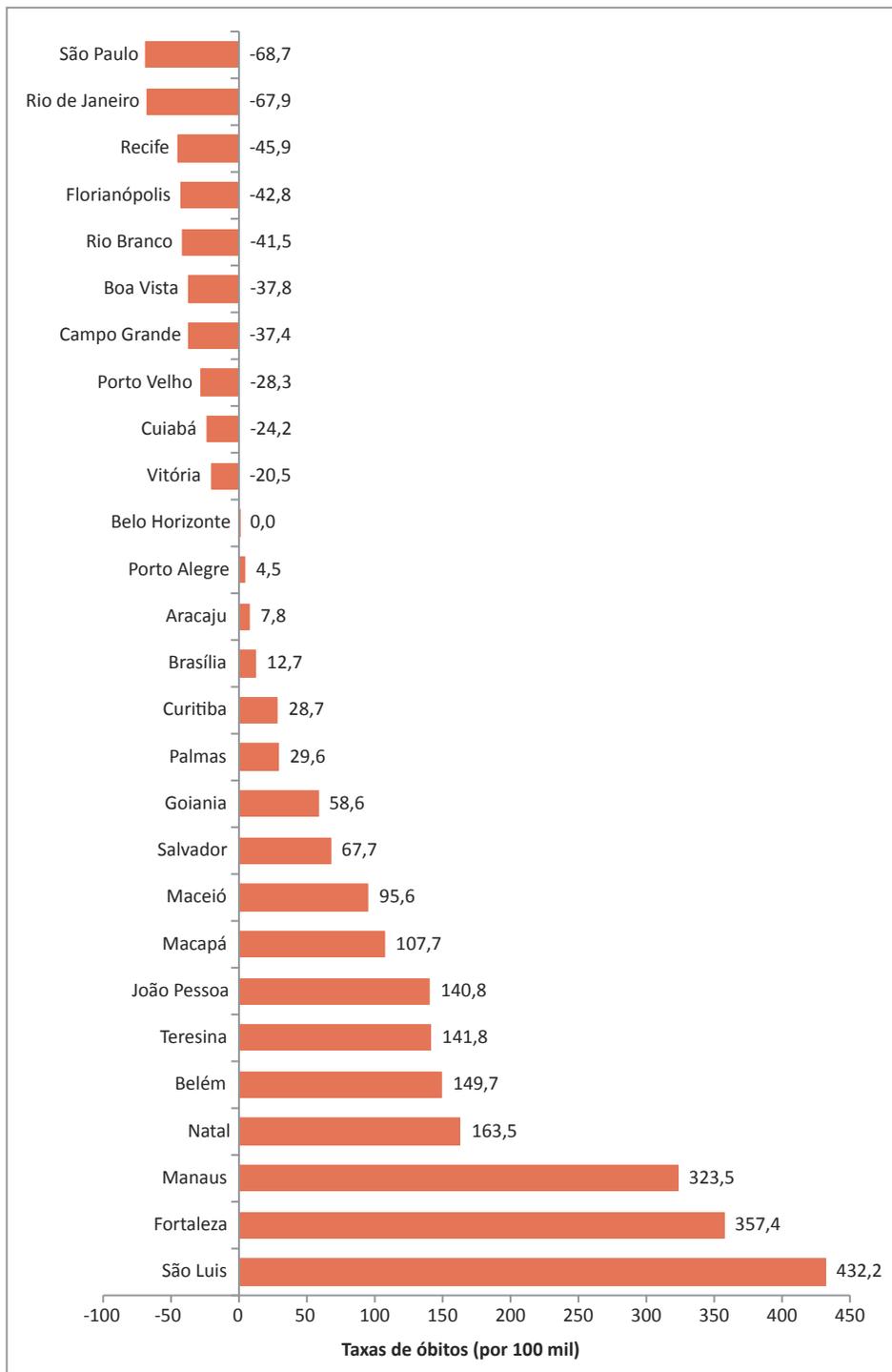
Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 4.4. Taxas de óbitos por AF. Capitais. População Jovem. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 4.5. Crescimento % das taxas de óbitos por AF. Capitais. População Jovem. 2002/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

5. MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO NOS MUNICÍPIOS

Algumas ressalvas devem ser colocadas antes de entrar no tema. Quando se desagregam os dados para os municípios do país, os indicadores podem apresentar fortes oscilações de um ano para outro, principalmente nos municípios de menor porte. Para dar estabilidade a nosso indicador municipal, optou-se por:

- a. trabalhar com a média de óbitos por AF dos últimos três anos disponíveis: 2010, 2011 e 2012. Dessa forma, a taxa foi calculada relacionando a média de óbitos por AF, 2010-2012, com a média das estimativas de população do município para esses mesmos anos;
- b. calcular, para o conjunto da população, as taxas só para os municípios com mais de 20 mil habitantes, que representam, utilizando a média da população estimada no período de 2010-2012, um total de 1669 municípios;
- c. calcular, para população jovem, as taxas para os municípios com mais de 15 mil jovens, que representam, utilizando a média da população estimada no período de 2010-2012, um total de 555 municípios.

Nas tabelas a seguir são enumerados os 100 municípios com as maiores taxas médias de homicídios e de óbitos por armas de fogo: na tabela 5.1, os índices correspondentes à população total; na tabela 5.2, os relativos à população jovem. A lista completa com os 5.565 municípios pode ser encontrada no *site* www.mapadaviolencia.org.br.

Tal como aconteceu quando analisamos homicídios em mapas anteriores, a desagregação por município evidencia a existência de diferentes e/ou novas configurações de **focos** de violência, além dos já tradicionais, centrados nas capitais e regiões metropolitanas.

- **Novos Polos de Crescimento no Interior dos Estados.** Consolidase, durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos, que atraem investimentos, trabalho e migrações. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos.
- **Municípios de Fronteira.** Municípios de pequeno e médio porte que, por sua localização estratégica em áreas de fronteira internacional, são rota de grandes organizações transnacionais de contrabando de produtos ou armas, pirataria e tráfico de drogas.
- **Municípios do Arco do Desmatamento Amazônico.** Permeados por trabalho escravo, madeireiras ilegais, grilagem de terras, extermínio de comunidades indígenas locais, muitas vezes em função de grandes

empreendimentos agrícolas que demandam terras “desocupadas” ao amparo de fortes interesses políticos e financeiros locais.

- **Municípios de Turismo Predatório.** Localizados, principalmente, na orla marítima que atrai um turismo flutuante de finais de semana altamente predatório.
- **Municípios de Violência Tradicional,** que existem e subsistem ao longo do tempo, como o “polígono da maconha” de Pernambuco ou grotões de clientelismo político.

Cada uma dessas *configurações* apresenta modos específicos e diferenciados de produção de violência armada, demandando abordagens também diferenciadas para seu enfrentamento e erradicação.

Podemos observar na tabela 5.1 que dois municípios do país ultrapassam a marca das 100 mortes por AF por 100 mil habitantes: Simões Filho, na Bahia e Ananindeua, no Pará.

Já entre os jovens, as taxas municipais são tragicamente mais elevadas: o mencionado Simões Filho (BA) ultrapassa a marca das 300 mortes por 100 mil jovens, e mais cinco superam 200 mortes por 100 mil jovens: Lauro de Freitas e Itabuna (BA), Ananindeua (PA), Maceió (AL) e Cabedelo (PB).

Todos esses municípios, há alguns anos, vêm aparecendo nos primeiros lugares nacionais nos mapas da violência, sem apresentar significativa melhora de seus indicadores.

Tabela 5.1. Homicídios e óbitos por AF. Taxas médias 2010/2012 em municípios com mais de 20.000 habitantes. População Total. Brasil. 2010/2012.

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Simões Filho	BA	121.416	179	140	140	180	143	151	126,0	130,1	1º
Ananindeua	PA	483.821	620	446	456	621	447	457	104,9	105,1	2º
Lauro de Freitas	BA	171.042	170	136	163	174	137	178	91,4	95,3	3º
Pilar	AL	33.623	26	32	38	26	32	38	95,2	95,2	4º
Mata de São João	BA	41.527	22	36	58	22	37	59	93,1	94,7	5º
Campina Grande do Sul	PR	39.404	38	39	32	40	39	32	92,2	93,9	6º
Porto Seguro	BA	131.642	127	115	125	127	116	125	92,9	93,2	7º
Guaíra	PR	31.013	32	28	22	32	28	23	88,1	89,2	8º
Maceió	AL	953.393	878	902	761	881	903	762	88,8	89,0	9º
Cabedelo	PB	60.226	51	64	42	51	64	42	86,9	86,9	10º
Itabuna	BA	205.885	170	152	197	174	153	197	84,0	84,8	11º
Arapiraca	AL	218.140	181	198	175	181	198	176	84,7	84,8	12º
Rio Largo	AL	68.952	34	71	70	34	71	70	84,6	84,6	13º
Itaparica	BA	20.994	13	16	23	13	16	23	82,6	82,6	14º

(continua)

Tabela 5.1. (continuação)

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Buritis	RO	33.397	27	18	34	28	18	34	78,8	79,8	15º
São Miguel dos Campos	AL	56.319	39	56	38	39	56	38	78,7	78,7	16º
Serra	ES	422.569	320	346	315	322	351	317	77,4	78,1	17º
Conde	PB	22.154	11	19	19	12	20	19	73,7	76,7	18º
Santa Rita	PB	121.994	71	100	107	71	100	107	76,0	76,0	19º
Marechal Deodoro	AL	47.504	27	41	40	27	41	40	75,8	75,8	20º
Marabá	PA	243.583	186	179	163	187	181	164	72,3	72,8	21º
Itapissuma	PE	24.321	20	17	16	20	17	16	72,6	72,6	22º
João Pessoa	PB	742.478	515	575	499	518	582	504	71,3	72,0	23º
Marituba	PA	113.353	89	95	60	89	95	60	71,8	71,8	24º
Valença	BA	90.319	71	56	60	72	56	61	69,0	69,8	25º
Teixeira de Freitas	BA	143.001	86	99	99	89	105	103	66,2	69,2	26º
Eunápolis	BA	102.628	73	45	77	76	53	82	63,3	68,5	27º
Piraquara	PR	96.023	79	65	50	79	65	51	67,3	67,7	28º
Pinheiros	ES	24.284	6	22	20	7	22	20	65,9	67,3	29º
Valparaíso de Goiás	GO	138.740	88	103	86	89	103	87	66,6	67,0	30º
Cabo de Santo Agostinho	PE	189.222	112	120	140	112	120	140	65,5	65,5	31º
Coruripe	AL	53.224	21	39	44	21	39	44	65,1	65,1	32º
Almirante Tamandaré	PR	105.458	66	77	60	68	78	60	64,2	65,1	33º
Luziânia	GO	179.582	96	134	109	99	134	109	62,9	63,5	34º
Feira de Santana	BA	568.099	274	234	261	383	322	363	45,1	62,7	35º
Presidente Dutra	MA	45.564	19	29	35	20	29	36	60,7	62,2	36º
Mari	PB	21.254	5	17	17	5	17	17	61,2	61,2	37º
Vera Cruz	BA	38.748	22	31	18	22	31	18	61,1	61,1	38º
Tabuleiro do Norte	CE	29.522	15	17	22	15	17	22	61,0	61,0	39º
Camaçari	BA	255.238	115	153	173	119	155	189	57,6	60,5	40º
Cariacica	ES	352.431	210	192	231	211	196	231	59,9	60,3	41º
Alvorada	RS	197.441	76	97	130	99	110	147	51,2	60,1	42º
Novo Progresso	PA	25.151	17	14	12	19	14	12	57,0	59,6	43º
Candeias	BA	84.121	37	52	54	37	52	58	56,7	58,2	44º
Patos	PB	102.020	49	58	63	49	60	69	55,5	58,2	45º
Foz do Iguaçu	PR	255.718	161	119	155	165	121	158	56,7	57,9	46º
Ilhéus	BA	187.315	84	108	130	86	108	130	57,3	57,7	47º
Palmeira dos Índios	AL	70.738	32	44	43	32	44	43	56,1	56,1	48º

(continua)

Tabela 5.1. (continuação)

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homíc.	Óbitos	
Alagoinhas	BA	143.460	63	82	93	63	83	95	55,3	56,0	49 ^e
Salvador	BA	2.710.968	1.558	1.405	1.367	1.596	1.438	1.490	53,2	55,6	50 ^e
Murici	AL	27.030	5	20	20	5	20	20	55,5	55,5	51 ^e
Mossoró	RN	266.758	117	181	140	120	181	142	54,7	55,4	52 ^e
Itaitinga	CE	36.814	16	24	21	16	24	21	55,2	55,2	53 ^e
Vitória da Conquista	BA	315.884	227	128	158	229	129	162	54,1	54,9	54 ^e
Fortaleza	CE	2.500.194	1.139	1.174	1.718	1.158	1.201	1.724	53,7	54,4	55 ^e
Joaquim Gomes	AL	22.853	11	12	14	11	12	14	54,0	54,0	56 ^e
Extremoz	RN	25.324	8	0	19	12	4	25	35,5	54,0	57 ^e
São José da Laje	AL	22.906	11	14	12	11	14	12	53,8	53,8	58 ^e
Tailândia	PA	85.468	41	44	52	41	45	52	53,4	53,8	59 ^e
São Joaquim de Bicas	MG	26.653	7	15	15	9	17	17	46,3	53,8	60 ^e
Dias d'Ávila	BA	69.628	39	29	40	39	30	43	51,7	53,6	61 ^e
Teotônio Vilela	AL	41.797	25	25	17	25	25	17	53,4	53,4	62 ^e
Vitória	ES	333.162	194	165	163	199	167	168	52,2	53,4	63 ^e
Pinhais	PR	119.379	96	40	54	96	40	55	53,1	53,3	64 ^e
Eusébio	CE	47.993	22	13	41	22	13	41	52,8	52,8	65 ^e
Amélia Rodrigues	BA	25.080	4	18	15	6	18	15	49,2	51,8	66 ^e
Betim	MG	388.873	185	223	192	186	224	193	51,4	51,7	67 ^e
Quixeré	CE	20.810	4	16	12	4	16	12	51,3	51,3	68 ^e
Ilha de Itamaracá	PE	22.794	13	9	13	13	9	13	51,2	51,2	69 ^e
Castanhal	PA	178.986	92	103	76	92	103	76	50,5	50,5	70 ^e
São Sebastião	AL	32.446	17	17	15	17	17	15	50,3	50,3	71 ^e
União dos Palmares	AL	62.923	30	34	31	30	34	31	50,3	50,3	72 ^e
Ibirapitanga	BA	22.683	4	8	22	4	8	22	50,0	50,0	73 ^e
Pedro Canário	ES	24.071	13	16	7	13	16	7	49,9	49,9	74 ^e
Esmeraldas	MG	62.262	24	36	32	24	36	32	49,3	49,3	75 ^e
Itabaiana	SE	88.501	33	44	49	36	44	49	47,5	48,6	76 ^e
Sarandi	PR	84.573	30	39	52	31	39	52	47,7	48,1	77 ^e
Rondon do Pará	PA	48.036	30	22	17	30	22	17	47,9	47,9	78 ^e
Alexânia	GO	24.383	15	10	7	17	11	7	43,7	47,8	79 ^e
Tucumã	PA	34.956	31	9	7	33	10	7	44,8	47,7	80 ^e
Colombo	PR	217.443	85	104	112	88	104	117	46,1	47,4	81 ^e
Fazenda Rio Grande	PR	84.514	44	37	35	45	40	35	45,8	47,3	82 ^e
Olho d'Água das Flores	AL	20.460	6	14	9	6	14	9	47,2	47,2	83 ^e

(continua)

Tabela 5.1. (continuação)

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Águas Lindas de Goiás	GO	167.477	76	79	81	76	79	82	47,0	47,2	84º
Barbalha	CE	56.576	25	22	33	25	22	33	47,1	47,1	85º
Pojuca	BA	34.106	6	16	26	6	16	26	46,9	46,9	86º
Aquiraz	CE	74.465	30	26	48	30	26	48	46,6	46,6	87º
Cabo Frio	RJ	195.197	82	83	105	83	84	105	46,1	46,4	88º
Bayeux	PB	100.543	53	48	38	53	48	39	46,1	46,4	89º
Itajuípe	BA	20.878	9	10	10	9	10	10	46,3	46,3	90º
Santana do Ipanema	AL	45.453	15	25	23	15	25	23	46,2	46,2	91º
Ariquemes	RO	92.747	34	41	51	35	41	52	45,3	46,0	92º
São Mateus	ES	111.832	48	48	57	49	48	57	45,6	45,9	93º
Vila Velha	ES	424.948	200	192	187	203	193	187	45,4	45,7	94º
Propriá	SE	28.612	14	12	13	14	12	13	45,4	45,4	95º
São Bento	PB	31.582	16	17	10	16	17	10	45,4	45,4	96º
Boca da Mata	AL	26.010	11	13	11	11	13	11	44,9	44,9	97º
Campina Grande	PB	389.995	179	167	171	180	170	174	44,2	44,8	98º
Recife	PE	1.555.039	726	708	615	736	716	627	43,9	44,6	99º
Sooretama	ES	24.685	8	17	8	8	17	8	44,6	44,6	100º

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 5.2. Homicídios e óbitos por AF. Taxas médias 2010/2012 em municípios com mais de 15.000 habitantes. População Jovem. Brasil. 2010/2012.

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Simões Filho	BA	35625	128	99	100	128	99	109	306,0	314,4	1º
Lauro de Freitas	BA	48713	140	101	120	141	101	132	247,0	255,9	2º
Ananindeua	PA	143883	377	295	312	377	295	312	228,0	228,0	3º
Maceió	AL	264143	634	606	527	634	606	528	223,0	223,1	4º
Itabuna	BA	57378	121	103	133	122	103	133	207,4	208,0	5º
Cabedelo	PB	16629	27	45	30	27	45	30	204,5	204,5	6º
Santa Rita	PB	33153	48	69	79	48	69	79	197,1	197,1	7º
Porto Seguro	BA	37883	80	61	80	80	61	80	194,5	194,5	8º
Rio Largo	AL	18863	20	50	40	20	50	40	194,4	194,4	9º
Serra	ES	121917	215	236	221	216	238	221	183,7	184,6	10º
São Miguel dos Campos	AL	16646	22	39	26	22	39	26	174,2	174,2	11º
Eunápolis	BA	29235	54	33	48	55	41	54	153,9	171,0	12º

(continua)

Tabela 5.2. (continuação)

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Marituba	PA	34324	63	68	45	63	68	45	170,9	170,9	13º
Arapiraca	AL	62251	107	111	101	107	111	101	170,8	170,8	14º
João Pessoa	PB	208690	344	375	345	344	375	346	169,9	170,1	15º
Teixeira de Freitas	BA	40928	61	67	71	64	68	76	162,1	169,4	16º
Valença	BA	26156	47	42	37	48	42	37	160,6	161,8	17º
Cabo de Santo Agostinho	PE	54200	72	80	85	72	82	85	145,8	147,0	18º
Feira de Santana	BA	165918	194	146	157	283	205	239	99,8	146,1	19º
Piraquara	PR	27109	47	39	31	47	39	32	143,9	145,1	20º
Cariacica	ES	97200	137	136	149	137	137	149	144,7	145,1	21º
Valparaíso de Goiás	GO	41429	62	58	59	62	58	60	144,0	144,8	22º
Alvorada	RS	52058	50	66	88	59	75	92	130,6	144,7	23º
Marabá	PA	76181	119	103	100	119	104	100	140,9	141,3	24º
Camaçari	BA	78786	78	110	134	78	111	143	136,2	140,5	25º
Vitória	ES	90232	141	112	119	143	113	120	137,4	138,9	26º
Salvador	BA	763850	1134	953	929	1148	978	1020	131,6	137,3	27º
Foz do Iguaçu	PR	69004	98	89	90	99	89	90	133,8	134,3	28º
Alagoinhas	BA	40583	49	54	56	49	55	57	130,6	132,2	29º
Almirante Tamandaré	PR	28995	36	43	34	36	44	34	129,9	131,1	30º
Luziânia	GO	50687	66	78	52	69	78	52	128,9	130,9	31º
Ilhéus	BA	50444	57	63	75	58	63	76	128,9	130,2	32º
Pinhais	PR	32121	65	19	37	65	19	39	125,6	127,6	33º
Candeias	BA	24557	24	33	33	24	33	36	122,2	126,2	34º
Fortaleza	CE	732682	741	764	1202	754	781	1204	123,2	124,6	35º
Vitória da Conquista	BA	89052	149	85	91	149	85	94	121,7	122,8	36º
Betim	MG	111092	123	150	134	124	150	134	122,1	122,4	37º
Mossoró	RN	77356	75	109	96	77	109	96	120,7	121,5	38º
União dos Palmares	AL	17641	19	27	18	19	27	18	120,9	120,9	39º
Coruripe	AL	15843	13	17	27	13	17	27	119,9	119,9	40º
Sarandi	PR	22624	17	22	38	18	22	38	113,4	114,9	41º

(continua)

Tabela 5.2. (continuação)

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Vila Velha	ES	113297	137	133	119	138	133	119	114,4	114,7	42º
Recife	PE	411204	481	492	402	486	496	407	111,5	112,6	43º
Esmeraldas	MG	16028	12	23	19	12	23	19	112,3	112,3	44º
Águas Lindas de Goiás	GO	48753	53	55	56	53	55	56	112,1	112,1	45º
Patos	PB	28228	26	29	36	26	30	37	107,5	109,8	46º
Colombo	PR	60194	60	65	65	60	66	68	105,2	107,4	47º
Dias d'Ávila	BA	20579	25	16	20	25	18	23	98,8	106,9	48º
Bayeux	PB	28040	32	29	27	32	29	27	104,6	104,6	49º
Cabo Frio	RJ	49057	48	43	61	48	43	61	103,3	103,3	50º
Palmeira dos Índios	AL	18845	14	23	21	14	23	21	102,6	102,6	51º
Governador Valadares	MG	70019	57	77	78	57	79	79	100,9	102,4	52º
Guarapari	ES	27883	28	32	25	28	32	25	101,6	101,6	53º
Maracanaú	CE	65505	68	53	75	68	56	75	99,7	101,3	54º
Castanhal	PA	55128	44	73	50	44	73	50	101,0	101,0	55º
São Mateus	ES	31140	29	25	38	29	25	39	98,5	99,6	56º
Fazenda Rio Grande	PR	23306	27	24	16	28	25	16	95,8	98,7	57º
Campo Mourão	PR	23226	30	15	22	31	15	22	96,2	97,6	58º
Santo Antônio do Descoberto	GO	18584	13	20	19	13	20	21	93,3	96,9	59º
Goiana	PE	20836	26	11	22	26	11	23	94,4	96,0	60º
Campina Grande	PB	108987	113	97	99	113	98	100	94,5	95,1	61º
São José dos Pinhais	PR	74901	86	72	49	87	72	53	92,1	94,3	62º
Nova Iguaçu	RJ	204028	211	172	191	211	174	192	93,8	94,3	63º
Belém	PA	403736	435	325	356	439	336	360	92,1	93,7	64º
Natal	RN	235598	157	206	234	161	223	273	84,5	93,0	65º
Penedo	AL	17266	15	21	12	15	21	12	92,7	92,7	66º
Cascavel	PR	82629	73	69	84	74	69	86	91,2	92,4	67º
Rio Verde	GO	57425	56	36	63	57	38	63	90,0	91,7	68º
Paulista	PE	79467	75	68	74	75	68	75	91,0	91,4	69º
Jaboatão dos Guararapes	PE	176045	164	159	152	164	161	152	89,9	90,3	70º
Contagem	MG	169967	160	126	173	160	126	174	90,0	90,2	71º
Telêmaco Borba	PR	18284	15	13	16	16	14	19	80,2	89,3	72º
Aquiraz	CE	22090	17	14	28	17	14	28	89,0	89,0	73º
Igarassu	PE	28510	35	19	22	35	19	22	88,9	88,9	74º

(continua)

Tabela 5.2. (continuação)

Município	UF	População 2012	nº homicídios AF			nº óbitos AF			Taxa Média*		Pos.
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	Homic.	Óbitos	
Curitiba	PR	470395	500	382	355	506	383	360	87,7	88,5	75ª
Campos dos Goytacazes	RJ	121150	110	87	122	110	88	122	87,8	88,0	76ª
Formosa	GO	29704	17	21	37	17	23	38	84,2	87,5	77ª
Abreu e Lima	PE	25107	25	22	18	25	22	18	86,3	86,3	78ª
Tailândia	PA	28231	26	23	24	26	23	24	86,2	86,2	79ª
Horizonte	CE	19344	9	18	21	10	19	21	82,7	86,2	80ª
São Gonçalo do Amarante	RN	26411	14	29	21	18	29	21	80,8	85,8	81ª
Cidade Ocidental	GO	16739	16	17	8	16	17	10	81,6	85,6	82ª
Ibité	MG	45838	33	38	46	33	38	46	85,1	85,1	83ª
Itabaiana	SE	25675	15	23	25	17	23	25	81,8	84,4	84ª
Várzea Grande	MT	74935	55	60	73	55	61	73	83,6	84,1	85ª
Ariquemes	RO	27182	17	19	31	18	19	31	82,2	83,4	86ª
Itaguaí	RJ	29324	22	17	32	23	17	33	80,7	83,0	87ª
Olinda	PE	97102	99	85	55	100	86	55	82,0	82,7	88ª
Araucária	PR	34684	34	16	32	34	18	34	78,8	82,7	89ª
Caruaru	PE	92465	81	76	70	81	76	72	81,8	82,6	90ª
Moju	PA	21859	11	20	10	16	21	17	62,5	82,3	91ª
Linhares	ES	41294	33	32	35	33	33	36	80,7	82,3	92ª
Manaus	AM	559335	374	530	463	376	532	465	81,5	81,8	93ª
Aparecida de Goiânia	GO	141198	85	105	152	86	106	152	80,7	81,2	94ª
Caucaia	CE	99980	77	56	109	77	56	109	80,7	80,7	95ª
Aracruz	ES	24002	19	20	19	19	20	19	80,5	80,5	96ª
Novo Gama	GO	28332	21	18	29	21	18	29	80,0	80,0	97ª
Guaíba	RS	24288	21	20	15	22	21	15	76,9	79,6	98ª
Ribeirão das Neves	MG	86391	50	89	66	50	90	66	79,1	79,5	99ª
Belo Horizonte	MG	637744	454	513	534	460	518	539	78,5	79,3	100ª

Fonte: SIM/SVS/MS.

6. VITIMIZAÇÃO JUVENIL

Propomos dois indicadores ou medidas para caracterizar, de forma sintética, a situação e evolução da violência letal por AF:

1. A Taxa de Homicídios por AF (THAF), utilizada ao longo dos diversos capítulos, para ponderar a intensidade ou virulência da situação. Seria um termômetro que mede a *temperatura* da violência e resulta da relação entre o número de homicídios por AF registrados em determinada área e a população da mesma.
2. O Índice de Vitimização Juvenil por AF (IVJ-AF). Dado os objetivos do presente estudo, além da intensidade, também interessa determinar a incidência e prevalência do fenômeno no mundo jovem. Para construir esse indicador, primeiramente dividimos a população em dois grandes grupos:
 - a. os jovens: a população de 15 a 29 anos;
 - b. os não jovens: a população com menos de 15 anos e a com 30 ou mais anos.

São calculadas as THAF para cada um desses dois grupos e se determina a relação percentual entre ambas. Esse índice estabelece o grau de concentração dos homicídios por AF entre os jovens:

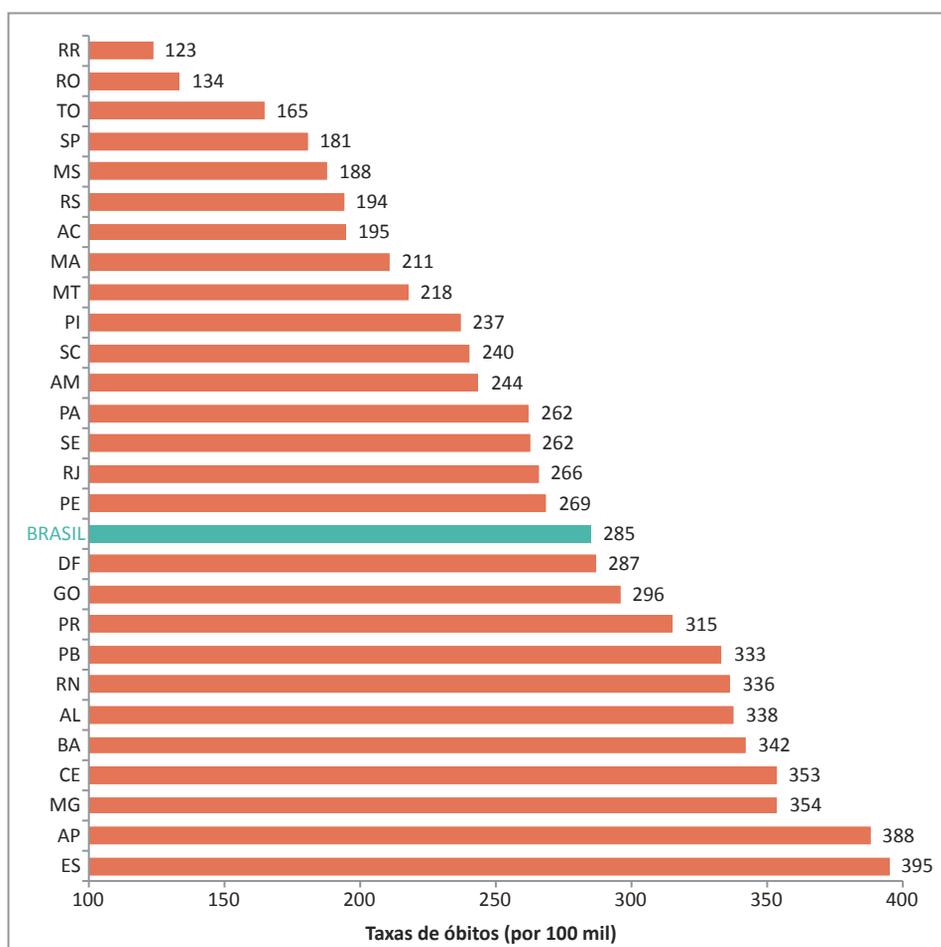
- se o IVJ-AF estiver perto do zero, indica que ambas as taxas, a jovem e a não jovem são semelhantes, não havendo vitimização;
- se o índice for negativo, significa que a incidência é maior no grupo de não jovens;
- se o índice for positivo e diferente de zero, indica a existência de vitimização juvenil. Quanto maior o IVJ-AF, maior vitimização juvenil. Assim, por exemplo, o IVJ-AF nacional de 285% na tabela 6.1 significa que, no país, em 2012, morreram proporcionalmente 285% mais jovens que não jovens. Assim, foram vítimas de homicídio por AF perto de quatro vezes mais jovens que não jovens: a cada não jovem morrer, proporcionalmente, perto de quatro jovens.

A Tabela e o Gráfico 6.1 detalham esses indicadores para as UFs e regiões do país. Podemos observar:

- na região Nordeste concentram-se as maiores THAF tanto de jovens quanto de não jovens, sendo a região com maior IVJ-AF do país: 312,9%, isto é, a região que mais vitima os jovens via homicídio por AF;
- Sudoeste é a única região que consegue TAFH abaixo de 10 para sua população não jovem, seguida de perto pela região Sul com taxa de 11,2 por 100 mil;

- entre as UFs, destaque pesado e altamente preocupante nesse campo é Alagoas, com níveis totalmente inaceitáveis de assassinatos por AF tanto para sua população jovem (123,6) quanto para a não jovem (28,2);
- mas é no Espírito Santo que se encontra o maior IVJ-AF: 394,9%. Por cada não jovem, em 2012 foram assassinados cinco jovens por AF;
- também Amapá, Alagoas, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia apresentaram índices extremamente elevados de vitimização juvenil;
- os menores índices de vitimização juvenil foram registrados em Rondônia e Roraima: em torno de 130%. Ainda assim, são índices extremamente altos: nesses estados, a proporção de mortes jovens é o dobro da dos não jovens.

Gráfico 6.1. Vitimização juvenil por AF. UFs. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 6.1. Óbitos, taxas (por 100 mil) e vitimização Juvenil por AF nas UF. Brasil. 2012.

UF/REGIÃO	Número		Taxas (por 100 mil)		Vitimização (%)
	Jovem	Não Jovem	Jovem	Não Jovem	
Acre	50	41	22,5	7,6	194,7
Amapá	80	37	37,3	7,6	387,9
Amazonas	512	356	48,3	14,1	243,7
Pará	1.360	893	58,7	16,2	262,2
Rondônia	175	183	37,9	16,2	133,6
Roraima	17	18	12,2	5,5	123,5
Tocantins	98	92	24,1	9,1	164,6
NORTE	2.292	1.620	47,6	14,1	238,4
Alagoas	1.097	643	123,6	28,2	337,7
Bahia	3.262	1.885	81,8	18,5	342,2
Ceará	2.037	1.124	82,9	18,3	353,4
Maranhão	697	538	35,3	11,4	210,7
Paraíba	780	480	75,0	17,3	333,3
Pernambuco	1.458	1.047	59,5	16,2	268,7
Piauí	201	152	22,6	6,7	236,9
Rio Grande do Norte	588	342	64,5	14,8	336,5
Sergipe	390	268	64,5	17,8	262,5
NORDESTE	10.510	6.479	69,1	16,7	312,9
Espírito Santo	886	485	91,8	18,6	394,9
Minas Gerais	2.092	1.290	40,0	8,8	353,8
Rio de Janeiro	1.956	1.637	48,9	13,4	265,7
São Paulo	2.105	2.134	19,3	6,9	180,5
SUDESTE	7.039	5.546	33,4	9,2	263,9
Paraná	1.522	1.045	55,4	13,3	315,4
Rio Grande do Sul	978	1.014	36,8	12,5	193,9
Santa Catarina	305	244	17,8	5,2	240,4
SUL	2.805	2.303	39,4	11,2	252,5
Distrito Federal	488	315	64,4	16,7	286,8
Goiás	1.169	782	69,3	17,5	295,8
Mato Grosso	394	316	44,9	14,1	217,7
Mato Grosso do Sul	185	173	27,3	9,5	187,8
CENTRO-OESTE	2.236	1.586	55,9	15,2	267,2
BRASIL	24.882	17.534	47,6	12,4	285,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 6.2. Óbitos, taxas e vitimização juvenil por AF nas Capitais. Brasil. 2012.

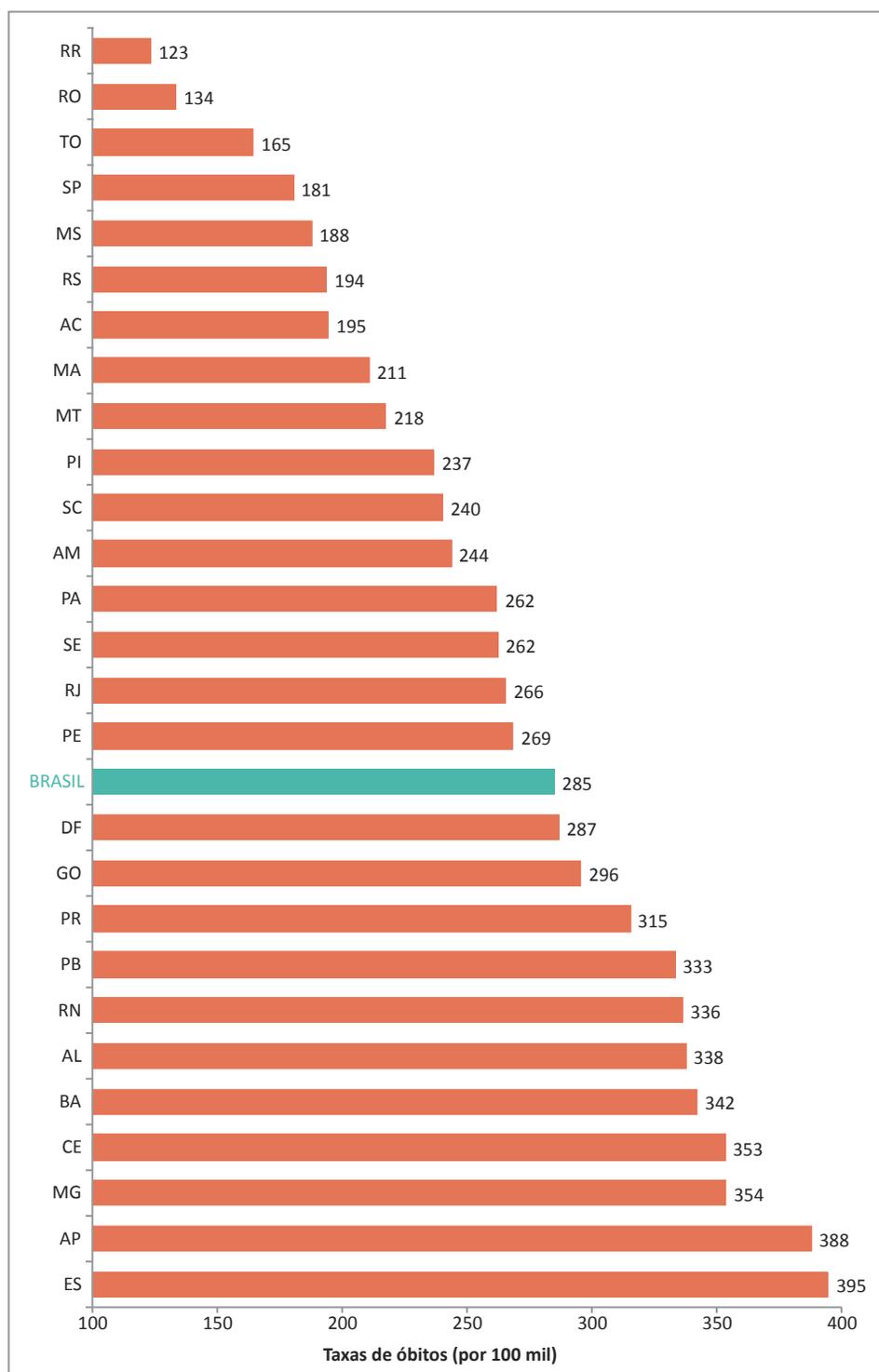
UF/REGIÃO	Número		Taxas (por 100 mil)		Vitimização (%)
	Jovem	Não Jovem	Jovem	Não Jovem	
Belém	360	174	89,2	17,3	415,9
Boa Vista	12	9	12,9	4,4	193,2
Macapá	63	25	48,6	8,7	455,3
Manaus	465	297	83,1	22,8	264,6
Palmas	15	13	18,4	8,1	127,7
Porto Velho	72	56	52,5	18,3	186,2
Rio Branco	28	24	26,6	9,9	169,0
NORTE	1.015	598	67,2	17,0	294,4
Aracaju	165	101	96,4	24,2	297,8
Fortaleza	1.204	520	164,3	29,4	458,6
João Pessoa	346	158	165,8	29,6	460,1
Maceió	528	234	199,9	33,9	488,8
Natal	273	139	115,9	23,9	385,2
Recife	407	221	99,0	19,3	412,3
Salvador	1.020	479	133,5	24,6	442,8
São Luís	294	164	89,5	23,1	287,9
Teresina	151	92	60,4	15,9	281,3
NORDESTE	4.388	2.108	130,4	25,2	417,8
Belo Horizonte	539	283	84,5	16,1	425,0
Rio de Janeiro	578	488	37,5	10,1	272,8
São Paulo	746	683	25,4	8,1	213,4
Vitória	120	47	133,0	19,3	587,4
SUDESTE	1.983	1.501	38,1	9,8	287,7
Curitiba	360	237	76,5	18,1	321,8
Florianópolis	36	16	29,8	5,1	480,6
Porto Alegre	308	212	87,1	19,9	336,9
SUL	704	465	74,5	17,3	329,7
Brasília	488	315	64,4	16,7	286,8
Campo Grande	61	45	27,4	7,7	255,0
Cuiabá	110	73	67,5	18,3	268,5
Goiânia	351	222	91,1	23,4	289,4
CENTRO OESTE	1.010	655	66,1	17,1	285,6
BRASIL	9.100	5.327	72,5	15,8	358,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Nas capitais, tanto as THAF quanto os IVJ-AF são ainda mais elevados. Se as taxas gerais não jovens foram em 2012 de 12,4 vítimas por 100 mil habitantes, nas capitais essas taxas elevam-se para 15,8. As juvenis, de 47,6 para 72,5 nas capitais.

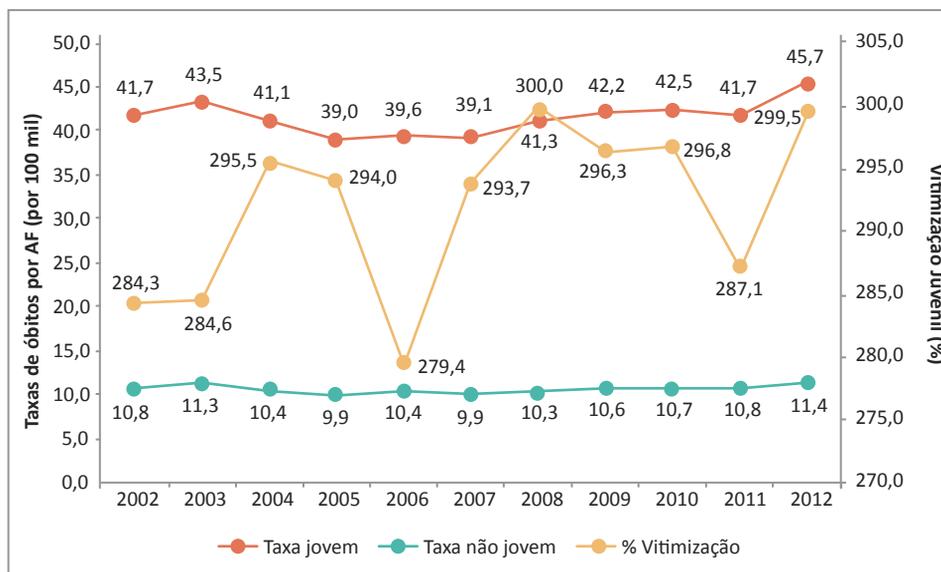
Se no estado do Espírito Santo o IVJ-AF atinge 394,9% (5 jovens para cada não jovem), em sua capital, Vitória, o índice atinge a marca de 587,4% (7 vítimas jovens para cada não jovem). Um bom número de outras capitais não fica muito distante de Vitória: Maceió, Florianópolis, João Pessoa, Fortaleza, Macapá, Salvador, Belo Horizonte, Belém e Recife têm índices de vitimização juvenil acima de 400%.

Gráfico 6.2. Vitimização juvenil por AF. Capitais. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 6.3. Taxas de óbitos e vitimização jovem por AF nas UF. Brasil. 2012.



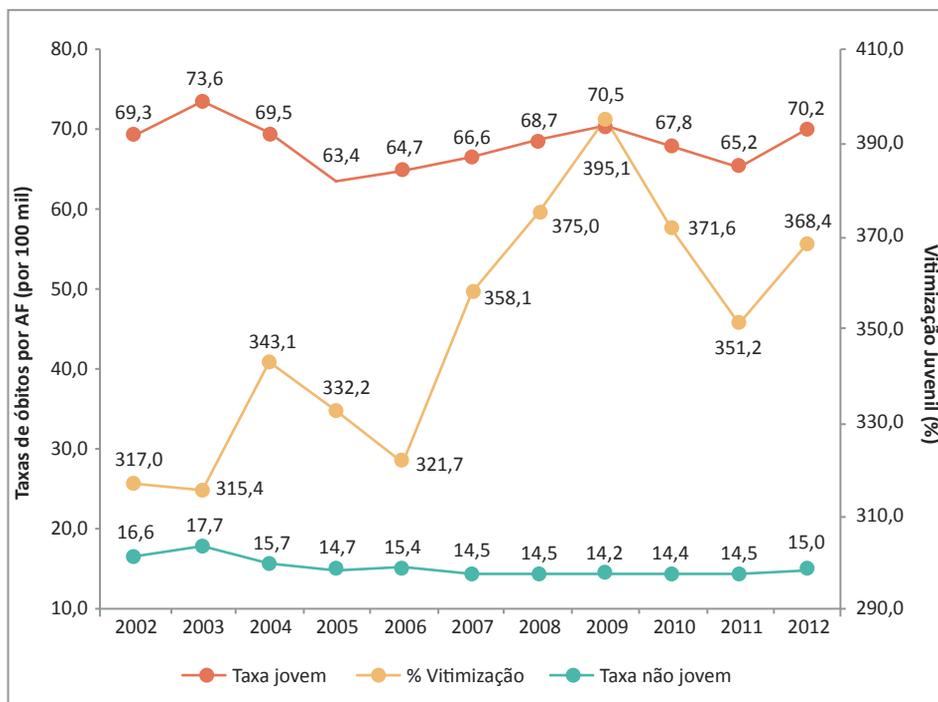
Fonte: SIM/SVS/MS.

ANO	UF					Capitais				
	Óbitos por AF		Taxas*			Óbitos por AF		Taxas*		
	Jovem	Não Jovem	Jovem	Não Jovem		Jovem	Não Jovem	Jovem	Não Jovem	
2002	20.567	13.593	41,7	10,8	268,6	8.439	4.892	69,3	16,6	301,8
2003	21.755	14.360	43,5	11,3	267,3	9.073	5.276	73,6	17,7	302,5
2004	20.827	13.360	41,1	10,4	278,0	8.680	4.730	69,5	15,7	327,0
2005	20.336	13.083	39,0	9,9	275,3	8.141	4.543	63,4	14,7	320,2
2006	20.939	13.982	39,6	10,4	263,0	8.429	4.818	64,7	15,4	309,8
2007	20.546	13.601	39,1	9,9	274,7	8.337	4.727	66,6	14,5	343,6
2008	21.475	14.201	41,3	10,3	280,4	8.477	4.728	68,7	14,5	353,8
2009	21.912	14.712	42,2	10,6	278,2	8.647	4.718	70,5	14,2	375,9
2010	21.843	14.949	42,5	10,7	280,5	8.372	4.763	67,8	14,4	356,0
2011	21.594	15.143	41,7	10,8	273,3	8.121	4.828	65,2	14,5	341,6
2012	23.867	16.210	45,7	11,4	285,0	8.811	5.044	70,2	15,0	358,0
Δ%	16,0	19,3	9,6	5,4	6,1	4,4	3,1	1,2	-9,9	18,6

Fonte: SIM/SVS/MS.

* por 100 mil

Gráfico 6.4. Taxas de óbitos e vitimização jovem por AF nas Capitais. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

7. IDADE E SEXO DAS VÍTIMAS

Tentaremos neste capítulo delinear um sintético perfil das vítimas mortais das armas de fogo, apesar das limitações dos dados disponíveis.

Em primeiro lugar, as idades. Como indicamos no capítulo 2, ao analisar a evolução da mortalidade por armas de fogo no período de 1980 a 2012, o crescimento da mortalidade entre os jovens foi bem mais intenso que no resto da população. Se na população total o número de vítimas cresceu 387%, entre os jovens esse crescimento foi de 463,6%. Também os homicídios juvenis cresceram de forma bem mais acelerada: na população total foi de 556,6%, mas entre os jovens o aumento foi de 655,5%.

A Tabela e o Gráfico 7.1 detalham a distribuição etária das mortes por armas de fogo no ano de 2012, segundo as idades simples das vítimas.

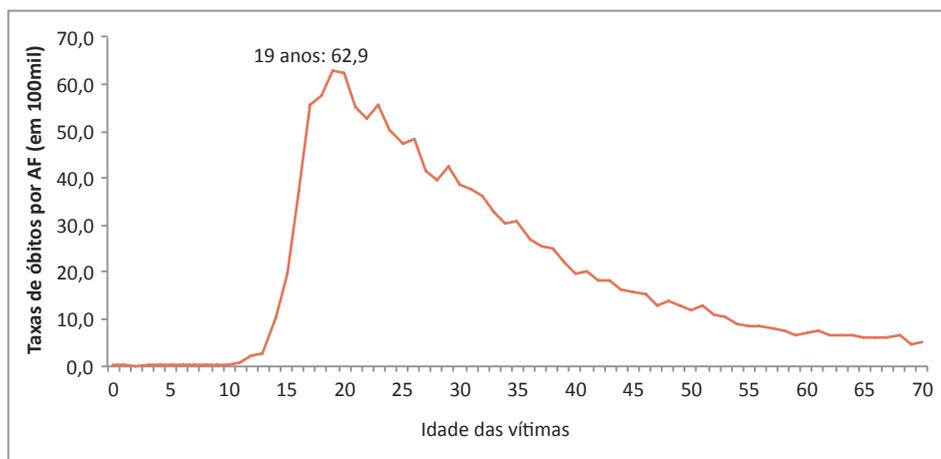
Tabela 7.1. Taxas de mortalidade por AF segundo idades simples. Brasil. 2012.

Idade	Taxa	Idade	Taxa	Idade	Taxa	Idade	Taxa
0	0,4	20	62,5	40	19,8	60	7,2
1	0,3	21	55,2	41	20,5	61	7,8
2	0,0	22	52,7	42	18,3	62	6,7
3	0,3	23	55,8	43	18,4	63	6,5
4	0,2	24	50,5	44	16,3	64	6,9
5	0,4	25	47,6	45	15,8	65	6,0
6	0,4	26	48,6	46	15,2	66	6,3
7	0,4	27	41,4	47	13,0	67	6,0
8	0,6	28	39,9	48	14,0	68	6,5
9	0,3	29	42,5	49	13,2	69	4,7
10	0,3	30	38,7	50	11,9	70 e +	3,9
11	0,8	31	37,8	51	12,7		
12	2,1	32	36,4	52	11,0		
13	3,0	33	33,0	53	10,5		
14	10,4	34	30,2	54	9,1		
15	19,7	35	30,7	55	8,5		
16	37,1	36	26,9	56	8,6		
17	55,6	37	25,4	57	8,1		
18	57,6	38	25,1	58	7,4		
19	62,9	39	22,4	59	6,6		

Fonte: SIM/SVS/MS.

Pode ser vista a enorme concentração de mortalidade nas idades jovens, com pico nos 19 anos de idade, quando os óbitos por AF atingem a impressionante marca de 62,9 mortes por 100 mil jovens.

Gráfico 7.1. Taxas de mortalidade por AF e idades simples. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

A proporção de vítimas do sexo masculino é extremamente elevada: 94% para a população total e 95% para a jovem. Há pouca variação de tal tendência entre as causas das mortes registradas pelo SIM e também entre a população jovem e o conjunto da população.

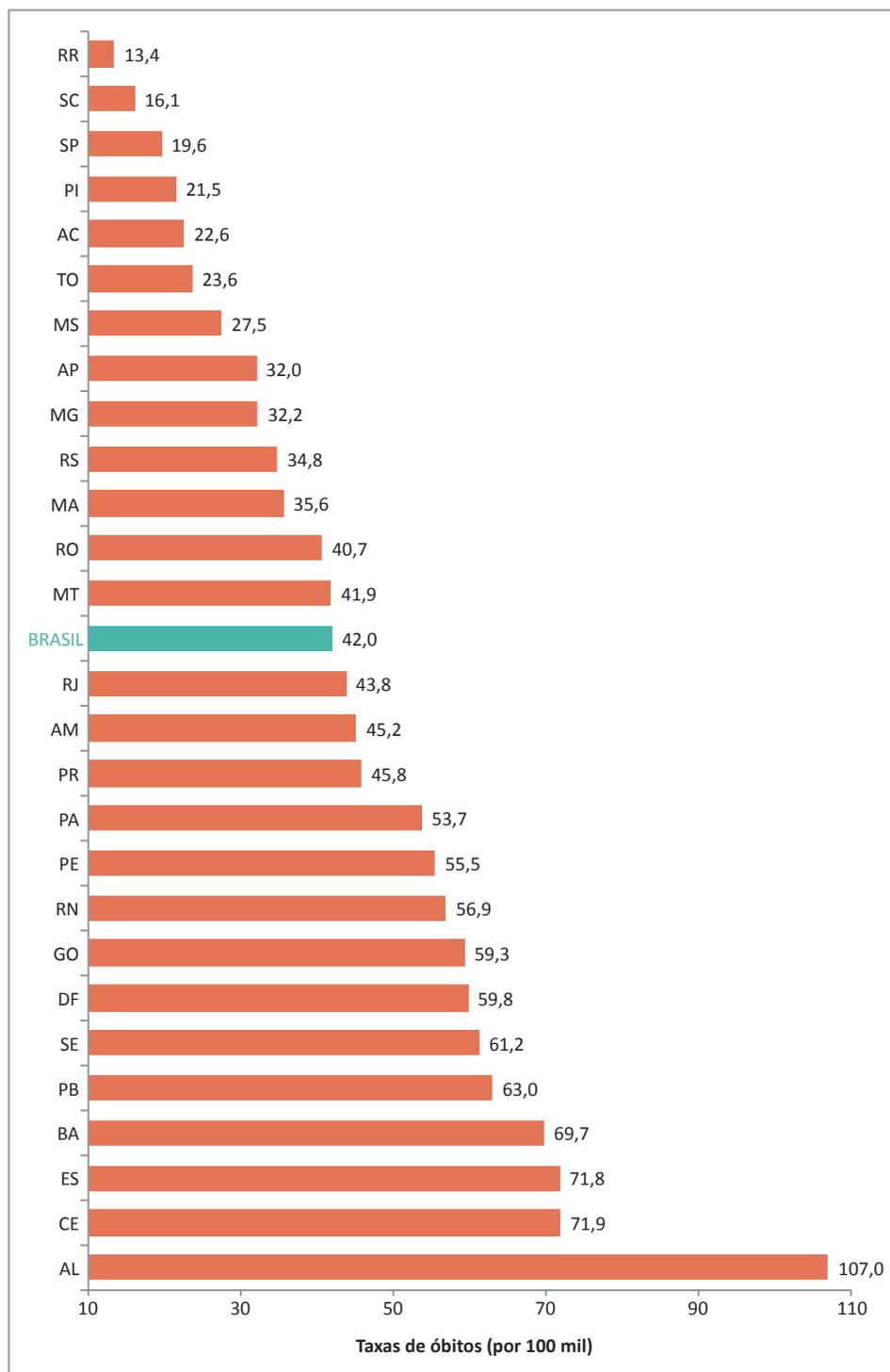
Tabela 7.2. Número e % de óbitos por AF segundo causa básica e sexo. População total e jovem. Brasil. 2012.

Causa básica	População Total				População Jovem			
	Número		%		Número		%	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Acidente	258	26	90,8	9,2	113	6	95,0	5,0
Homicídio	37.715	2.332	94,2	5,8	22.705	1.161	95,1	4,9
Suicídio	880	109	89,0	11,0	249	35	87,7	12,3
Indeterminado	999	66	93,8	6,2	581	31	94,9	5,1
Total	39.852	2.533	94,0	6,0	23.648	1.233	95,0	5,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

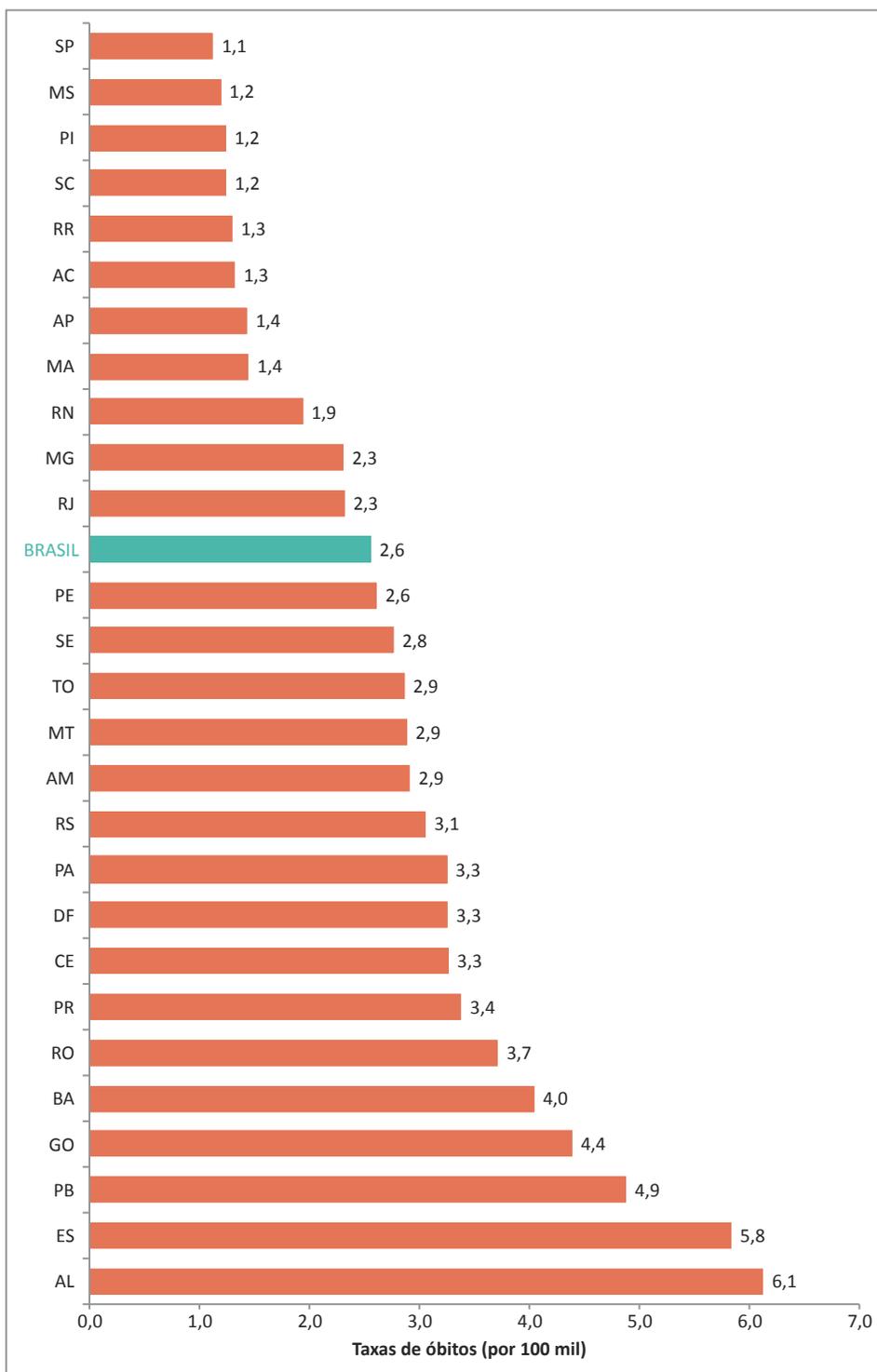
Os Gráficos 7.2 e 7.3 permitem verificar as taxas de óbito (para cada 100 mil habitantes) discriminadas por sexo, nas diferentes UFs. Vemos que Alagoas destaca-se pelos altos níveis de vitimização masculina. O Espírito Santo e Ceará também apresentam taxas elevadas. Alagoas também ostenta a maior taxa feminina, seguida do Espírito Santo, Paraíba, Goiás e Bahia.

Gráfico 7.2. Taxas de óbitos masculinos por AF. Brasil. UFs. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 7.3. Taxas de óbitos femininos por AF. Brasil. UFs. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

8. A COR DAS VÍTIMAS

Existe escassez de fontes e poucas alternativas para aprofundar estudos sobre a cor das vítimas de armas de fogo, não por desconhecer a gravidade do problema ou por desinteresse pelo tema, mas sim por outros motivos. São eles:

- o Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), é a única fonte que verifica o quesito raça/cor dos homicídios em nível nacional até os dias de hoje. Mas só incorporou essa variável em 1996, quando mudou sua sistemática passando da Classificação Internacional de Doenças 9 para a 10 (CID9/CID10) por orientação da Organização Mundial da Saúde;
- nos primeiros anos, a subnotificação nesse quesito foi muito elevada¹⁵, mas foi melhorando rapidamente. Em 2002, quando a identificação de raça/cor já era de 92,6% das vítimas de homicídio, consideramos o nível suficientemente confiável para iniciar as análises sobre o tema.

Nossa fonte para estimar a população por raça ou cor para o cálculo das taxas, são os Censos Demográficos do IBGE, que coletam esse dado por autotranscrição do entrevistado, que deve escolher uma entre cinco opções: *Branca, Preta, Parda, Amarela* ou *Indígena*. Já nas declarações de óbito, nossa fonte para mortalidade, a classificação é realizada por um agente externo ou documentação preexistente utilizando as mesmas categorias do IBGE. Essas classificações nem sempre são coincidentes. Entre os censos demográficos, realizados a cada 10 anos, não existem praticamente fontes para desagregar a população segundo raça/cor¹⁶. Por esse motivo, realizamos nossas próprias estimativas da população por raça/cor para podermos calcular as taxas e outros indicadores relacionados com o tema¹⁷. Assim, as taxas de mortalidade e os índices de vitimização por cor devem ser tomados com certa cautela, são mais aproximativos do que assertivos.

No quesito raça/cor o Ministério da Saúde acompanha a classificação proposta pelo IBGE, que estabelece as cinco categorias acima mencionadas. Para esquematizar as análises a seguir utilizaremos a categoria *Negro*, resultante do somatório de *Pretos* e *Pardos* utilizados pelo SIM e pelo IBGE nos levantamentos que realizamos. Com esse mesmo intuito, pelas dificuldades de conciliar as fontes utilizadas para a estimativa das taxas¹⁸, trabalharemos apenas com as categorias Branco e Negro.

¹⁵ No primeiro ano da implantação, 1996, segundo o SIM, aconteceram 38.894 homicídios. No entanto, só 2.062, isto é 5,3%, têm indicação de raça/cor da vítima; 94,7% estão sem indicação.

¹⁶ O próprio IBGE desaconselha utilizar o modelo de expansão utilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o quesito raça/cor.

¹⁷ Utilizamos um modelo de interpolação linear a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

¹⁸ O SIM, do MS para os óbitos por AF e o Censo 2010 do IBGE para a população por raça/cor.

A Tabela 8.1 detalha a estrutura da mortalidade por AF considerando as diversas categorias de raça/cor. Alguns aspectos dessa distribuição devem ser destacados:

- em todas as categorias de raça/cor, os homicídios são a forma quase exclusiva de utilização das AF, mas para os negros esse fato adquire sua máxima expressão: 95,6% de suas vítimas de bala foram assassinados, fato que se repete em maior número entre os jovens negros;
- chama a atenção a elevada taxa de suicídios com AF entre os indígenas, principalmente entre seus jovens, fato que já abordamos em mapas anteriores.

Tabela 8.1. Estrutura da mortalidade por AF segundo raça/cor e causa básica. Brasil. 2012.										
Raça/Cor	Óbitos					%				
	Acidente	Homicídio	Suicídio	Indeterm.	Total	Acidente	Homicídio	Suicídio	Indeterm.	Total
População Total										
Branca	97	9.667	597	271	10.632	0,9	90,9	5,6	2,5	100,0
Negra	179	27.683	365	719	28.946	0,6	95,6	1,3	2,5	100,0
Indígena	0	52	4	5	61	0,0	85,2	6,6	8,2	100,0
Amarela	0	42	2	3	47	0,0	89,4	4,3	6,4	100,0
Total	276	37.444	968	998	39.686	0,7	94,4	2,4	2,5	100,0
População Jovem										
Branca	29	5.068	125	128	5.350	0,5	94,7	2,3	2,4	100,0
Negra	85	17.120	149	446	17.800	0,5	96,2	0,8	2,5	100,0
Indígena	0	25	4	2	31	0,0	80,6	12,9	6,5	100,0
Amarela	0	17	0	1	18	0,0	94,4	0,0	5,6	100,0
Total	114	22.230	278	577	23.199	0,5	95,8	1,2	2,5	100,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Vemos pela tabela 8.2 que no ano de 2012 as AF vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Dessa forma, a vitimização negra foi de 142%, nesse ano; morreram proporcionalmente e por AF 142% mais negros que brancos: **duas vezes e meia mais.**

Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Roraima e Mato Grosso destacam-se pelas elevadas taxas de homicídio de brancos por AF, como podemos observar também no Gráfico 8.1. Alagoas, Paraíba, Espírito Santo e Distrito Federal são as unidades com as maiores taxas de homicídio de negros por AF no país.

Tabela 8.2. Número e Taxas de homicídios (por 100 mil) com AF segundo cor e UF/Região. População Total. Brasil. 2003 e 2012.

UF/REGIÃO	Homicídios por AF				Taxas (por 100 mil)			
	Branca		Negra		Branca		Negra	
	2003	2012	2003	2012	2003	2012	2003	2012
Acre	12	7	33	76	9,9	3,8	10,5	12,8
Amapá	4	12	68	92	3,1	7,2	18,7	17,2
Amazonas	18	62	152	796	2,8	8,1	8,8	28,6
Pará	96	170	754	2.046	7,5	9,8	21,1	31,6
Rondônia	109	94	251	252	30,5	15,6	38,3	23,6
Roraima	7	2	30	26	13,0	1,9	12,9	8,1
Tocantins	31	38	82	145	10,4	10,9	8,8	14,1
NORTE	277	385	1.370	3.433	9,6	9,8	17,6	26,8
Alagoas	47	68	473	1.624	5,2	6,9	23,6	76,2
Bahia	114	370	1.241	4.512	3,8	12,0	12,0	41,7
Ceará	92	189	382	1.499	3,5	7,0	7,5	25,8
Maranhão	50	140	275	1.065	3,4	9,8	6,3	20,4
Paraíba	34	59	368	1.078	2,5	3,8	16,8	48,7
Pernambuco	433	135	2.967	2.260	13,9	4,2	59,1	40,5
Piauí	17	37	120	303	2,5	4,8	5,4	13,1
Rio Grande do Norte	67	155	202	712	5,4	11,8	12,3	37,7
Sergipe	51	62	200	594	10,9	10,3	14,3	40,2
NORDESTE	905	1.215	6.228	13.647	6,1	7,8	18,2	36,4
Espírito Santo	229	140	648	1.114	15,3	9,5	37,2	53,6
Minas Gerais	768	899	1.921	2.407	8,2	10,4	21,1	22,0
Rio de Janeiro	2.145	1.045	3.905	2.440	24,1	14,5	65,2	27,3
São Paulo	5.388	2.262	4.042	1.863	19,9	8,7	36,2	12,2
SUDESTE	8.530	4.346	10.516	7.824	18,2	10,0	37,6	21,0
Paraná	1.431	1.969	270	539	19,3	27,0	11,4	17,1
Rio Grande do Sul	1.094	1.527	263	429	12,2	17,2	17,7	23,9
Santa Catarina	301	427	66	116	6,0	8,0	10,5	10,9
SUL	2.826	3.923	599	1.084	13,2	18,3	13,3	18,0
Distrito Federal	91	77	539	715	9,4	7,0	44,1	47,4
Goiás	218	406	439	1.486	9,3	16,0	14,9	42,0
Mato Grosso	197	173	363	516	18,9	15,0	23,0	27,2
Mato Grosso do Sul	180	107	237	241	16,0	9,3	23,3	19,2
CENTRO-OESTE	686	763	1.578	2.958	12,5	12,8	23,3	36,1
BRASIL	13.224	10.632	20.291	28.946	14,5	11,8	24,9	28,5

Fonte: SIM/SVS/MS.

Com relação aos níveis de vitimização por AF de negros, existem UFs, como Alagoas e Paraíba, onde essa seletividade racial nos homicídios por AF supera a casa de 1.000%. Em outras palavras, para cada branco vítima de arma de fogo nesses estados, morrem proporcionalmente mais de 10 negros, vítimas de homicídio intencional.

O Paraná constitui a única exceção nacional a essa que parece ser uma regra quase universal no país: a taxa de óbitos negros é menor que a dos brancos. Isto é, morrem proporcionalmente 36,7% mais brancos que negros.

Não preocupa só a trágica seletividade de negros e de jovens nesses homicídios, incomoda muito mais verificar a tendência crescente dessa seletividade ao longo dos últimos anos. Vemos, pela Tabela 8.2 que, entre 2003 e 2012:

Tabela 8.3. Crescimento das taxas de homicídio AF 2003/2012 e vitimização negra. População Total. Brasil. 2003 e 2012.

UF/REGIÃO	Δ% 2003/12		Vitimização Negra (%)	
	Branca	Negra	2003	2012
Acre	-62,1	21,9	5,6	239,3
Amapá	132,1	-7,9	506,6	140,7
Amazonas	192,7	225,5	217,6	253,2
Pará	30,6	49,8	181,5	223,0
Rondônia	-48,8	-38,5	25,3	50,6
Roraima	-85,4	-37,5	-0,5	327,2
Tocantins	4,0	60,1	-15,4	30,1
NORTE	2,6	52,6	83,2	172,6
Alagoas	33,6	222,8	356,8	1.003,7
Bahia	217,9	246,8	219,7	248,7
Ceará	100,0	246,3	112,3	267,6
Maranhão	190,8	222,3	87,3	107,6
Paraíba	51,1	189,3	563,7	1.170,9
Pernambuco	-69,9	-31,4	326,5	871,3
Piauí	92,9	144,1	117,1	174,7
Rio Grande do Norte	119,8	207,2	127,4	217,8
Sergipe	-5,7	181,6	31,0	291,2
NORDESTE	27,8	100,6	199,1	369,6
Espírito Santo	-38,1	44,0	142,5	464,0
Minas Gerais	26,2	4,3	156,7	112,2
Rio de Janeiro	-39,9	-58,1	170,3	88,5
São Paulo	-56,4	-66,4	82,0	40,3
Sudeste	-45,1	-44,1	106,0	109,8
Paraná	40,3	50,6	-41,0	-36,7
Rio Grande do Sul	40,4	34,6	45,1	39,1
Santa Catarina	33,3	4,2	73,7	35,8
SUL	38,0	35,2	0,9	-1,2
Distrito Federal	-26,0	7,4	368,9	580,9
Goiás	72,2	181,9	59,8	161,7
Mato Grosso	-20,8	18,2	21,4	81,3
Mato Grosso do Sul	-41,9	-17,4	45,9	107,4
CENTRO-OESTE	2,4	54,7	86,1	181,1
BRASIL	-18,7	14,1	72,5	142,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

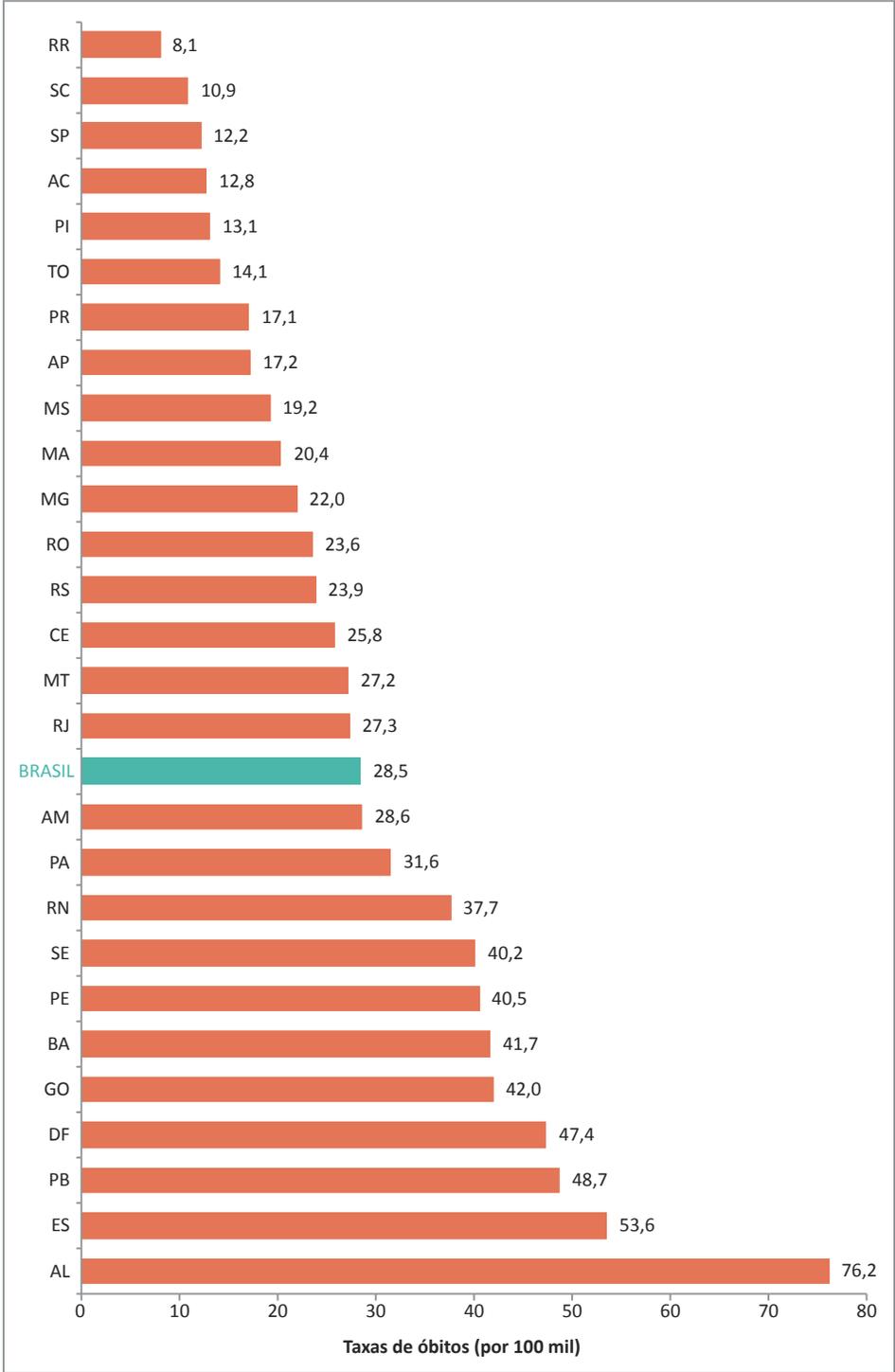
- as taxas de homicídios de brancos por AF caem de 14,5 para 11,8 em 100 mil brancos, enquanto as taxas de homicídios de negros umentam de 24,9 para 28,5: as taxas brancas caem 18,7% e as negras aumentam 14,1%;
- com esse ritmo marcadamente diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica: em 2012 já é de 142%.

Gráfico 8.1. Taxas de homicídios de brancos por AF. População Total. Brasil. 2012.



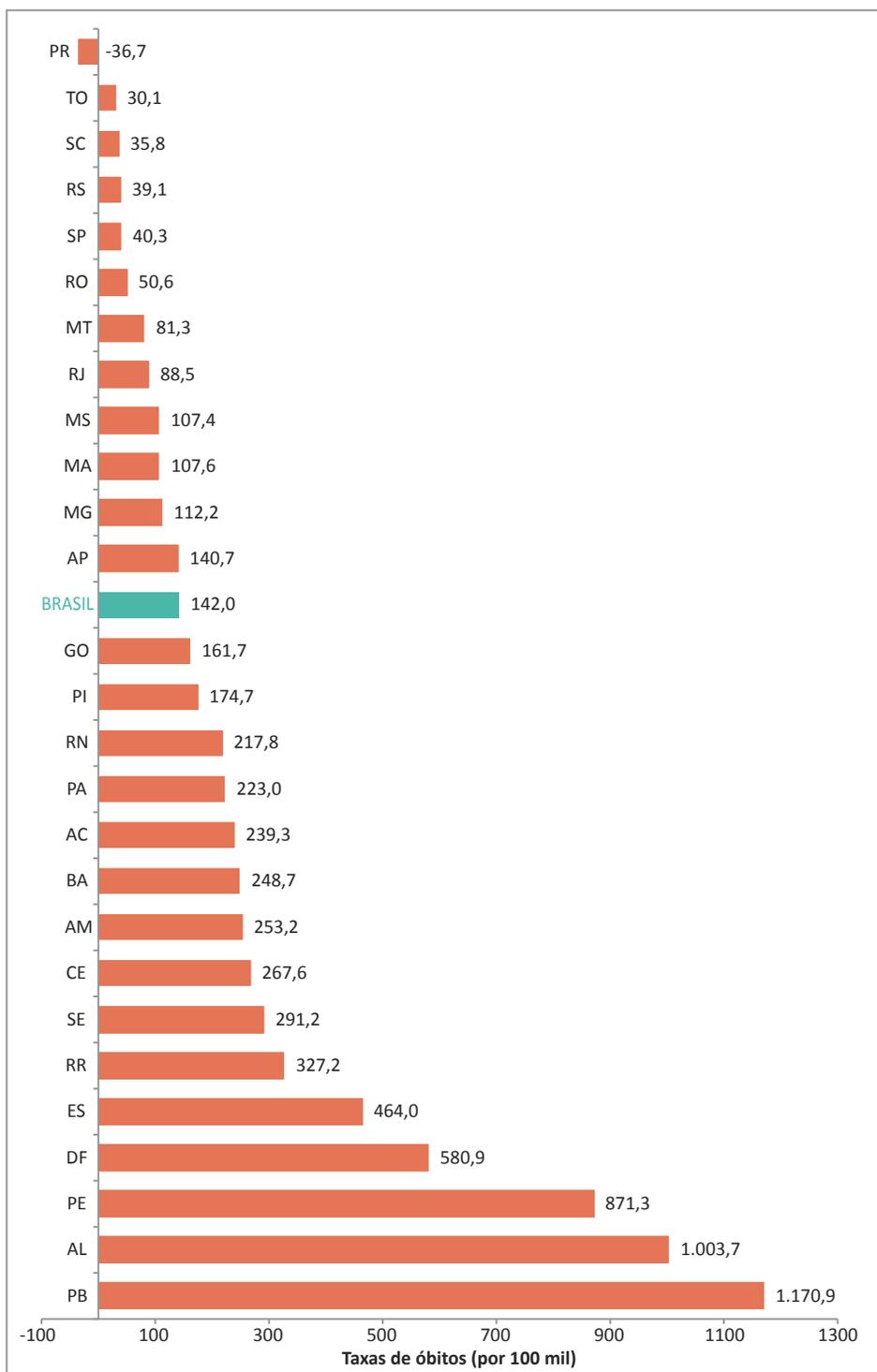
Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 8.2. Taxas de homicídios de negros por AF. População Total. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 8.3. Índice de vitimização de negros por homicídios por AF. População Total. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

9. ESTATÍSTICAS INTERNACIONAIS

A partir das bases de dados do Sistema de Informações da OMS (WHOSIS) foi possível elaborar um amplo panorama com dados de mortalidade por armas de fogo para 90 países do mundo.

Como existem demoras e lacunas no envio das informações à OMS por parte dos países signatários, não foi possível computar dados para um único ano. Para conservar a comparabilidade e ao mesmo tempo ter condições de analisar o maior número de países possível, foi utilizado o intervalo de um quinquênio: 2008-2012. Assim, o ano utilizado para efeito da comparação pode oscilar de 2008 a 2012, dependendo do último dado disponibilizado pela OMS. Podemos observar pela Tabela 9.1, que o Brasil, com sua taxa de 21,9 mortes por arma de fogo por cada 100 mil habitantes, ocupa a 11ª posição entre os 90 países analisados e, no que se refere aos homicídios por arma fogo, a 10ª posição no contexto internacional.

Tabela 9.1. Número e taxas de mortalidade por AF segundo causa básica em 90 países do mundo.										
País	Ano	Número de Óbitos por AF					Taxas (por 100 mil)			Ordem
		Acid.	Suic.	Homic.	Indet.	Total	Suic.	Homic.	Total	
Venezuela	2009	54	77	8.563	6.149	14.843	0,3	31,9	55,4	1º
Ilhas Virgens (EUA)	2010	3	2	48	.	53	1,9	45,0	49,7	2º
El Salvador	2011	4	2	2.765	.	2.771	0,0	45,5	45,6	3º
Trinidad e Tobago	2008	4	4	448	13	469	0,3	36,4	38,1	4º
Guatemala	2012	1.326	43	3.182	.	4.551	0,3	22,6	32,3	5º
Colômbia	2011	35	406	13.093	324	13.858	0,9	29,3	31,0	6º
Iraque	2008	5.123	.	1.772	927	7.822	0,0	6,3	27,7	7º
Bahamas	2010	.	2	76	.	78	0,6	24,5	25,1	8º
Belize	2010	.	3	74	1	78	1,0	23,5	24,8	9º
Puerto Rico	2010	19	34	869	.	922	0,9	23,4	24,8	10º
BRASIL	2012	284	989	40.077	1.066	42.416	0,5	20,7	21,9	11º
Panamá	2011	8	7	596	2	613	0,2	17,2	17,7	12º
México	2012	442	509	15.936	865	17.752	0,4	13,6	15,1	13º
Ilhas Cayman	2010	.	.	7	.	7	0,0	13,9	13,9	14º
Santa Lúcia	2012	2	.	20	.	22	0,0	12,3	13,6	15º
São Vicente e Gran.	2012	.	.	11	.	11	0,0	10,6	10,6	16º

(continua)

Tabela 9.1. (continuação)

País	Ano	Número de Óbitos por AF					Taxas (por 100 mil)			Ordem
		Acid.	Suic.	Homic.	Indet.	Total	Suic.	Homic.	Total	
Estados Unidos da A.	2010	607	19.392	11.169	260	31.428	6,3	3,6	10,2	17º
Uruguai	2010	84	143	85	1	313	4,3	2,6	9,5	18º
República Dominicana	2010	186	45	630	49	910	0,5	6,4	9,3	19º
Bermudas	2010	.	.	6	.	6	0,0	8,8	8,8	20º
Montenegro	2009	.	41	13	.	54	6,5	2,1	8,6	21º
África do Sul	2010	34	27	4.152	4	4.217	0,1	8,2	8,3	22º
Equador	2012	11	44	1.070	88	1.213	0,3	7,0	8,0	23º
Filipinas	2008	36	30	6.879	18	6.963	0,0	7,2	7,2	24º
Guiana	2010	.	2	52	.	54	0,3	7,0	7,2	25º
Barbados	2011	1	.	4	14	19	0,0	1,4	6,6	26º
Aruba	2012	5	.	2	.	7	0,0	1,9	6,5	27º
Paraguai	2011	16	57	324	16	413	0,9	5,0	6,4	28º
Costa Rica	2012	2	53	234	4	293	1,1	5,0	6,3	29º
Argentina	2012	31	584	1.066	697	2.378	1,4	2,5	5,6	30º
Peru	2010	553	243	473	.	1.269	0,8	1,6	4,4	31º
Noruega	2012	1	82	5	.	88	3,3	0,2	3,5	32º
Sérvia	2012	10	179	44	21	254	2,5	0,6	3,5	33º
Nicarágua	2011	28	12	127	16	183	0,2	2,2	3,2	34º
Finlândia	2012	2	139	16	.	157	2,6	0,3	2,9	35º
Croácia	2012	2	101	17	.	120	2,4	0,4	2,8	36º
Chipre	2012	.	12	12	.	24	1,4	1,4	2,8	37º
França	2011	71	1.398	146	178	1.793	2,1	0,2	2,7	38º
Áustria	2012	.	217	5	8	230	2,6	0,1	2,7	39º
Estônia	2012	.	28	2	4	34	2,1	0,2	2,6	40º
Eslovênia	2010	.	48	1	1	50	2,3	0,0	2,4	41º
Suriname	2009	1	5	2	5	13	0,9	0,4	2,4	42º
Chile	2011	11	110	280	.	401	0,7	1,7	2,4	43º
República Checa	2012	9	174	16	14	213	1,7	0,2	2,0	44º
Israel	2011	4	52	81	20	157	0,7	1,0	2,0	45º
Canadá	2011	16	518	139	6	679	1,5	0,4	2,0	46º

(continua)

Tabela 9.1. (continuação)

País	Ano	Número de Óbitos por AF					Taxas (por 100 mil)			Ordem
		Acid.	Suic.	Homic.	Indet.	Total	Suic.	Homic.	Total	
TFYR Macedónia	2010	3	13	22	.	38	0,6	1,1	1,8	47ª
Hungria	2012	2	80	11	2	95	1,5	0,2	1,8	48ª
Bélgica	2010	2	144	36	15	197	1,3	0,3	1,8	49ª
Turquia	2012	412	12	169	63	656	0,0	0,5	1,8	50ª
Eslováquia	2010	21	51	10	13	95	0,9	0,2	1,7	51ª
Egito	2011	792	129	132	335	1.388	0,2	0,2	1,7	52ª
Bulgária	2012	17	71	25	7	120	1,0	0,4	1,7	53ª
Luxemburgo	2012	1	7	.	1	9	1,3	0,0	1,7	54ª
Látvia	2012	.	24	5	5	34	1,2	0,2	1,7	55ª
Armênia	2012	.	3	11	32	46	0,1	0,4	1,5	56ª
Suécia	2012	1	122	16	2	141	1,3	0,2	1,5	57ª
Malta	2012	5	1	.	.	6	0,2	0,0	1,5	58ª
Jordânia	2010	3	.	84	.	87	0,0	1,4	1,4	59ª
Portugal	2012	.	102	28	11	141	1,0	0,3	1,3	60ª
Itália	2011	41	533	202	4	780	0,9	0,3	1,3	61ª
Lituânia	2012	1	31	3	4	39	1,0	0,1	1,3	62ª
Bahrain	2011	1	.	.	14	15	0,0	0,0	1,3	63ª
Islândia	2009	.	4	.	.	4	1,3	0,0	1,3	64ª
Nova Zelândia	2010	2	42	7	.	51	1,0	0,2	1,2	65ª
Alemanha	2012	6	690	61	62	819	0,8	0,1	1,0	66ª
Irlanda	2010	2	25	16	3	46	0,5	0,3	1,0	67ª
Dinamarca	2012	.	49	3	1	53	0,9	0,1	1,0	68ª
Irlanda do Norte	2010	.	13	2	.	15	0,7	0,1	0,8	69ª
República da Moldávia	2012	3	8	15	3	29	0,2	0,4	0,8	70ª
Austrália	2011	8	135	24	17	184	0,6	0,1	0,8	71ª
Geórgia	2012	10	11	4	7	32	0,2	0,1	0,7	72ª
Quirguistão	2013	12	5	14	3	34	0,1	0,2	0,6	73ª
Espanha	2012	23	175	61	2	261	0,4	0,1	0,6	74ª
Holanda	2012	1	42	49	.	92	0,3	0,3	0,5	75ª
Cuba	2011	5	28	24	1	58	0,3	0,2	0,5	76ª

(continua)

Tabela 9.1. (continuação)

País	Ano	Número de Óbitos por AF					Taxas (por 100 mil)			Ordem
		Acid.	Suic.	Homic.	Indet.	Total	Suic.	Homic.	Total	
Arábia Saudita	2009	82	.	.	.	82	0,0	0,0	0,3	77 ^e
Malásia	2008	2	.	38	42	82	0,0	0,1	0,3	78 ^e
Polônia	2012	14	42	20	28	104	0,1	0,1	0,3	79 ^e
Escócia	2012	.	10	2	2	14	0,2	0,0	0,3	80 ^e
Reino Unido	2010	8	109	27	11	155	0,2	0,0	0,2	81 ^e
Inglaterra e Gales	2012	5	78	4	11	98	0,1	0,0	0,2	82 ^e
Catar	2012	2	1	.	.	3	0,1	0,0	0,2	83 ^e
Mauritius	2012	.	2	.	.	2	0,2	0,0	0,2	84 ^e
Romênia	2012	8	14	10	2	34	0,1	0,0	0,2	85 ^e
Kuwait	2012	.	2	3	.	5	0,1	0,1	0,1	86 ^e
República da Coreia	2012	3	14	3	3	23	0,0	0,0	0,0	87 ^e
Marrocos	2011	.	2	11	.	13	0,0	0,0	0,0	87 ^e
Japão	2011	1	15	11	3	30	0,0	0,0	0,0	87 ^e
Hong Kong SAR	2011	.	1	.	.	1	0,0	0,0	0,0	87 ^e

Fonte: SIM/SVS/MS.

10. VIDAS POUPADAS

Em setembro de 2005, visando subsidiar as discussões que antecederam o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, que aconteceria em 23 de outubro desse ano, a UNESCO, em conjunto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, realizaram um estudo objetivando aprofundar o entendimento dos resultados e do impacto do Estatuto do Desarmamento e da posterior campanha de entrega voluntária de armas de fogo com contraprestação financeira¹⁹.

Para estabelecer uma relação de determinação entre as políticas de controle de armas e os índices de mortalidade por AF, diante da impossibilidade de utilizar delineamentos totalmente experimentais, optou-se por um modelo *quase experimental*, caracterizado por Campbell e Stanley²⁰ e outros metodólogos com o nome de Experimento de Séries Temporais, onde são realizadas diversas observações antes da aplicação de um estímulo experimental e também depois. Diferenças quantitativas ou qualitativas observadas entre a situação anterior e a posterior à aplicação do estímulo experimental — em nosso caso, entrada em vigor das estratégias de controle de AF em 2004 — podem ser tomadas como evidências do efeito ou impacto originado pelo estímulo. Se não elimina totalmente o possível efeito de explicações alternativas, minimiza as condições de sua existência.

Para a operacionalização do modelo das *Séries Temporais*, utilizou-se como mecanismo de preditivo, no estudo de 2005, a tendência semestral de óbitos por armas de fogo acontecidos entre os anos de 1999 e 2003. A diferença percentual entre o número de mortes por armas de fogo esperado e o efetivamente acontecido em 2004 foi considerada como o índice de impacto, positivo ou negativo, do desarmamento nas mortes por armas de fogo. Essa diferença entre as mortes previstas e as efetivamente acontecidas foi denominada *vidas poupadas*, indicativo do número de mortes que a política de controle de armas evitou — ou incentivou — em cada UF.

No atual estudo, em função do horizonte temporal maior, deveremos utilizar como observações preditivas os homicídios anuais por AF entre 1993 e 2003, como detalhado na Tabela 10.1 e nos Gráficos 10.1 e 10.2.

Para o conjunto da população, nessa década de 1993-2003, os homicídios por armas de fogo passaram de 17.002 para 36.115, um aumento de 112,4% que corresponde a um crescimento anual de 7,8%. Entre os jovens, o incremento foi ainda maior. Nesse mesmo lapso, os homicídios pularam de 9.317 para 21.755, aumento de 133,5% ou 8,9% ao ano.

¹⁹ UNESCO. *Vidas poupadas: o impacto do desarmamento no Brasil*. Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139949por.pdf>>.

²⁰ CAMPBELL, D.T. e STANLEY, J.C. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1979.

Seguindo esse ritmo, em 2004 deveriam ser esperados 38.939 homicídios na população total, mas aconteceram 34.187. Podemos inferir assim que as políticas de desarmamento originaram uma queda de 4.752 no número de homicídios por AF que deveriam ter acontecido no país no ano de 2004.

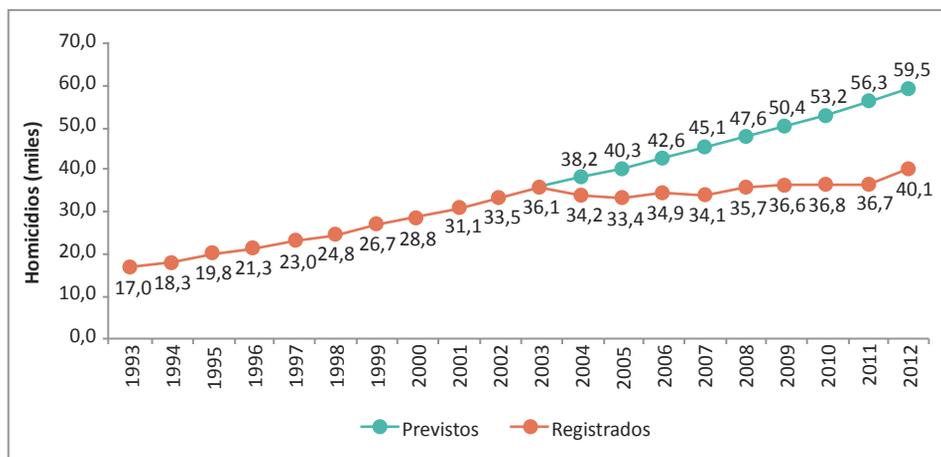
Tabela 10.1. Homicídios por AF previstos e registrados, vidas poupadas. População total e jovem. Brasil. 1993/2012.

Ano	POPULAÇÃO TOTAL				POPULAÇÃO JOVEM			
	Homicídios AF		Vidas Poupadas	Acumulado	Homicídios AF		Vidas Poupadas	Acumulado
	Registrados	Previstos			Registrados	Previstos		
1993	17.002				9.317			
1994	18.889				10.455			
1995	22.306				12.168			
1996	22.976				12.428			
1997	24.445				13.680			
1998	25.674				14.643			
1999	26.902				15.475			
2000	30.865				18.252			
2001	33.401				19.800			
2002	34.160				20.567			
2003	36.115				21.755			
2004	34.187	38.939	4.752	4.752	20.827	23.680	2.853	2.853
2005	33.419	41.984	8.565	13.317	20.336	25.776	5.440	8.293
2006	34.921	45.267	10.346	23.664	20.939	28.057	7.118	15.412
2007	34.147	48.807	14.660	38.324	20.546	30.540	9.994	25.406
2008	35.676	52.624	16.948	55.272	21.475	33.243	11.768	37.174
2009	36.624	56.739	20.115	75.387	21.912	36.185	14.273	51.447
2010	36.792	61.176	24.384	99.772	21.843	39.387	17.544	68.991
2011	36.737	65.960	29.223	128.995	21.594	42.873	21.279	90.271
2012	40.077	71.118	31.041	160.036	23.867	46.668	22.801	113.071

Fonte: SIM/SVS/MS.

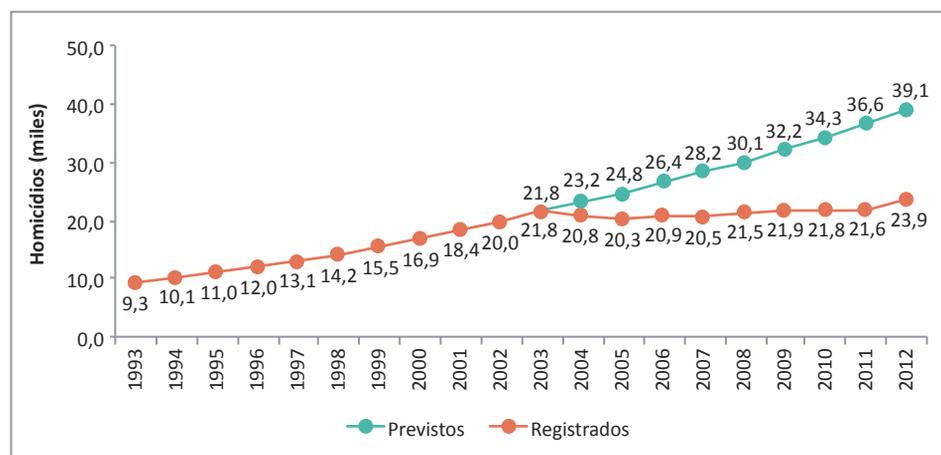
Já para 2005, a previsão indica que deveriam ter acontecido 41.984 assassinatos com AF. Mas foram registrados 33.419. Nesse ano teriam sido poupadas 8.565 vidas. Somando às poupadas em 2004 — 4.752, temos que em 2005 foram evitadas, em função das políticas de controle, um total de 13.317 homicídios com AF.

Gráfico 10.1. Homicídios previstos (2004/2012) e registrados (1993/2012). População Total.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 10.2. Homicídios previstos (2004/2012) e registrados (1993/2012). População Jovem.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Assim chegamos a 2012, último ano com dados disponíveis, e temos que, se se mantivesse a desenfreada tendência de crescimento dos homicídios por AF, deveriam acontecer 71.118 mortes, mas foram registradas 40.077. Só nesse ano foram poupadas 31.041 vidas e, desde 2004, evitado um total de **160.036 homicídios** por AF. Esse número equivale à população total de uma cidade de bom porte, como Nilópolis, no Rio de Janeiro ou Itapeverica da Serra, em São Paulo.

Como já tivemos oportunidade de apontar em capítulos anteriores, entre os jovens as previsões são ainda mais drásticas. Se, no conjunto da população, os homicídios por AF cresceram 112,4% entre 1993 e 2003, entre os jovens, o crescimento foi de 133,5%. Dessa forma, em 2012 deveriam ter acontecido, pela análise de tendência descrita, 46.668 homicídios jovens por AF, mas foram registrados 23.867. Nesse ano, foram evitados 22.801 homicídios de jovens por AF.

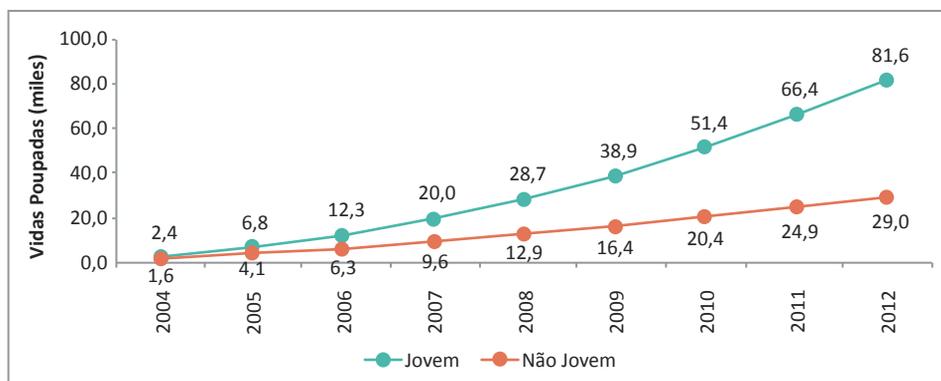
Somando as vidas poupadas entre 2004 e 2012 temos um total de 113.071 mortes jovens que foram evitadas. Os jovens representam 27% da população total, mas pelas análises realizadas, as políticas de controle de armas de fogo conseguiram poupar a vida de 113.071 jovens num total de 160.036 vidas poupadas, isto é, 70,7% das mortes evitadas. Esse fato estaria indicando, de forma muito clara, **o caráter preventivo das políticas de controle das AF no enfrentamento dos homicídios juvenis**, como pode ser visto na tabela 10.2 e no gráfico 10.3.

Tabela 10.2. Número e taxas (por 100 mil) de vidas poupadas. População jovem e não jovem. Brasil. 2004/2012.

Ano	Vidas Poupadas		Taxas (por 100 mil) de Vidas Poupadas	
	Jovem	Não Jovem	Jovem	Não Jovem
2004	2.853	1.899	5,6	1,5
2005	5.440	3.125	10,4	2,4
2006	7.118	3.228	13,5	2,4
2007	9.994	4.666	19	3,4
2008	11.768	5.180	22,6	3,8
2009	14.273	5.842	27,5	4,2
2010	17.544	6.840	34,2	4,9
2011	21.279	7.944	41,1	5,7
2012	22.801	8.241	43,6	5,8
Σ 2004/2012	113.070	46.965		

Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 10.3. Número de Vidas Poupadas (miles). População jovem e não jovem. Brasil. 2004/2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das armas de fogo ser o instrumento utilizado em mais de 70% dos homicídios acontecidos no país, as discussões sobre o tema de seu controle e limitação fatalmente desaguam em duas posturas antagônicas:

- por um lado, a presença de armas de fogo em mãos da população, diante das deficiências do aparelho de segurança pública, desestimularia o crime, dado que a autodefesa armada aumentaria os riscos e os custos para a criminalidade;
- por outro lado, armas de fogo em mãos da população aumentaria o risco de conflitos ou de disputas terminarem em assassinato.

Não há dúvida de que por trás dessas discussões existem poderosos interesses relacionados com o que foi denominado como *complexo industrial-militar* desde meados do século XX²¹. Não é nossa intenção nem objetivo aprofundar nesse tema, mas o que é incontestável é a nua crueldade cadavérica dos números das vítimas cotidianas dessas armas.

Como foi possível verificar nos capítulos iniciais, desde 1980, ponto de partida de nossa série histórica, até 2012, último ano de dados disponíveis, morreram no Brasil um total de 880.386 pessoas vítimas de disparos de armas de fogo. Se esse número já é assustador, é ainda mais impactante verificar que 497.570 deles eram jovens na faixa de 15 e 29 anos de idade. Considerando que no período os jovens representam pouco menos de 27% da população total do país, constatamos com enorme preocupação que 56,5% das vítimas de disparo de armas de fogo registrados nesse período de 33 anos foram jovens na faixa de 15 a 29 anos. Vemos a larga incidência e prevalência das mortes por arma de fogo em nossa juventude.

Considerando que no ano de 2012 aconteceram 75.553 óbitos de jovens ao todo e por todas as causas e que 24.882 dessas mortes foram por AF, temos que, nesse ano, 33% dos óbitos juvenis tiveram sua origem nas balas. Colocado de outra forma: uma em cada três mortes juvenis deve ser creditada na conta das armas de fogo. As AF constituem, de longe, a principal causa de mortalidade da juventude brasileira, bem distante da segunda causa: os acidentes de transporte, que representam 20,3% da mortalidade juvenil.

O vírus da imunodeficiência humana (HIV), responsável pela AIDS, matou, em 2012, 12.073 pessoas de todas as idades. São números e situações compreensivelmente preocupantes, que já deram origem a grandes campanhas, programas, estruturas

²¹ O conceito se popularizou após ser usado e denunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, ele mesmo um militar. Em seu discurso de final de mandato em 1961, alertava ao país sobre os riscos e perigos desse poder nefasto: “temos que proteger as estruturas de governo da influência injustificada [...] do complexo militar-industrial. O potencial para a ascensão desastrosa desse poder existe e vai persistir. Nunca devemos permitir que essa combinação coloque em perigo nossas liberdades ou os processos democráticos.”.

de prevenção, proteção e/ou tratamento. Mas as armas de fogo mataram, nesse mesmo ano, **3,5 vezes mais**: um total de 42.416 pessoas, sem essa mobilização toda para enfrentar o flagelo. Entre os jovens, a AIDS foi responsável por 1.618 óbitos; já as armas de fogo mataram 22.694, isto é, **15 vezes mais**.

Essas 42.416 vítimas de AF em 2012 representam **116 mortes a cada dia do ano**. Número bem maior do que é noticiado em nossa imprensa sobre grandes chacinas acontecidas no país ou sobre os terríveis atentados nos frequentes enfrentamentos existentes na Palestina ou no Iraque. Esse número de mortes é, por exemplo, ainda maior que o massacre de Carandiru²² de outubro de 1992, fato de grande repercussão nacional e internacional. Com as mortes por AF temos pouco mais de um Carandiru por dia, sem todo esse impacto emocional, seja nacional, seja internacional. Pelo contrário, discute-se hoje se ampliar ainda mais a posse e circulação das AF.

O Brasil, sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos levados ao plano das armas, consegue vitimar mais cidadãos via armas de fogo do que muitos dos conflitos contemporâneos, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, as várias Intifadas, as guerrilhas colombianas ou a guerra de liberação de Angola e Moçambique, ou ainda uma longa série de conflitos armados acontecidos já no presente século e que tivemos oportunidade de expor em mapas anteriores.

No contexto internacional, analisando os dados correspondentes a 90 países para os quais contamos com informações fidedignas provenientes da OMS, o Brasil, com uma taxa de 21,9 óbitos por armas de fogo em 100 mil habitantes, ocupa o décimo primeiro lugar, atrás de países como El Salvador, Venezuela, Guatemala e Colômbia, de enorme carga de violência. Mas essa taxa fica muito longe de países como Polônia ou Malásia (taxa de 0,3), Reino Unido (0,2) ou Hong Kong (0,0) que temos que tomar como referência.

A posição do Brasil nas estatísticas internacionais já foi bem pior. Na primeira edição de *Mortes Matadas*, a de 2005, já referenciada, com uma taxa de 21,7 óbitos por AF por 100 mil habitantes, o país ocupava o segundo lugar. Vemos que a taxa de 2002 é praticamente idêntica à de 2012, o que confirma nossa afirmação de que as políticas de desarmamento conseguiram estagnar o crescimento descontrolado da mortalidade por AF, mas não reduzi-las.

Se esses índices refletem a situação nacional, desagregando os dados para as UFs e ainda mais, para os municípios, o panorama resulta muito heterogêneo e altamente complexo:

- oito UFs ultrapassam a casa dos 30 óbitos por AF por 100 mil habitantes: Espírito Santo, Ceará, Bahia, Paraíba, Goiás, Sergipe, Distrito Federal e, com a impressionante taxa de 55 por 100 mil habitantes, Alagoas;

²² Uma rebelião na Casa de Detenção do Complexo do Carandiru, na zona norte de São Paulo, originou a intervenção das forças policiais, que deixou um saldo de 111 mortes, segundo dados oficiais. Esse fato ficou conhecido internacionalmente como “Massacre do Carandiru”.

- só dois estados, Santa Catarina e Roraima, apresentam taxas abaixo dos 10 óbitos por AF por 100 mil habitantes. São Paulo encontra-se praticamente no limiar, com 10,1 óbitos por 100 mil habitantes;
- se os índices já são elevados para o conjunto da população, quando olhamos a faixa jovem comprovamos que os índices são ainda mais impactantes. Se a taxa de Alagoas para o conjunto de sua população é de 55 por 100 mil habitantes, entre os jovens a taxa pula para 123,6; no Espírito Santo, para o conjunto da população, a taxa é de 38,3; já para os jovens, taxa é de 91,8;
- essa focalização nos jovens das mortes por AF pode ser melhor caracterizada com o Índice de Vitimização Juvenil por AF (IVJ-AF), que relaciona as taxas da população jovem com as dos não jovens, tema trabalhado no capítulo 6. Na média nacional o IVJ-AF foi de 285% em 2012. Morreram 285% mais jovens que não jovens: quase quatro vezes mais. Mas em alguns estados essa taxa foi bem maior, como no Espírito Santo, onde foi de 394,9%: quase cinco vezes;
- nas capitais observa-se uma distribuição semelhante, mas com maior virulência. Se a taxa global de óbitos por AF em 2012 foi de 21,9 óbitos por 100 mil, a das capitais foi de 31,2. Entre os jovens: no país 47,6 e nas capitais 72,5;
- dois municípios superam a marca de 100 óbitos por AF por 100 mil habitantes: Simões Filho na Bahia e Ananindeua, no Pará. Entre os jovens, Simões Filho excede a inadmissível marca das 300 mortes por arma de fogo por 100 mil jovens. Como também são totalmente inadmissíveis os índices de Lauro de Freitas e Itabuna, da Bahia, Maceió e Cabedelo, na Paraíba, que superam as 200 vítimas jovens de armas de fogo e tantos outros municípios onde as armas de fogo parecem ter se convertido no *modus operandi* da convivência cotidiana.

Outra característica marcante da mortalidade por AF é a elevada masculinidade de suas vítimas: 94% em 2012 eram homens.

Também perversa é a seletividade racial dos homicídios por AF e sua tendência crescente. As taxas de homicídios por AF de brancos caem 23%: de 14,5 em 2003 para 11,8 em 2012; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 14,1%: de 24,9 para 28,5. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica. Em 2012 é de 142%: morrem 2,5 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo.

Vários fatores podem ser mencionados para a compreensão dessa crescente seletividade. Em primeiro lugar: a progressiva privatização do aparelho de segurança. Como já ocorrido com outros serviços básicos, como a saúde, a educação e, mais recentemente, a previdência social, o Estado vai progressivamente se limitar a oferecer, para o conjunto da população, um mínimo — e muitas vezes nem isso — de acesso aos serviços e benefícios sociais considerados básicos. Para os setores com condições financeiras estruturam-se serviços privados de

melhor qualidade (escolas, planos de saúde, planos previdenciários, etc.). Com a segurança vem ocorrendo esse mesmo processo de forma acelerada nos últimos anos. Segundo a pesquisa domiciliar do IBGE de 2011, as famílias negras tinham uma renda média de R\$ 1.978,30 e as brancas, de R\$ 3.465,30, isto é, 75,2% a mais. Em teoria, os setores e áreas mais abastadas, geralmente brancas, têm uma dupla segurança: a pública e a privada, enquanto os menos abastados, que vivem nas periferias, preferencialmente negros, têm que se contentar com o mínimo de segurança que o Estado oferece.

Um segundo fator adiciona-se ao anterior: a segurança, a saúde, a educação, etc., são áreas que formam parte do jogo político-eleitoral e da disputa partidária. As ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o *status* social das vítimas. Como resultado, os recursos públicos de proteção são canalizados, preferentemente, para as áreas mais abastadas, de população predominantemente branca, que ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas.

Como já mencionado, em setembro de 2005, junto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, divulgamos um estudo objetivando aprofundar o entendimento do impacto das políticas de desarmamento. Para estabelecer essa relação utilizamos um modelo quase experimental denominado Experimento de Séries Temporais. O acúmulo de dados permitiu aqui ampliar o escopo temporal do modelo de análise utilizado em 2005²³ para observar agora o impacto entre 2004 e 2012, isto é, com nove anos de vigência.

Verificamos, assim, que as políticas de desarmamento permitiram evitar um total de **160.036 homicídios** com AF. Entre os jovens, os efeitos foram ainda mais contundentes. Somando as vidas poupadas entre 2004 e 2012, temos que **113.071 mortes jovens** foram evitadas: isto é, **70,7% do total de mortes evitadas pela incidência das políticas do desarmamento foram jovens**. Esse número de jovens poupados em nove anos corresponde aproximadamente ao total de jovens de 15 a 29 anos de idade de cidades de porte como Betim, em Minas Gerais, Diadema, em São Paulo ou Niterói, em Rio de Janeiro.

Há exatos 10 anos concluíamos o mortes *matadas*²⁴ de 2005 com uma indagação que, pela sua plena vigência atual, reproduzimos novamente. Questionávamos: “Desarmar a população é o bastante?” Sabemos que não. Desarmar é requisito indispensável, fundamental, primordial para limitar e cercear as condições e oportunidades de manifestação da violência letal. Mas não é suficiente. Além dessa, tem outras ações e políticas que devem ser propostas e implementadas. (...) Não é só a farta disponibilidade de armas de fogo que levou os níveis de

²³ Em 2005, só tínhamos um ano de vigência das políticas de controle das armas de fogo.

²⁴ WAISELFSZ, J.J. *Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003*. Brasília, UNESCO, 2005.

violência letal do Brasil a limites insuportáveis. É também a decisão de utilizar essas armas para resolver todos os tipos de conflitos interpessoais, na maior parte dos casos, banais e circunstanciais. É nesse campo que deve ser gerada uma nova proposta de ação política, criando oportunidades e alternativas para a juventude, setor da sociedade mais afetado pela mortalidade por armas de fogo. Criando as bases para a construção de uma nova cultura de paz e de tolerância entre os homens, com profundo respeito às diferenças e ao direito efetivo de todos os indivíduos aos benefícios sociais mínimos para uma vida digna: saúde, trabalho e educação. Se conseguirmos implementar conjunta e articuladamente ambas as fases desse desarmamento, a material e a cultural, não duvidamos que o futuro próximo será bem melhor.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, D.T. e STANLEY, J.C. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1979.

DREYFUS, P; NASCIMENTO, M.S. Small Arms Holdings in Brazil: Toward a comprehensive Mapping of Guns and Their Owners. FERNANDES, R. ed. *Brazil: The Arms and the Victims*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Viva Rio/ISER, 2005.

RAMOS de SOUZA et. al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. INFORMARE – *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun, 1996.

SIM/DATASUS/MS. O Sistema de Informações sobre Mortalidade. S/I, 1995.
MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

UNESCO. *Vidas poupadas: o impacto do desarmamento no Brasil*. Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, 2005. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139949por.pdf>>.

WASELFISZ, J.J. *Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003*. Brasília, UNESCO, 2005.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2013.



FLACSO
BRASIL

www.flacso.org.br



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cooperação
**Representação
no Brasil**

Secretaria de
**Políticas de Promoção
da Igualdade Racial**

Secretaria Nacional de
Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA